

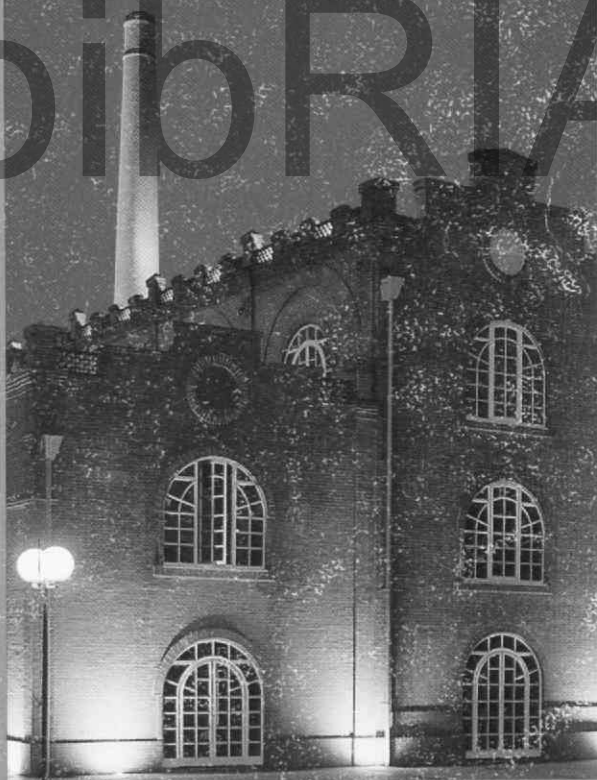
AVEIRO

BOLETIM MUNICIPAL



ANO XIII - Nº 25/26

bibRIA



FL
908
141

AVEIRO

BOLETIM
MUNICIPAL

ANO XIII - Nº 25/26



OFERTA



FUNDO
LOCAL

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO

bibRIA

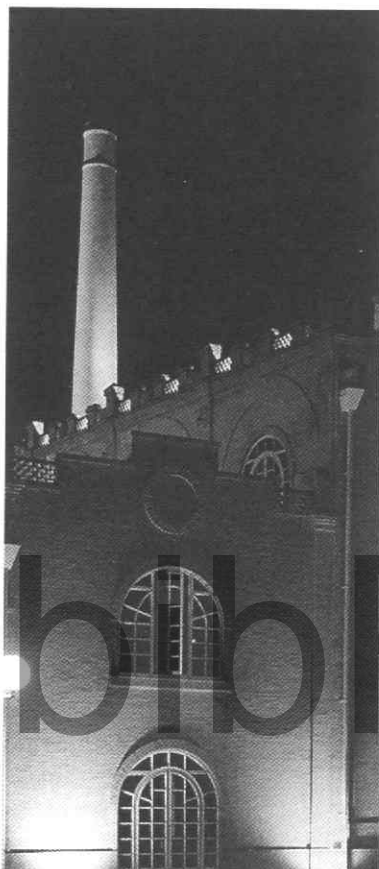


COIMBRA



VEIRO

bibRIA



Fábrica Campos

"... Um padrão de imorredoura glória e um justificado orgulho para os filhos de Aveiro"; por isso, "os nomes dos seus proprietários merecem ser impressos na lista de ouro dos seus mais ilustres conterrâneos".

*Arq. José Maria Olímpio
(in Jornal de Notícias, 18-8-1917)*

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Ano XIII - DEZEMBRO DE 1995 - Nº 25-26

bibRIA

BOLETIM Nº 25-26

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro — Vereadora do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República — Aveiro — Tel. 24081 — Fax 22787

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A. - Mons. João G. Gaspar

CAPA: Jeremias Bandarra (Design);

TIRAGEM: 1.000 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Tipave — Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.

Depósito Legal nº 12 442/86

ISSN 0873-335X

Sumário

Abertura	7
Dra. Maria da Luz Nolasco	
Centro Cultural e de Congressos	9
A "Memoria sobre a Villa de Aveiro", de Pinho Queimado	13
Aniversário do Distrito de Aveiro	21
A Vila de Esgueira — Notas soltas proferidas num serão informal	25
João Gonçalves Gaspar	
Reabilitação de Centros Urbanos — Aveiro	39
Arq. José Carlos Quintão	
Agostinho Duarte Pinheiro e Silva	45
Fausto Ferreira	
Fábrica Aleluia	49
Fernando Morais Sarmiento	
Sínodo Diocesano de Aveiro	55
Os Sinos (do Latim "Signu")	59
Severim Marques	
Noticiário	65

bibRIA

Os textos assinalados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

Abertura

Ao publicarmos o *Boletim Municipal de Aveiro* referente ao ano de 1995, temos a consciência de que esta publicação, lançada em 1982, já conquistou um espaço e um público; isso é sobejamente demonstrado pelo interesse dos nossos leitores e pelas apreciações ou críticas que se lhe fazem. Ninguém duvida de que o *Boletim*, passados estes anos, tem dado a sua quota-parte à cultura em Aveiro; oxalá que nos fosse possível ampliar a nossa intervenção, sem preconceitos irracionais nem amarras de qualquer género, mas apenas motivados pelo interesse para com a nossa Terra.

Cometeríamos uma ingratidão se não reconhecêssemos o apoio indispensável e a colaboração valiosa de tantas pessoas, também elas dedicadas às coisas da cultura; sem essa importante ajuda, não teríamos vencido as naturais dificuldades do percurso. Não nos referimos somente aos que têm subscrito artigos e trabalhos ou traçado o "design" da revista, mas também aos que nos têm incentivado com a sua palavra amiga ou com a sua crítica construtiva.

Continuamos a defender que a cultura não é apanágio de alguns, mas pertence a todos; se uns podem comunicar as conclusões da sua ciência, fundamentada na pesquisa ou no raciocínio, outros poderão fazer reflectir sobre os conceitos da sua sabedoria, vivida na experiência existencial do dia-a-dia. Por isso, desejamos que este *Boletim* continue a ser de todos os aveirenses.

No compulsar das páginas do presente número, o leitor poderá ler a "Memória" que, em 1687, Cristóvão de Pinho Queimado redigiu sobre a então vila de Aveiro; trata-se de um documento importante na historiografia local, que nos recorda uma povoação dos finais de Seiscentos, com seus conventos e igrejas, com suas muralhas e casas fidalgas, com suas famílias nobres e muita gente a morar e a trabalhar na zona urbana e nos arrabaldes.

Por sugestão insistente de alguns dos participantes num serão, efectuado numa das escolas de Esgueira, Mons. João Gaspar resolveu entregar ao *Boletim* as "notas soltas", por ele então proferidas; assim se pretende registar sobretudo a importância de uma antiga vila medieval, que hoje é freguesia populosa da cidade de Aveiro e localidade prenhe de tradição milenar.

Outros temas evocativos se inserem nesta revista: - Fernando de Moraes Sarmiento recorda a Fábrica Aleluia e a sua actividade cultural; Fausto Ferreira evoca o insigne aveirense Agostinho Pinheiro, homem que jamais se negou a trabalhar pela nossa Terra; e Severim Marques, embora em assunto de outro cariz, vem lembrar-nos a história e o uso dos sinos.

O Arq. José Carlos Marques Quintão, com a sua competência profissional, também desejou colaborar com uma proposta em ordem à reabilitação de centro urbano, no desejo de devolver a cidade de Aveiro aos seus habitantes, tornando-a mais humana e humanizadora. Quem ler as suas

palavras há-de concluir que as nossas cidades são mais uma aglomeração de prédios de cimento e tijolo, onde as pessoas por vezes nem se conhecem, do que um espaço de convivência; há que sonhar e projectar para que, no futuro, haja lugares de encontro e de lazer.

Entre as notícias, destacam-se as da inauguração do Centro Cultural e de Congressos, como estrutura municipal que dignifica Aveiro, do 160º aniversário da criação do Distrito, celebrado com diversas manifestações, e do encerramento do Sínodo Diocesano, em que participaram com suas reflexões e sugestões, durante cinco anos, alguns milhares de pessoas das várias idades, categorias e profissões.

Mais uma vez, na preparação e na execução do *Boletim* verificou-se um trabalho de grupo que nos apraz registar, certamente com seus defeitos e virtudes, como é próprio do homem.

A todos quantos colaboraram... o nosso expressivo BEM HAJAM.

Aveiro, 31 de Dezembro de 1995.

A Vereadora da Cultura,



(Dra. Maria da Luz Nolasco)

Centro Cultural e de Congressos



JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS
(Fundador da Fábrica)

O dia 8 de Julho foi uma data particularmente festiva para Aveiro, com a inauguração do complexo da denominada “Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos, Filhos”, agora completamente adaptada para novos fins. Singular edifício da arquitectura industrial, o imóvel, após porfiados esforços e dispendiosas obras de consolidação e de remodelação, irá servir para a realização de colóquios, seminários, simpósios ou congressos, além dos fins do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Associação Industrial do Distrito de Aveiro. Os respectivos trabalhos, projectados pelo Gabinete PLARQ - Estudos de Arquitectura e Urbanismo, de Coimbra, decorreram desde Janeiro de 1990, em estreita e frutuosa colaboração entre o Governo Central e a Câmara Municipal. Assim foi possível fazer-se uma excepcional recuperação, que conjugou as antigas paredes de tijolo vermelho com um arranjo interior prático e muito bem integrado no estilo do edifício.

O Dr. José Girão Pereira, o autarca aveirense que liderou a iniciativa da recuperação, não deixaria de afirmar que esta obra, sendo uma das que mais lhe estava gravada no coração, era a concretização de um grande sonho; ao iniciar as funções de presidente da Edilidade, o agora eurodeputado recordaria que encontrou a fábrica bastante degradada, com-

pletamente abandonada e a caminho da destruição. Contudo, mercê de circunstâncias diversas, a que não foi alheio o interesse da ADERAV e de outros aveirenses, o Executivo Municipal conseguiu sustentar a prevista demolição, conseguindo que se lhe desse uma finalidade útil e multiforme.

Implantado num terreno com a superfície de 8 173 m² e com uma área bruta de construção de 21 212 m², o edifício mantém a mesma fachada exterior e alberga agora o Centro de Emprego de Aveiro e o Centro de Formação Profissional de Aveiro (13 539 m²), a Associação Industrial do Distrito de Aveiro (497 m²) e o Centro Cultural e de Congressos do Município de Aveiro (7 176 m²).

No que se refere à área da Autarquia, ela distribui-se por cinco pisos e inclui a sede dos Serviços de Cultura do Município, um auditório com 737 cadeiras, uma sala polivalente com 255 cadeiras, vários gabinetes de imprensa e de tradução simultânea, diversos espaços para exposições e conferências, onze salas para as associações culturais, lugares de convívio, dois bares e um restaurante com sua cozinha e despensas.

A cerimónia da inauguração, em que participaram as autoridades locais e industriais da região aveirense, decorreu ao fim da manhã do referido dia e teve a honrosa presença do Primeiro-Ministro, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva. Antes de se efectuar a pormenorizada e demorada visita às instalações, o Bispo de Aveiro procedeu à bênção litúrgica.

No auditório realizou-se uma breve sessão. Coube ao Prof. Celso dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, proferir as seguintes palavras de abertura:

— *Com a honrosa e dignificante presença de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, a Fábrica Jerónimo Pereira Campos inicia hoje um novo período da sua longa história. Tal tornou-se possível, mercê de aturados estudos, frutuosas conversações e sobretudo graças à tenacidade e boa vontade dos responsáveis do Governo Central e da Câmara Municipal.*

A Fábrica Campos acompanhou a história da cidade de Aveiro no decorrer de cerca de cem anos, sendo influente motor de progresso, como empresa florescente, na Região e no País. Se em 1896 uma escritura notarial lhe deu formalidade jurídica para aumento de instalações, já antes vinha cozendo tijolo burro, instalada em barracas de madeira, com um rudimentar forno. Assim nasceu uma grande unidade fabril; Jerónimo Pereira Campos dava origem à segunda

cerâmica de barro vermelho em Portugal, logo a seguir à das Devesas. Aquele que fora um humilde carpinteiro, como funcionário da Câmara Municipal, realizava o sonho da sua juventude, empenhando-se em aprender o trabalho da cerâmica.

Este enorme espaço industrial, um dos ex-libris de Aveiro, totalmente em tijolo, construído por volta de 1915-1917, sob o desenho do arquitecto portuense José Maria Olímpio, se na época foi considerado como um projecto arrojado, jamais se desvalorizaria na sua grandiosidade e monumentalidade, apesar de, por incúria dos homens e por dificuldades financeiras, ter ficado completamente abandonado durante anos, a partir de meados da década de 1970.

Valiosíssimo imóvel de arquitectura industrial, nós o podemos considerar como um dos mais característicos da actividade de cerâmica em Portugal e, sem dúvida, um dos primeiros da Península Ibérica. Por tal motivo, Governo e Câmara Municipal não regatearam esforços e gastos orçamentais nas complexas e vultuosas obras de recuperação e adaptação. Após a escritura notarial de 30 de Julho de 1982, recebe a Câmara Municipal este edifício a título de doação, em cumprimento e para pagamento de mais valias emergentes de um plano de loteamento e urbanização solicitado pela Firma Jerónimo Pereira Campos, Filhos.

Por sua vez, em 17 de Setembro de 1985, a Câmara Municipal faz doação ao Instituto do Emprego e Formação Profissional sob o compromisso de este o recuperar, no prazo de cinco anos, e de o utilizar para fins de utilidade pública no âmbito da formação profissional, educação e cultura, e de ceder uma parte à Autarquia — aquela em que nos encontramos, neste preciso momento.

Dez anos passaram. Imensas vicissitudes ocorreram... Tantas que chegámos a duvidar da concretização da obra. É com a maior alegria que vemos hoje remoçado este edifício. Aqui indubitavelmente tem sentido o aforismo: — “Deus quer, o Homem sonha e a Obra nasce”.

Depois de um esforço sério na procura de

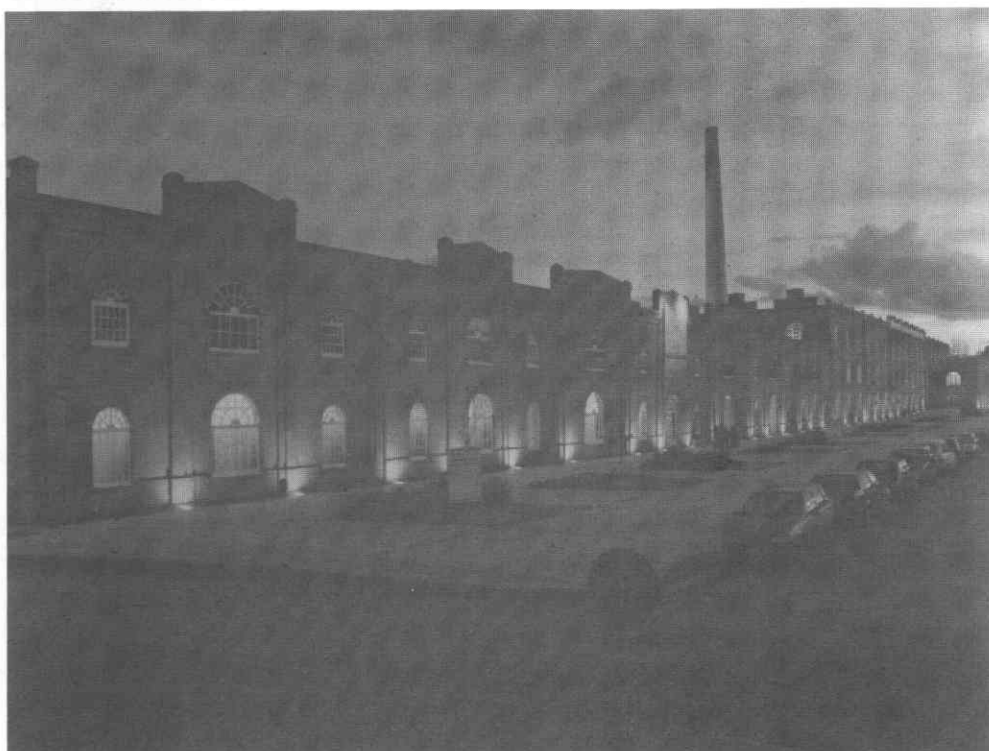
meios para a conservação do nosso património, desde já desejamos prestar justíssima homenagem, primeiro a Jerónimo Pereira Campos, seus filhos e familiares bem como aos seus colaboradores, depois a todos aqueles que durante os últimos treze anos conseguiram levar por diante esta grandiosa obra, que foram muitos e bons — técnicos, empreiteiros, arquitectos, engenheiros e operários, — e acima de tudo àqueles que, tendo sonhado, tiveram a coragem de dar corpo ao sonho, dos quais distingo por merecimento os Doutores José Girão Pereira, Rui Amaral e Bagão Félix.

Julgo que a este espaço, pleno de história e de saudade, se deu agora uma finalidade condigna, adaptando-o a Escola de Formação Profissional, Centro de Emprego, Centro Cultural e de Congressos, à instalação de colectividades culturais e ainda da Associação Industrial do Distrito de Aveiro.

Nada melhor estaria à altura de um edifício carregado de tão grande tradição.

Por outro lado, consolidado o papel de Aveiro como área de influência supramunicipal, como centro terciário de qualidade, de há muito a esta parte, beneficiando de melhorias substanciais em termos de acessibilidades na última década e voacionando-se, de facto, como centro económico, urgia criar condições que dessem satisfação às necessidades existentes em termos culturais. O impressionante crescimento da Universidade de Aveiro, nos últimos anos, veio, sem dúvida, reforçar as insuficiências referidas.

Paralelamente, a entrada e a fixação de elementos



“Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos, Filhos”

activos altamente qualificados na formação e investigação e dos que foram atraídos ao concelho pelo estabelecimento de iniciativas empresariais provocaram naturais consequências na produção e consumo da cultura.

Tendo ainda em consideração que Aveiro, de acordo com o Plano Director Municipal, serve através do seu equipamento comercial mais de 200.000 pessoas, com o contributo dos concelhos vizinhos, urge acautelar a capacidade de prestação de serviços de natureza cultural como forma de tornar a cidade competitiva e atractiva e ao mesmo tempo ter em conta a importância, como se espera, que este investimento venha a assumir à escala supramunicipal e regional, face à proximidade física quotidiana, ou pelo menos frequente, de um número potencial de utilizadores bastante alargado relativamente ao número de habitantes da cidade e do concelho.

A importância que assume para a cidade de acomodar num mesmo espaço um número considerável de colectividade irá gerar um verdadeiro Centro Cultural. A possibilidade de oferta a iniciativas com origem noutros pontos do País vem constituir um meio para uma melhor qualidade, sem prejuízo para a produção local.

A inexistência de um auditório com a capacidade e boas condições técnicas era uma realidade e comprometia a cidade, pese embora a existência de alguns anfiteatros, nomeadamente em estabelecimentos escolares. Logo, este Centro Cultural e de Congressos representa a resposta a essa carência, há muito sentida. A obra feita nesta Fábrica representa um ganho patrimonial que, importa salientar, extravasa as fronteiras do território em que está assente.

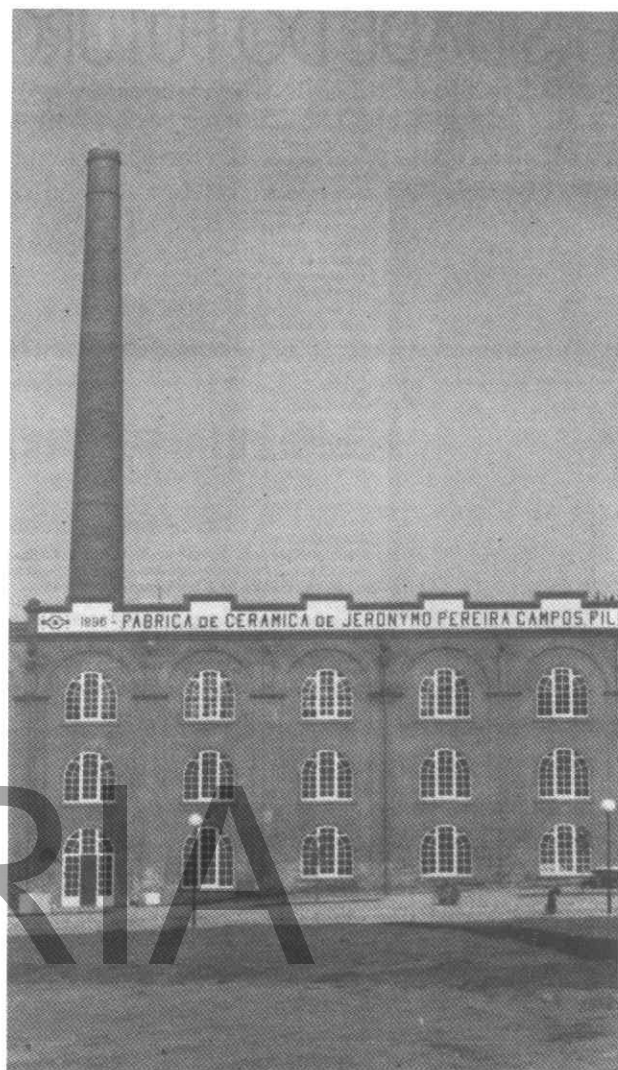
Há que reconhecer, no entanto, que, para a concretização deste projecto em plenitude, deverá tudo fazer-se para que a esta importante recuperação do nosso património construído correspondam iniciativas conducentes à rentabilização económica e social do investimento já feito. Aqui fica o desafio às nossas capacidades. Estamos certos de que vamos conseguir o que nos propomos. Acima de tudo, esperamos que um edifício bem arejado e cheio de luminosidade, como este, concorrerá certamente para que todos se possam erguer do afã apressado do dia a dia para os altos valores do espírito.

Aveiro, a Região e Portugal ficarão mais ricos, a partir de agora — do que muito nos orgulhamos.

Orgulhamo-nos também por ter Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, connosco neste momento de alegria.

Obrigado, pois, Senhores Membros do Governo e restantes Entidades presentes — agradecimento este extensivo a todos aqueles que tornaram possível esta obra.

No seu discurso, o Primeiro-Ministro sublinhou al-



Fábrica Campos (Pormenor)

gumas das palavras do Presidente da Câmara Municipal e, lembrando que o imóvel é um dos melhores do nosso País, foi até ao ponto de o considerar, pelo que conhece, como um “equipamento único na Península Ibérica ou mesmo na Europa”; no entanto, lançou também o aviso de que “a partir de agora é preciso rentabilizá-lo, colocando-o ao dispôr da população”.

Por outro lado, o Prof. Cavaco Silva acentuou as possibilidades de Aveiro em concorrer não só a nível nacional como também à escala europeia; com efeito — disse — “Aveiro tem grandes e importantes investimentos para poder competir com qualidade, nomeadamente a Universidade, o porto marítimo, as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias e, agora, este grande edifício de cultura e formação, que ajudará a que a região continue a singrar bem”. Todavia, alertou ainda que, “por um desenvolvimento social e cultu-

ral, a pessoa humana é a primeira prioridade do Plano de Desenvolvimento Regional”.

Por fim, aos votos de parabéns, o Primeiro-Ministro expressou o desejo de que “este Centro seja um instrumento para a nova orientação de emprego que valorize as políticas activas e as acções que pretendem potenciar e fortificar as

ideias, os talentos e as iniciativas dos indivíduos”. Dirigindo-se ao Presidente da Edilidade, acabaria por afirmar... — “Aveiro, a partir de hoje, com mais este equipamento, está de parabéns”.

Começara uma nova era para este edifício, agora com outras finalidades.

CALENDÁRIO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES — 1996

7º SALÃO DE ANTIGUIDADES
15 A 18 DE FEVEREIRO

FEIRA DE MARÇO
25 DE MARÇO A 25 DE ABRIL

BICIMOTA
VELOCIPEDES, CICLOMOTORES, MOTOCICLETAS E COMPONENTES
8 A 12 DE MAIO

EXPOSIÇÃO CANINA
18 DE MAIO

FEIRA DO LIVRO
FEIRA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESCOLARES,
DIDÁCTICOS E MULTIMÉDIA E EQUIPAMENTO DE BIBLIOTECA
24 DE MAIO A 2 DE JUNHO

FEIRA DA JUVENTUDE
MOSTRA DE DESPORTO RADICAL
JUNHO

AGROVOUGA
FEIRA NACIONAL DO BOVINO LEITEIRO,
MOSTRA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
13 A 21 DE JULHO

FARAV
FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO
FEIRA DA GASTRONOMIA
10 A 18 DE AGOSTO

HABIMAT
SALÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO
23 A 27 DE OUTUBRO

A "Memoria sobre a Villa de Aveiro", de Pinho Queimado



A descrição mais antiga sobre Aveiro, que se conhece, tem a data de 27 de Janeiro de 1687 e deve-se ao cuidado e à pena do Licenciado Cristóvão de Pinho Queimado, que lhe deu por título *Memoria sobre a Villa de Aveiro*. O autor descreveu nela a terra e a sua gente, os seus conventos e palácios, as suas igrejas e capelas; e até indicou a origem etimológica do topónimo Aveiro — explicação hoje ultrapassada, sobretudo após o estudo do documento de doação da condessa vimaranense Mumadona Dias, de 959.⁽¹⁾

É incontestável que tal descrição serviu de base ao estudo que o Padre António Carvalho da Costa incluiu no tomo II da sua *Corographia Portuguesa*, publicado em 1708 mas terminado no ano precedente; assim concluímos, se cotejamos os dois textos, quanto ao estilo da exposição, à ordem das matérias e à transcrição de várias partes. Mais tarde, também o Padre Luís Cardoso, no I volume do seu *Diccionario Geographico*, impresso em 1747, viria a servir-se da mesma fonte.

Decerto passando sucessivamente por diversas mãos durante cento e setenta e sete anos, o manuscrito acabou por ser publicado no jornal aveirense *Campeão das Províncias*, nos números 1207 a 1210, em Fevereiro de 1864,⁽²⁾ devido ao cuidado de Sousa Brandão, de Santa Maria da Feira, que o havia copiado fielmente; foi um bom serviço prestado à história de Aveiro. A este respeito diz Rangel de Quadros: — *Não sei como (Sousa Brandão) obteve o original: é possível que lhe tivesse sido dado ou emprestado por alguém da mesma Villa (da Feira), a que faz larga referência, e principalmente às famílias d'ali e em especial à do apelido Brandão, da qual, por certo, é descendente o copista.*⁽³⁾ Decorridos trinta e quatro anos, o mesmo periódico, em 1898 e por iniciativa de Rangel de Quadros, voltaria a transcrever a referida *Memoria*. Posteriormente, em 1937, a revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*, facultou-a aos seus leitores, fazendo-a preceder por uma bem documentada introdução assinada pelo Dr. Francisco Ferreira Neves que, comparando o texto com o de Carvalho da Costa, aproveitou a ocasião para o aperfeiçoar com algumas correcções.⁽⁴⁾

Ao ler a *Memoria sobre a Villa de Aveiro*, deduz-se naturalmente que o seu autor haverá nascido em Aveiro, oriundo de família aveirense, e/ou aqui terá vivido; a maneira como Christovam de Pinho Queimado faz a descrição histórica de Aveiro e o interesse que parece tomar pela prosperidade d'esta terra podem confirmar a opinião de que este indivíduo fosse d'aqui natural — confirma Rangel de Quadros.⁽⁵⁾ Por outro lado, ele próprio, na relação dos apelidos mais significativos da nobreza local, menciona os *Pinhos-Queimados*.

Como a cidade de Aveiro de agora é tão diferente da vila dos finais do século XVII!... Se o progresso a fez crescer para fora dos seus antigos limites, por outra parte verificamos, com pena e saudade, que nada resta das muralhas quatrocentistas; que a veneranda e multissecular igreja matriz de S. Miguel, demolida em 1835, deu lugar à Praça da República; que muitas capelas não resistiram à destruição; que dos edifícios dos conventos, uns desapareceram, outros foram mutilados e um outro — o Mosteiro de Jesus — viu-se transformado em Museu; que os velhos solares quase todos desapareceram e das muitas famílias nobres poucas têm hoje entre nós os seus representantes.

O *Boletim Municipal de Aveiro*, no desejo de dar a conhecer a história da nossa terra, transcreve na íntegra e com a ortografia original o texto de Cristóvão de Pinho Queimado.

J. Gaspar

- (1) - Entre as propriedades legadas ao Mosteiro de Guimarães, aí se referem as *terras in Alauario et salinas que ibidem comparauimus*. Do Alauario do século X surgiu o Aveiro do futuro.
- (2) - Marques Gomes, *Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, pg. 54; Rangel de Quadros, em *Aveirenses Notáveis*, II, pg. 10, equivocou-se ao escrever que a *Memoria* foi publicada pela primeira vez no jornal *Distrito de Aveiro*.
- (3) - Rangel de Quadros, obra cit., pgs. 10-11. O mesmo Rangel de Quadros, em *Aveiro - Apontamentos Históricos*, vol. I, pg. 29, informa que o manuscrito ou outro semelhante existiu no cartório do Convento de S. Domingos.
- (4) - *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. III, Ano de 1937, pgs. 89-100
- (5) - Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, II, pg. 11.

Memoria sobre a villa de Aveiro

Na latitude de 40 graus e 30 minutos, e na longitude de 11 graus e 13 minutos, onde o Vouga mistura suas águas com as do Oceano, a nove leguas do Mondego, e dez do Douro tem seu assento a antiga e muito nobre, e notavel villa de Aveiro, uma das melhores de Portugal, e maior povoação, excepto Coimbra, do que nenhuma outra da provincia da Beira, nem de Traz-os-Montes. Dilata-se quasi toda de norte a sul em forma prolongada sobre uma fertil, e aprazivel campina, que não tem competidora em muitas leguas em roda; e descobrindo vistosa face ao poente, faz alegre, e magestosa face, e perspectiva ao norte.

Acerca da etymologia do nome d'esta villa de Aveiro não há perfeita certeza: mas fr. Francisco de Santa Joana, padre de muito saber, e de muitas, e curiosas noticias, e versado em antiguidades, e que foi por muitos annos guarda do cartório dos frades dominicos d'esta villa, mostrou-me em um livro muito antigo manuscripto em pergaminho uma memória que eu trasladei em que dizia que o nome de Aveiro era composto das palavras — Ave, e iró, ou eiró — que significa o mesmo que enguia, porque se criam em grandissima copia, e as mais grãdas e formosas, como não há em parte nenhuma d'este reino, e por serem tidas por mais saborosas; e que por isso as armas da villa era um escudo com um pato ou ave aquatica estendida, e um sol de uma banda, e um crescente da outra; e no mesmo livro tinha as ditas armas divisadas, e illuminadas pela maneira seguinte, a saber: O campo do escudo era azul, - a ave de prata - o sol de ouro -, e a lua, ou, crescente de prata, e cinco estrellas tambem de prata na orla simeira do escudo — alludindo à pureza do clima, e à abundância das aves aquaticas que povoam a ria, muitas naturaes, e outras que vem das partes do norte, e outras regiões, que se matam e pescam de dia, e de noute, e que servem de sustento, e de regalo a muitos milhares de pessoas, e de muita ganancia aos que se entregam à vida da caça e da pesca, e de diversão aos nobres.

As águas do Vouga augmentadas com as de alguns ribeiros, que cercam a villa de graciosa verdura cavaram em outro tempo na espaçosa planície um não profundo, mas ameno valle, que se alarga entre quintas contra o oriente, e deixando espaços de terrenos mais elevados dos quaes se fizeram ilhotes e salinas, conduziu a industria um canal, ou esteiro que sobe, e desce com o fluxo, e refluxo das marés, cortado com duas pontes, uma de boa fabrica, e guarnecido com dilatado caes que em tres pontes se termina. Na margem d'este esteiro de uma, e outra parte correm as casas de varios mercadores, na da Ribeira os naturaes; na do Alboy os inglezes, que lhe pozeram aquelle nome de Albyon sua terra natal que significa Inglaterra, ás quaes fazendo costas outras ruas por todo aquelle sitio, enchem dois bairros bem povoados de mercadores, mareantes, pescadores e marnotos.

Para a parte boreal se vão estendendo, e levantando as ruas até ao bairro chamado de Villa nova, por se unir com as quintas de alguns principaes da terra, e chega por grande distancia sem interrupção alguma à ermida de N. Senhora da Alegria, que supposto fique em Sá, dominio da illustre casa dos Almadás, conservam n'ella posse os moradores da villa, e camara visitando-a com festas, e procissões, e os pescadores servindo-a com privilegios, e administração; razão por que pertence a Aveiro o mosteiro da Madre de Deus, tendo de mais de ficar na freguezia da Vera Cruz, e sobre tudo por fundar-se a capella mor com o sacrario (onde consiste a posse dos conventos) no lugar que já dentro dos limites da Villa lhe deu em sua quinta Sebastião Pacheco Varella.

Da ponte para a parte austral se continua com pequena subida o quarto bairro, que é o melhor e o mais antigo da Villa em que reside quasi toda a nobreza d'ella; e este somente é cingido de altos muros, obra então magnifica do Infante D. Pedro filho do sr. rei D. João o primeiro, e os melhores, que se conservam deste desde aquelle tempo. Tem estes, como os de Jerusalem, nove diversas entradas (bem que nelles se encontrem doze portas), e é a primeira a que chamam a da Villa, da qual sae para o caminho real uma larga rua, que dividindo-se com a igreja do Espirito Santo em outras duas, já cercadas de frescas hortas, e lavranças, acompanha para o nascente as fábricas dos oleiros com que se compõem o quinto bairro.

As outras oito portas contando-as pelo circoito são a do Sol - a do Campo - a do Côjo - a da Ribeira - a do Alboy - a de Rabães - a de Vagos - entre a qual, e a de Santo António se acha a frondosa e ordenada alameda que os estrangeiros celebram e admiram; pois na vista da ria, e amenidade do Campo se lhe não dá semelhante em todo o reino: à vista d'ella corre uma fonte das cinco, que há na Villa, fora as de que se aproveita em pequena distancia, das quaes é a principal a da Ribeira, cuja água salutifera, e suave trazida de longe pelo valle oriental sobre arcos de cantaria, vem despende-se por quatro canos na praça em chafariz de esquadria muito alta e sumptuosa, tão immediato ao esteiro que divide a Villa, que desde os bateis fazem os mareantes as aguadas, para abastecer as embarcações.

Abunda a terra de pão, vinho e legumes, e muita abundancia de saborosas fructas, e excellentes hortaliças em grande quantidade nas hortas, e quintas, de que a Villa por toda a parte se adorna com viveiros de peixes, capellas, varandas, e invenções de fontes naturaes, e artificiaes; especialmente a fructa de espinho é tanta, que dá carga a muitos navios para Inglaterra: é o gado maior d'este territorio tão numeroso, e as aves domesticas tão multiplicadas, que depois de abastecerem Coimbra, se conduzem incessantemente a Lisboa, e só os ovos d'esta Villa, e circunvizinhanças, que saem para Lisboa e Porto importam em cada anno para cima de oito mil cruzados.

Criam seus pastos ferteis grande multidão de formosos cavallos especialmente os que são mestiçados de egoas de cá, e cavallos que vem de Andaluzia de Castella. A caça do monte com ser sempre buscada, é inextinguivel: a caça da ria é incomprehensivel pela abundancia, e multiplicadas especies de aves aquaticas, como são os excellentes Lavancos — os Caturros — as negras — os maçaricos reaes — as marrecas — as rábis coelhas — e muitas mais que são mui gostosas para se comerem, além de outras de que não se faz caso, por saberem muito ao marisco. Tem havido annos que vem muitas aves de fora como são as ajájas, que são uns passaros como garças e tem o bico comprido e chato, e a ponta à feição de colher; e tem apparecido tambem em alguns invernos uns passaros muito maiores, e mais grossos do que as garças a quem chamam Onocrátalos, que tem na raiz do bico pela parte de baixo, e pegado à garganta um fole ou saco, onde guardam provisões de peixes pequenos, que lhes servem para as longas viagens, e dão gritos tão agudos, que de noite fazem pavor. Dizem os entendidos, que estas aves vem da Suecia e da Noruega, e dos sitios mais septentrinaes quando são apertados pelos grandes gelos d'aquellas frias regiões: a sua carne é negra, e de mau gosto, não obstante terem debaixo da pelle muita gordura.

Uma grande parte d'estas aves aquaticas apparecem na ria por meado do Outono, e retiram-se quando adivinham a primavera, outras muitas fazem suas creações pelas marinhas, e juncaes: só aos nobres é permitido caçar com esmerilhão, e aos caçadores d'estes sob fiança: os peões, e pescadores podem caçar com redes; ou armadilhas, e artimanhas de que uzam de dia e de noite com grande proveito d'elles, indo vender a caça a Coimbra, ao Porto, e a Lisboa, onde é muito estimada.

A criação, e a pesca da ria é incomparavel: os regalos do sertão lhe attrae o provimento do pescado, que sustenta e saborea muita gente do reino, e em particular a da provincia da Beira, e além da que dá o mar em toda a costa d'esta comarca, e das lamprêas, que a seu tempo sobem pelo rio, traz a maior copia de tainhas — muges — solhas — azevias — lingoados, e as mais formosas e mais saborosas enguias por seu sabôr e grandeza como as não ha em parte alguma nem no reino, nem fora d'elle dizem os mesmos estrangeiros: e às enguias grandes chamam os foraes antigos da Terra de Santa Maria irós, e também eirós —; e por estas e outras razões creio ser verdadeira a origem do nome d'esta nobre villa.

Além d'estes e outros peixes que entram na ria pela barra, ha muitas especies mais somenos, que dão também sustento a muita gente, e de que se fazem caldos, e sopas mui saborosas de que os nobres também uzam em suas mezas:

e ha também muitos mariscos, que conservados em escabeches de varias formas, passam aos estrangeiros, e às conquistas, depois de abundar a corte. O sal é a principal, e a mais abundante producção, que abastece muitos mercados do reino, e de fóra; e d'aqui se vê que unindo-se os quatro elementos, procuram fazer Aveiro porto rico pelo commércio.

A mudança de muitas familias, que foram morar para outras terras do reino por cazamentos, ou conveniencias, as guerras da Africa onde militaram, e morreram muitos nobres d'esta villa, a declinação dos tempos, e as epidemias tem diminuido o povo, que hoje excede a pouco mais de dois mil e setecentos visinhos repartidos em quatro parochias todas da ordem d'Aviz, de que é matriz a igreja de S. Miguel com prior, coadjutor, thesoureiro, e quatro beneficiados. Tem cappelas muito antigas, e rendosas entre as quaes a de S. Braz, que possui D. Thomaz de Noronha — a de S. Vicente que pertence aos Pinhos, e de outros morgados: tem muitos tumulos, entre os quaes sobresae os dos morgados de Balacó que estão na sua antiga cappela de architectura gothica do lado do Evangelho. Tem esta egreja muitas inscrições gothicas, e duas inscrições de letras arábicas, uma das quaes está à entrada da porta lateral por onde se entra pelo lado do sul, todas esculpidas em pedra, e varias sepulturas muito antigas com armas, e inscrições de familias nobilissimas. Tem annexa e visinha da egreja uma albergaria muito boa, em que todo o peregrino por tres dias se hospeda. Tem este templo hoje o mais antigo d'esta villa por inestimavel thesouro uma reliquia de S. Sebastião.

Não são menos estimaveis as outras tres vigairarias do Espirito Santo — da Vera Cruz, — e de N. Senhora da Apresentação, que primeiro se chamou de S. Gonçalo. As ermidas, que não estão contiguas às egrejas são quatorze nos districtos das quatro freguesias a saber: a da Madre de Deus no Seixal — a de S. Roque — a de N. Senhora da Graça — a de S. Bartholomeu — a de Nossa Senhora do Hospital — a de S. Gonçalo — a do Corpo Santo — a dos Santos Martyres — a de S. Gregorio — a de S. Thiago — a de S. Martinho — a do S. Sebastião — a de Santo Amaro — a de S. Bernardo, não esquecendo além destas, e muito venerada a de S. João ao pé do esteiro: servem estas egrejas, e capellas setenta e dois clérigos d'esta villa.

Em todo o reino não há egreja da Mizericordia, que iguale a d'esta villa pela sua magestade, e belleza, foi riscada por um architecto florentino: tem uma grande imagem de Christo cruxificado de marfim, que mandou da India o capitão Diogo de Oliveira Barreto, natural d'esta villa, fallecido em Malaca, e outro de estatura humana do Senhor Ecce Homo, que é a suspensão de nacionaes, e estrangeiros, que

entendem de escultura, a qual foi trazida de Inglaterra, e escondida aos desacatos da heresia quando lá governava Henrique VIII, que abraçou a diabolica doutrina de um frade da ordem dos Agostinhos *descalços*, digo, dos Agostinhos calçados, que se chamam Gracianos, o qual frade se chamava Luthéro, que depois se casou segundo dizem com uma freira professa: aquella santa imagem tem servido de modelo a outras, mas ainda não foi possível imital-a: muitos milagres se lhe atribuem, e certamente não tem o reino outra semelhante. Os irmãos enchem o numero de cento e setenta e cinco nobres com officiaes e muitos capelães.

Tem esta villa d'Aveiro seis conventos: tres de religiosos, o 1º o de N. Senhora da Misericordia dos frades de S. Domingos fundado pelo infante D. Pedro, no anno de 1423: sustenta ao presente quarenta religiosos, e tem de rendimento seis mil cruzados entrando os senhorios dos casaes de Fermelainha, da freguezia de Fermelã, e a quinta de Canellas, que lhe deixou João de Albuquerque fidalgo illustre, que já sepultado na capella do Senhor Jezus em tumulo de pedra com a effigie d'elle estendida; e a capella mór é dos marquezes de Arronches. Tem uma grande reliquia de Santo Lenho, que em um incendio se conservou intacta.

Defronte d'este convento fica o real mosteiro de Jezus das religiosas tambem dominicanas onde já o corpo da bemaventurada princeza Santa Joanna, irmã do sr. rei D. João II do nome: estes dois conventos ficam dentro da porta do sol, e fora da de Vagos; para o sul, em pouca distancia está o convento de Santo António, dos frades menores da provincia da Soledade: fundou-se este convento no anno de 1524 por João Martins do Cafanhão, cavalleiro da ordem de Christo, e sua mulher Izabel da Costa, d'esta villa, ficando a ser seus padroeiros, e hoje é este padroado da casa de villa verde.

No extremo opposto da villa para a parte do norte, está o convento dos carmelitas *descalços* fundado em 1613 pela exma. D. Brites de Lara, mulher do exmo. D. Pedro de Lara, digo, D. Pedro de Medicis, irmão do grau-duque da Toscana, que como padroeira está sepultada em um alto e magnifico sepulcro de jaspe de várias cores na capella mór da parte do evangelho; este convento é casa de professos, e moram n'elle trinta e cinco religiosos.

Mais adiante fica o convento da Madre de Deus, que pelo sitio se appella — de Sá — é de religiosas da terceira ordem de S. Francisco.

O último no tempo, e mais florescente na virtude é o religiosissimo mosteiro das carmelitas *descalças*, dedicado a S. João Evangelista, que dentro dos muros da villa fundou o duque d'ella D. Raymundo nos seus paços, que com essa obrigação lhe deixou a exma. D. Brites de Lara.

Além do seis conventos há dentro dos muros um recolhimento de terceiras de S. Francisco; e há mais uma boa egreja dos terceiros seculares do mesmo Santo.

Correspondem a estes edificios com que a villa se ennobrece as casas sumptuosas dos particulares, quasi todas, dizem os antigos, feitas de pedra que lhes veio por mar, pois não se acham pedreiras tão perto pela terra: as dos vulgares por branqueadas e vistosas, as dos nobres com frontespicios de sacadas, e nos bairros dentro dos muros, e villa nova apenas se achará algum sem jardim com agua: por esta causa, e pela largueza de todas as ruas, e claros das praças, e gelozias de diversas côres, é a villa por toda a parte desabafada e alegre.

Avantajam-se as casas do marquez de Arronches, de que é hoje senhor o muito illustre sr. Henrique de Sousa Tavares, primeiro marquez de Arronches e 3º conde de Miranda por mercê de el-rei nosso senhor D. Pedro II do nome, e é do seu conselho de estado, governador do Porto, e embaixador de Hollanda, de Castella e de Inglaterra, e ha de succeder-lhe na sua illustre casa e titulos o seu ill.mo filho o sr. Diogo Lopes de Sousa, que está para se casar com uma filha do sr. D. João Mascarenhas, conde de Sabugal, e chama-se sra. D. Margarida de Menezes.

Mas ainda melhores casas pelo sitio sobre a porta da Ribeira são as dos nobres Tavares, senhores da villa de Mira, e n'esta moradores, pois egualando com abobadas, muros e ladeiras sobre a rua, á qual deram o seu appellido de Tavares, se entra em côche até á primeira sala: sobre outra abobada junto da porta da Ribeira, e por cima d'esta a olhar para o esteiro, e praça tem um jardim com flores, e plantas, onde está também uma grandiosa estatua de pedra de figura humana com uma serpente enroscada em uma das pernas, a qual é antiquissima e ha quem diga que é do tempo dos romanos, mas isto é tradicção que me parece sem fundamento. Era senhor d'esta casa ainda não ha muitos annos o muito nobre senhor Bernardim de Tavora de Souza Tavares, que serviu em tempo do sr. D. Afonso VI nas guerras com Castella, e commissario de cavallaria no Alentejo, e foi mandado por el-rei nosso senhor para governador de Mazagão, e ha de succeder-lhe o muito nobre senhor Manuel de Souza Tavares, senhor de Mira, que é capitão de infantaria, de soccorro a Ceuta.

A nobreza originaria de Aveiro pode deduzir-se de tres principios: o primeiro dos Turdulos, que depois do Diluvio, e da dispersão dos povos, e como descendentes de Japhet, que povoaram a Azia menor e a Europa, povoaram tambem toda a costa occidental desde o Douro até ao Tejo na qual, diz Brito, se perpetuou aquella nobreza antiga com menos mistura das nações estrangeiras, que em nenhum

outro districto de Luzitania; e ha quem diga que depois se misturara com esta raça, raça dos Anglo-saxonios, e da Grecia que produziu homens bem feitos, valentes e esforçados para a guerra, prudentes na paz, e cortezes no tracto entre si. O 2º dos Leonezes que ennobreceram a Terra de Santa Maria, que comprehendia desde Gaya à beira do Douro em frente do Porto, e a comarca da Feira, a de Esgueira e esta Villa, tendo esta Terra sua primitiva origem na Villa da Feira, e Arrifana de Santa Maria. O 3º dos portugueses antigos que illustraram a provincia da Beira a que el-rei D. Afonso III chamou — Lago de sangue nobre — e a chronica do mosteiro de Grijó dos conegos regrantes de S. Agostinho diz assim a folhas 77 — Não pode duvidar-se de tudo isto por ser a terra da Feira, que se estende desde Gaya até Aveiro, desde o anno de 900 — e já de antes habitada de gente illustrissima em tanto que os privilegios que os senhores reis d'estes reinos foram dados aos Infanções, costumavam dizer — que as haviam iguaes nas honras, e mais graças, e isempções aos antigos Infanções da Terra de Santa Maria, como declarou D. João I nos privilegios que deu á cidade do Porto, Braga e Guimarães.

Desde então para cá tirou muitos a côrte, e as fronteiras, e as armadas, e as conquistas nas terras dos mouros na Africa, e as da India, sepultando-se a maior parte das familias nobres em eterno esquecimento, umas por acabarem de todas as suas gerações especialmente nas varonias, e outras por não terem patrimonios para poderem sustentar sua nobreza, e outras, ou por casamentos, ou outras razões de conveniencia foram habitar na côrte, e nas provincias com que não tratando das nobres casas, que procedem de Aveiro, se omittem tambem as que gozam em outras partes dos morgados e cappelas, que aqui possuem.

Dos nobres que n'esta Villa a espaços residem tem em primeiro lugar os mui nobres fidalgos Souzas Menezes, capitães-mores d'esta Villa, e governadores da comarca de Esgueira; e também os Sás — Pereiras — Coutinhos — que descendem dos Roseimos. As mais familias de nobreza conhecida, e legitima, nomeando-as sem ordem de precedencia são as seguintes:

Albuquerque — Britos — unidos com Pachecos Varellas.

Rangeis — Quadros — com Oliveiras Perestrellos.

Rebellos — Pinhos — com Silveiras.

Campos — Vieiras — Guedes — com Figueiredos Villalôbos

Pimenteis — Coelho — com Athaydes.

Ribeiros — Picados — com Barretos — Ferrazes

Mascarenhas — d'Eças — com Azevedos — Madureiras

Ribeiros — Silveiras — com Nogueiras.

Leitões — Alfenas — com Ribeiros — Silveiras.

Corrêas — Azevedos — com Pintos — Rezendes.
Botelhos — d'Eças — com Ferrões — Castello Brancos.

Souzas Pachecos — com Oliveiras Barretos.

Soares — Magalhães — com Couceiros — Costas.

Rangeis — Quadros — com Viegas — Cardozos.

Falcões — Figueiredos — Pachecos — Noronhas — com Pereiras — Romanos.

Pereiras — Silvas — Leitões — com Pachecos — Ramalhos e com Magalhães — Castello Brancos.

Pachecos — Henriques — Cervães — Cabraes — com Mottas — Tabordas.

Sepães — Silvas — Varellas — Henriques — Ribeiros Calados — com Ribeiros Leitões.

Pinhos — Queimados — com Carvalhos Simões.

Pereiras — d'Eças — Silveiras — Souzas — Ribeiros — com Oliveiras.

Brandões — Azevedos — Marizes — com Corrêas — Coutinhos.

Leitões — Costas — Vieiras — Pinheiros — com Avellares — Fonsecas.

Rodrigues — Noronhas — Marizes — Limas — com Costa — Abreus.

Santhiagos — Mattozos — Annes — Marreiras — com Pachecos — Souzas.

Pinhos — Fonecas — Amaraes com Sampaio — Souzas.

Gomes — Arraes — Abreus — com Ribeiros — Calados.

Faixas — Vizes — Marques — Romanos — com Saraias — Ferrazes.

Novaes — Viegas — com Pinhos — Tavares — Amaraes.

Pinhos — Sampaio — com Pinas — Ferreiras — Machados.

Pereiras — Mellos — Magalhães — Mexias — com Costas — Leitões.

Marizes — Castros Rangeis — Quadros — com Pachecos Varellas.

Silvas — Mendes — Ribeiros — Maias — com Rangeis — Quadros.

Lopes Coelho — Freires — Silvas — com Telles — Silveiras.

Magalhães — Barros — com Gomes — Silvas.

Eram estas as familias mais nobres, e antigas d'esta Villa desde a sua origem conhecida, e cujas descendencias se tem espalhado não só em toda a comarca como tambem pela provincia da Beira, e mais terras do reino, onde faziam vantajosos estabelecimentos, e nobres casamentos e casas

distinctas, onde conservam os mesmos appellidos, e por cujos nobiliarios todos, ou pela maior parte procuram aqui a sua originaria descendencia como a mais pura, e illustrada.

Hoje que é na era de 1687 ainda se contam para cima de duzentas e setenta sepulturas com legendas, e brazões, e armas esculpidas em pedra em edificios novos, e antigos com suas divizas, algumas das quais estão consumidas do tempo por serem pela maior parte de pedra de Ançã, que por ser branda não é de tanta duração.

Como fallei da Villa da Feira, e de Arrifana de Santa Maria, é também indubitavel que ahi houve nobreza antiga, e original, e ainda hoje além da casa dos mui illustres condes da Feira, a qual hoje representa o sr. conde D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Menezes e Silva, senhor de todo o condado, ha a familia dos nobres Soares d'Albergaria, de Fijó — dos Ferreiras Leitões de Justas — dos Ferreiras Silvas de Pombos, e ha as antigas casas dos Pintos de Paramos — dos Camellos de Villar de Paraizo — dos Carneiros e Machados de Espargo; e tanto na Feira, como em Arrifana ha ainda os nobres appellidos de Borges — Mattos — Mascarenhas — Pinhos — Carvalhos — Gomes Rebello — Azevedos — Magalhães — Coutinhos — Pereiras — Lagos — Botelhos, etc. No seculo passado, e ainda no principio d'este houveram algumas familias d'estes appellidos que viam muito á lei dos nobres, mas pela maior parte tem acabado, e outras transplantaram-se para outros lugares onde gozam das rendas, e fóros que mandam cobrar por seus feitores.

N'esta comarca da Feira houve o primeiro, e original solar dos Brandões que eram dois irmãos Carlos Brandam, e Fernam Brandam que acompanharam o conde D. Henrique quando veio para Castella, e d'ahi para Portugal; eram naturaes de Normandia de França, e cavalleiros esforçados. Sendo postos por fronteiros em Gaia e na Terra de Santa Maria em quanto o conde D. Henrique foi peregrinar á Palestina, casaram com duas filhas de Rui Fernandes de Portel, que morava entre o mosteiro de Grijó, e a Villa da Feira e ahi fizeram grandes casas onde moraram, e se chamaram os paços de Brandão, que depois se povoou, e se fez a freguezia do mesmo nome de paços de Brandão, que hoje tem.

Fernam Brandão seguiu D. Affonso Henriques na tomada de Coimbra, e serviu aquelle principe, que depois foi rei, e teve muita descendencia que foi para muitas casas nobres da Extremadura, Alemtejo, e para a Beira Baixa.

A descendencia de Carlos Brandam foi para o Porto, Minho, e Beira Alta, e durou a sua descendencia em paços de Brandão até ao tempo do reinado do sr. rei D. Duarte e por este tempo passou a varonia para Corêxas ao pé de

Arrifana de Souza, e extinguiu-se esta familia em paços de Brandão. Foi para Ossella Henrique Brandam que ahi casou e houve filhos legitimos — e muito depois veio um descendente da linha de Fernam Brandam para commendador de Riomeão, Frossos, e Rossas chamado D. fr. Braz Brandão, que eu conheci, e é hoje commendador d'Algôzo no Alemtejo da ordem de Malta, e deixou cá filhos bastardos de que fez caso e um d'elles chamado Domingos mora em Frossos, e outro mora em Rossas de Arouca: mas é para admirar que em paços de Brandão não ficasse descendencia d'esta illustre familia nem legitima, nem ao menos bastarda, nem nas freguezias circumvisinhas. O tempo destruiu os paços mas não o nome, e os bens d'aquella grandiosa casa passaram a terceiros possuidores.

Esta villa d'Aveiro teve sempre guarnição de tropa, e no seculo passado em tempo do sr. rei D. João III tinha tropa de couraceiros, e de infantes que acompanharam com a nobreza d'esta villa o sr. rei D. Sebastião a Africa onde ficou com elle destroçada na batalha de Alcacere quibir, ficando depois este reino mui prostrado com o dominio de Castella. Altos juizos de Deus!

No reinado do sr. rei D. Sebastião formaram-se as ordenanças com regimento de capitães-móres, e de sargentos-móres, que eram nomeados das pessoas da primeira nobreza da comarca; depois d'estes eram os capitães das companhias que também são tirados de entre a nobreza, o que ainda hoje se cumpre por proposta dos vereadores, e nobreza da villa, e provedor do concelho de Esgueira. Esta ordenança armada com differentes armas brancas, e de tiro, faziam a defesa da terra depois que o sr. rei D. Sebastião levou consigo para Africa a flôr da tropa de couraceiros e de ginetes: e depois que o sr. rei D. João IV foi aclamado rei d'estes reinos em dezembro de 1640, foram creadas tropas de auxiliares, e foi esta nobre villa uma das primeiras do reino que teve esta tropa em forma de regimento com mestre de campo, e sargentos-móres de batalha e capitães, outros graus inferiores com fardamentos mui vistosos e aceados, e peitos de aço, e esta tropa foi adestrada para a guerra, servia mui honrosamente para defender a comarca, e terras visinhas dos ataques dos castelhanos que procuravam conquistar estes reinos; e para impedir o desembarque de uma armada do parlamento de Inglaterra mandado por um chamado Oliveiro Cromuvél de accordo com o rei de Castella contra o nosso rei o sr. D. João IV que santa gloria haja, mas por fim fizeram-se as pazes ficando nós em mais socego. A tropa dos auxiliares de Aveiro foi tida como a mais briosa de toda a beiramar do reino, e a mais gabada pelos grandes serviços que prestou, pelo que foram-lhe dados muitos louvores, que

ficaram registrados nos livros da comarca de Esgueira. Havia também n'esta villa uma boa companhia dos fachos, que acendia fachos, e fogueiras nas praias do mar, para dar rebate de noute, e para fazer signaes. Toda a tropa de Aveiro, e da comarca, dos auxiliares, e ordenança armada excedia a 3:500 homens dos mais valentes, e esforçados.

N'esta villa todos os nobres d'ella, e da villa de Esgueira que fica d'aqui uma milha para o nascente, desde tempos antiquissimos tem costume de virem ao caes em dia de S. João Baptista celebrar a sua festa com mui luzidas cavalhadas onde appareciam, e ainda agora apparecem os mais ricos telizes primorosamente bordados com bordaduras de ouro e prata, e sedas de varias côres, e veludos ricos de terciopêlo, com suas armas brazonadas, e divizadas, trajando os seus mais ricos vestidos de gala, e plumas, e depois de praticarem com a maior destreza, e a mais brilhante mestria differentes jogos de cavallaria, correm a sima pela villa, e acabada esta vistosa função seguem á estacada dos touros, onde cada um á porfia mostra a sua destreza, e manhas em acoçar os valentes animaes ora de pé, ora a cavallo; mas raro é o anno em que não haja algum desgosto, o que procede do descomedido atrevimento, e ouzadia em os acometter, principalmente os touros que se mandam vir do Alemtejo, e Santarém, por os quererem mais bravios do que os de cá: e também n'aquelle dia se fazem mui vistosos fogos de artifício de dia, e também de noute com figuras como de bonifrates de mui engenhosas invenções.

Esta villa padece o achaque de maleitas, que na quadra da primavera, e do outono fazem adoecer muita gente, e em alguns annos morrem muitas pessoas, o que é attribuido ás aguas encharcadas nas salinas, e outros lugares plainos, onde morrem as aguas do inverno, que produzem exhalações nocivas, e se não fosse este mal, que ainda se não pode affastar, seria esta villa a mais formosa, e talvez a mais rica de quantas villas maritimas tem o reino; e as epidemias tem sido a principal das rasões porque a maior parte da nobreza, e pessoas abastadas a tenham abandonado.

Ha dois annos vieram aqui chamados pelos principaes d'esta villa, e da de Esgueira, que sofre o mesmo achaque,

dois estrangeiros hollandezes cujas terras dizem são mais baixas do que o mar, para darem o seu parecer com o fim de se remediar tão grande mal: os ditos estrangeiros dizia-se que eram muito entendidos na arte de engenharia das aguas a que chamam hydraulica, e aqui estiveram quatorze mezes a observar as enchentes dos rios, e a corrente do Vouga, as marés, e as correntes dos ventos, e por fim disseram que a causa de não escoarem as aguas era porque sendo a barra d'esta villa em má direcção e ao sudoeste, e ter o canal mais de tres leguas que são 9 milhas da Vagueira de Mira aqui, nunca esta barra havia de prestar nem para embarcações de mediano lote, nem para dar prompta saída a todas as aguas, e que no sitio de S. Jacinto, tapando a barra de Mira, fazer alli uma nova, e que era aquelle o melhor ponto, mas que para levar a obra ao cabo, e com a precisa segurança eram necessarios muitos mil cruzados para se gastarem, e muitos milhares de braços para trabalharem n'ella, e que ainda assim não ficavam por fiadores da obra por ser feita em areia movediça que estará sempre á mercê dos ventos e das marés e das enchentes dos rios: e com esta resposta nos deixaram ficar no mesmo estado, e sem esperanza de melhoramento até quando Deus quizer, e o sr. rei não nos acudir com o seu braço real do qual ainda esperamos remedio a nossos males. Se assim não for, d'aqui a pouco mais de meio seculo não terá esta villa por moradores se não os que se occupam na pesca, alguns mareantes, e aquelles que não tiverem meios de irem para outras partes. Deus Nosso Senhor nos acuda com a sua Divina Graça, e com a sua infinita misericórdia. Amen. Aveiro, 27 de janeiro de 1687. O licenciado, *Christóvão de Pinho Queimado*.

Fielmente copiada por mim do original.

V.C.C. de Souza Brandão.

Exposições 1996

GALERIA MUNICIPAL

- 18 a 28 de Janeiro - AVEIRO ARTE - 25º aniversário
17 de Fevereiro a 3 de Março - LÚCIA SEABRA - Retrospectiva "Dez Anos a Pintar"
9 a 24 de Março - HIPÓLITO ANDRADE - Pintura
30 de Março a 14 de Abril - MANUEL OLIVEIRA COSTA - ARTE FOTOGRÁFICA
20 de Abril a 5 de Maio - ZÉ MONTEIRO - Pintura
6 a 28 de Julho - LUIS FRANCISCO SILVA - Monotipia e técnicas mistas
14 a 30 de Junho - BEATRIZ CAMPOS - Cerâmica artística
2 a 11 de Agosto - FERNANDO BARROS - Pintura
16 de Agosto a 8 de Setembro - MARCOS SILVIO SILVA - Pintura
13 a 22 de Setembro - JOÃO CARQUEJEIRO - Cerâmica artística
28 de Setembro a 13 de Outubro - CARLOS LOURENÇO - Pintura e escultura
18 de Outubro a 3 de Novembro - QUINTAS - Pintura
8 a 24 de Novembro - ALEXANDRE BAPTSTA - Pintura e desenho
30 de Novembro a 15 de Dezembro - JEREMIAS BANDARRA - Pintura

GALERIA DOS MORGADOS DA PEDRICOSA

- 12 a 28 de Janeiro - AVEIRO ARTE - 25º aniversário
3 a 18 de Fevereiro - LOPES DE SOUSA - "20 anos de pintura"
24 de Fevereiro a 3 de Março - REMO ADAPTADO (Galitos)
9 de Março a 7 de Abril - ILDA DUARTE BRAGANÇA - Cerâmica artística
12 a 21 de Abril - ARTUR FINO - Pintura
25 de Abril a 9 de Junho - CÂNDIDO TELES - Desenho "Estudos Preparatórios"
6 a 28 de Julho - BEATRIZ CAMPOS - Cerâmica artística
2 a 11 de Agosto - FERNANDO CARDOSO - Pintura

Aniversário do Distrito de Aveiro



Nos alvares do Regime Liberal, ao verificar-se os inconvenientes na demarcação do País em províncias, que eram circunscrições administrativas demasiado extensas, optou-se por uma divisão mais partilhada. Com este objectivo, em 18 de Julho de 1835, foram criados os distritos, entre os quais o de Aveiro; em 25 seguinte, seriam nomeados os respectivos governadores civis. Para Aveiro foi escolhido José Joaquim Lopes de Lima, oficial da marinha e deputado por Cabo Verde, que entrou em exercício no dia 16 de Setembro.

Na ocorrência do 160º aniversário, a efeméride não foi esquecida, para isso, o Governo Civil organizou um programa de comemorações, que se desenrolou desde 18 de Julho até 5 de Outubro. É de salientar a publicação de uma brochura, a que foi dado o título *DISTRITO DE AVEIRO — QUEM SOMOS DO DOURO DO BUÇACO* e cujo lançamento se

efectuou no próprio dia do aniversário, 18 de Julho.

Lendo as suas oitenta páginas, facilmente se fica com a convicção do alto valor do Distrito de Aveiro no âmbito nacional. Após a introdução, onde se transcreve a proclamação do primeiro governador civil, se publica a mensagem do Dr. Gilberto Madaíl e se faz um breve resumo histórico do Distrito, a brochura mostra-nos a contribuição do Distrito para o desenvolvimento do País, com a apresentação de estatísticas concretas, aponta-nos as principais infra-estruturas, com destaque para o euro-parque, o porto e a universidade, e, de concelho a concelho, dá-nos a radiografia de todo o Distrito. A última página é preenchida com a lista dos governadores civis, desde 1871.

Como já alguém escreveu, a “criação e a manutenção do Distrito colocou a cidade de Aveiro ao lado das principais cidades do País; consequentemente, tal decisão governativa constituiu um poderoso impulso no caminho auspicioso do progresso material e moral de toda a população que lhe pertence”, de tal forma que - como se lê na referida publicação — “o Distrito de Aveiro, com os seus dezanove concelhos que se estendem do litoral às serranias, é, pela riqueza e capacidade de iniciativa das suas gentes, um dos mais importantes do País”.



IP 5 — Nó rodoviário de Esgueira

Proclamação do Primeiro Governador do Distrito de Aveiro

HABITANTES DE AVEIRO

Ao entrar no exercício da Administração do vosso Distrito, cumpre fazer-vos conhecer em poucas palavras o meu Credo político-administrativo, que os factos realisarão.

As minhas attribuições são todas benéficas, e o meu esmero se empregará em comprovar esta asserção.

Nascido na classe do povo, farei por não desmentir a minha origem, identificando-me com os interesses dos Povos, e com as vistas benéficas do Governo. Todos os Cidadãos terão em mim um Amigo; todas as autoridades um Collega: ninguém descobrirá em mim um déspota; porque a Lei irá na frente de todos os actos da minha Administração. Firme na orbita das minhas attribuições, jámais invadirei as alheas, nem consentirei que os meus Subalternos se exorbitem. Ouvirei a todos, e a todos prestarei attenção, menos aos intriguistas, que baldarão comigo as suas seducções.

A rebellião e a anarquia me encontrarão sempre vigilante; mas eu espero e desejo que a Espada da Lei não tenha nunca de desembainhar-se. Os Amigos da Patria reunidos em roda de mim me auxiliarão com suas luzes, e as Authoridades oriundas da respeitável Urna Eleitoral me farão conhecer as necessidades dos Povos; e eu cuidarei como devo em remediallas como Governador, ou solicitar o remedio como Deputado.

União, Patriotismo, boa fé, e actividade incançavel na marcha dos progressos, eis o que a todos pede, o que das Authoridades exige em nome da Rainha e da Carta.

O Governador Civil
José Joaquim Lopes de Lima

Aveiro, 16 de Setembro de 1835.

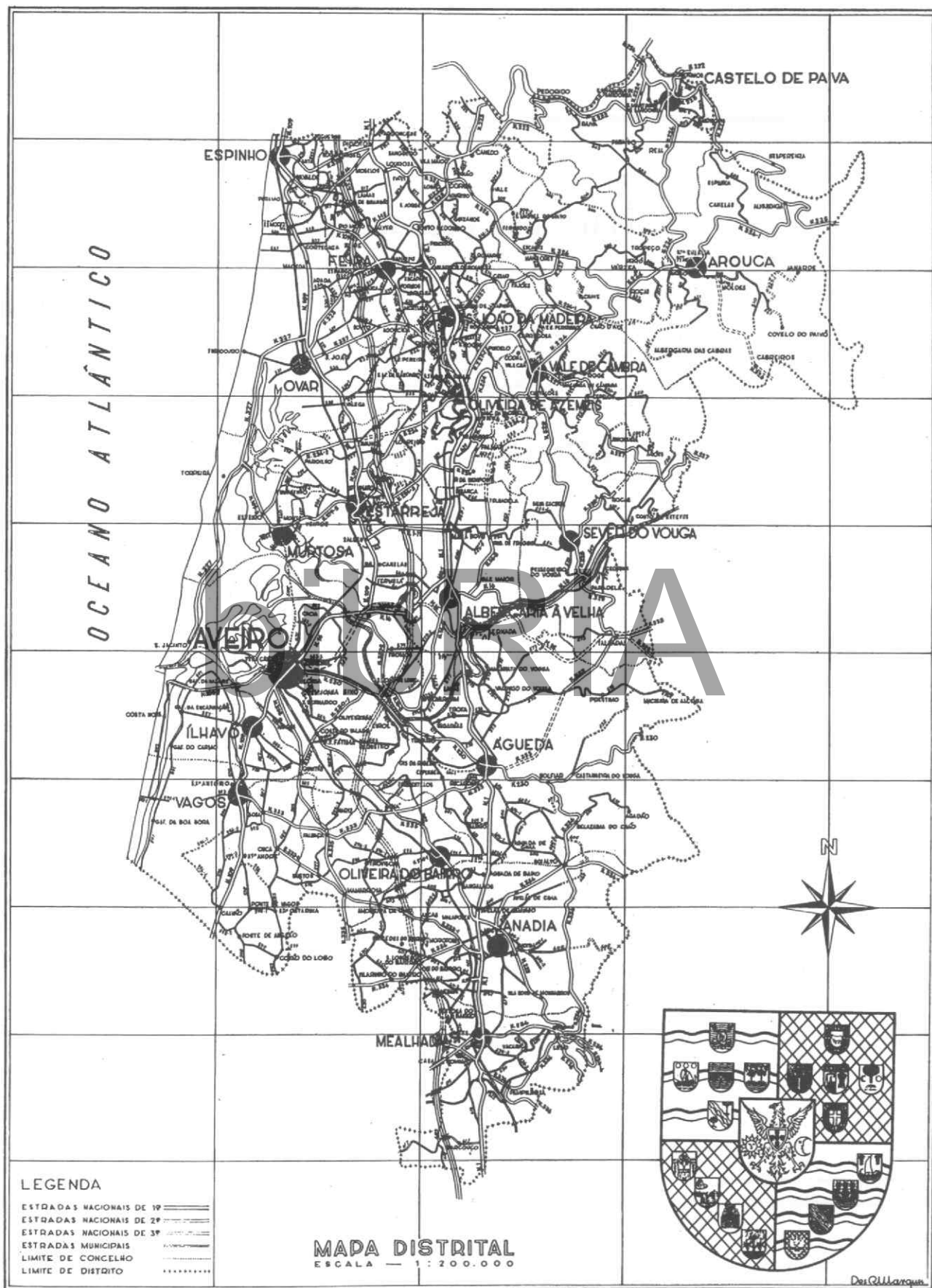
O primeiro Governador Civil do Distrito de Aveiro foi **JOSÉ JOAQUIM LOPES DE LIMA**, nomeado pelo decreto de 25 de Julho de 1835. Era official de Marinha e deputado pelas ilhas de Cabo Verde.

Munido do seu diploma de governador Civil que lhe foi entregue em Lisboa, chegou a Aveiro nos fins da

primeira quinzena do mês de Setembro de 1835 e no dia 16 deste mês dirigiu uma proclamação impressa aos habitantes desta cidade, em que declarava o seu programa político e administrativo como Governador Civil do Distrito de Aveiro.

Aqui se deixa textualmente reproduzido

DISTRITO DE AVEIRO



FEIRA DAS VELHARIAS
1996

JANEIRO - 21

FEVEREIRO - 11

MAIO - 19

JUNHO - 23

JULHO - 07

AGOSTO - 24

SETEMBRO - 22

OUTUBRO - 06

NOVEMBRO - 24

DEZEMBRO - 08

A Vila de Esgueira

Notas soltas proferidas num serão informal

João Gonçalves Gaspar

1. - Origem do Topónimo

Quando era jovem, atravessava frequentemente a povoação de Esgueira no meu caminho entre Eixo e Aveiro, umas vezes a pé acompanhando a minha mãe, nos tempos difíceis da segunda guerra mundial, quando os meios de transporte escasseavam, outras vezes de bicicleta, e ainda outras de comboio ou de camionete. Depois, foi o interminável rosário de passagens pela antiga vila medieval.

Não raro, ao sair já da povoação - e mesmo ao entrar nela - ouvia dizer que me estava a *esgueirar*. Ia então pensando que as pessoas se esgueiravam ao deixar Esgueira, ou se *esgueiravam* de Aveiro ou doutro lado qualquer e se agrupavam num sítio a que se convencionara chamar *Esgueira*. Era uma conclusão simplista, mas - quem sabe? - não teria ela qualquer fundamento?

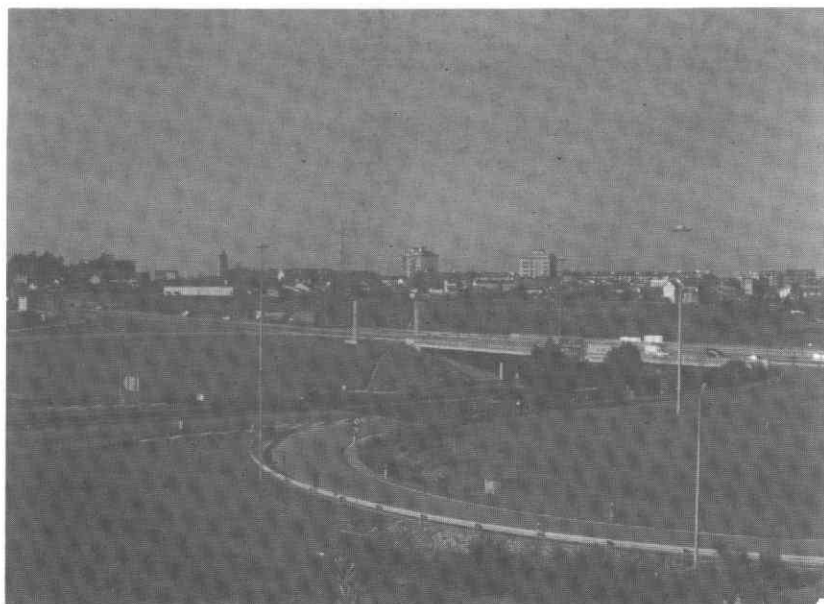
Mais tarde, ao folhear a revista *Arquivo do Distrito de Aveiro* e ao ler o artigo que o Dr. António Gomes da Rocha Madaíl aí publicara em 1935 sobre o selo municipal de Es-



Planta de Esgueira (à volta de 1950)

gueira,¹ surgiu-me o interesse pela possível etimologia da palavra *Esgueira*; é que a matriz do selo ostenta uma legenda circular que diz: *S. (igillum) CONCILLI ISCARIE* (ou Isgarie), isto é: - *Selo do Concelho de Esgueira*. Essa leitura foi o ponto de partida para uma séria reflexão.

Como aconteceu com muitos topónimos europeus, a origem de *Esgueira* - *Scaria* ou *Sgaria* - pode buscar-se no sânscrito, a antiga língua sagrada dos hindus. Efectivamente, os arianos, estabelecidos primitivamente no vale de Kaschmir, expandiram-se para o sul da Ásia até ao norte da cordilheira do Himalaia e, em migrações contínuas durante séculos, pelo Irão e vizinhanças e através das gargantas do Cáucaso, difundiram-se pela Europa, com cujos nativos se cruzaram, se-meando naturalmente o próprio vocabulário; da mistura do sânscrito, que se tornou o idioma árico ou ariano, com as diversas falas indígenas, procederam as línguas indogermânicas ou indo-europeias, incluindo o celta, o eslavo, o teotónico, o grego e o latim. Para esses povos, que usavam principalmente monossílabos simples ou palavras compostas por monossílabos, *scar* ou *sgar*² significava uma zona rochosa no cimo de um outeiro, onde implantavam os lugares de culto e sepultavam os mortos. Ainda hoje, na



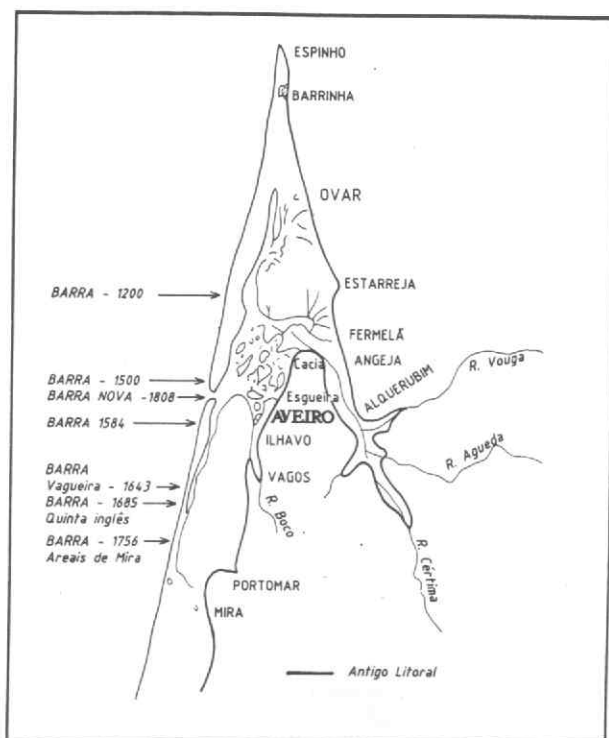
Vista do "Outeiro" de Esgueira

língua inglesa, por exemplo, *scar* também indica a parte rochosa e escarpada numa montanha.

Por seu lado, mais recentemente os gregos, com a palavra *Eskára* - que os romanos latinizaram com *Éschara* - querem exprimir lugar alto, rocha, altar do sacrifício e lar, ou seja, tudo com conotação religiosa. E nós, portugueses, usando palavras afins, como *escara* (crosta de ferida), *escarção* (pedra grande e em arco por cima da padieira), *escarpa* (declive acentuado ou subida ingreme) e *isqueiro* (pedra que produz a fâisca), também não estamos a adulterar o primitivo significado do radical. A própria palavra *esgueira*, em sentido comum, usava-se para o pagamento ao jornaleiro do dia de trabalho - pagamento esse que, em recuadas eras, não raro era feito com pedrinhas maiores ou menores, as moedas de então. Além disso, sem sair do nosso País, encontramos topónimos que terão a mesma origem, como *Escarei* (na Ribeira de Pena), *Escarigo* (em Figueira de Castelo Rodrigo), *Escariz* (em Arouca) e *Isqueiro* (em Caminha).

Todavia, continuando a examinar o nome de *Iscária* (*Esgueira*), deduz-se que ao radical se juntou o sufixo *ia*, que lhe dá um sentido colectivo e/ou de amplidão; assim acontece com tantas e tantas palavras, mesmo portuguesas, como harmonia, sinfonia, pátria, Lusitânia, Itália, gratia (latim), Spania (latim), etc., etc.

Pressupostos estes considerando, temos que *Esgueira* (*Iscária*) significa um outeiro mais ou menos rochoso, com certa amplidão, aqui sobranceiro à ribeira e ao vale que outrora foi braço de mar; as estradas, que o cortaram e atravessaram, acabaram um pouco por o descaracterizar. Contudo, quem olhar do norte para Esgueira, ainda facil-



Situação da barra de Aveiro em várias épocas e localização de Esgueira

mente poderá refazer a silhueta anterior às fendas viárias. Ao longo dos milénios houve evoluções, a ponto de o oceano recuar e se alargarem a ria e a planície; o outeiro, porém, sempre ficou a predominar, não sem que o viver das gentes que o foram ocupando se deixasse interpenetrar pela terra e pelo mar.

Voltando às minhas suposições de jovem, até me parece que *esgueirar*, derivado proximamente de *esgarar* ou *esgariar* e exprimindo uma fuga surrateira, talvez indique o esquivar-se para um qualquer esconderijo, quicá mesmo atrás de qualquer penedo ou entre pedregulhos.

2. - Durante a Idade Média

Tudo terá começado no *Outeiro (Iscária)* que, em escarpa, era sobranceiro à ribeira ou braço de mar. Esta situação geográfica é indicada muito resumidamente pelo Presbítero Soeiro em 31 de Janeiro de 1103, no documento de doação à mitra de Coimbra na pessoa do bispo D. Maurício Burdino, *de hereditate mea propria quam habeo in uilla quam appellantur Isgeira que habet iacencia secus foce uauca prope littora maris (...), cum omnibus adprestacionibus suis que in se obtinet et ad prestitum hominis est una cum sua ecclesia omni mea racione quod in ipsa predicta ecclesia heredito, vel in ipsa uilla paretum meorum vel de apresuria temporibus Sesnandi consulis colimbriensi*, da segunda metade do século XI (1064-1091).³

A razão da importância económica é-nos já anteriormente revelada pela doação ao mosteiro da Vacariça por D. Gendo, sua mulher Argelo e seus filhos Donclom e Tedom, em 19 de Novembro de 1057, próximo à reconquista definitiva do território aos mouros: a das *salinas* que o benfeitor possuía nas águas marítimas de Esgueira, compostas de cinquenta e um talhos com os utensílios usados nos mesmos.⁴

De facto, nestes tempos obscuros e conturbados da Reconquista Cristã, com seus avanços e recuos, Esgueira já vivia voltada para a água, de onde lhe vinha quase tudo, desde o sal e o peixe para a sua alimentação até ao moliço para a adubação dos terrenos pobres e areno chegavam e saíam barcos em grande número, uns da faina fluvial e marítima e outros de transporte e negócio; por aí, no cais, se localizariam as estruturas embrionárias de apoio.

Enquanto isto, a região circundante parece encontrar-se dominada por Gonçalo Viegas, do Marnel, e por seus sucessores e familiares que, apesar da presença dos mouros, detinha praticamente toda a *riba uauga*; entretanto, Aveiro e a sua região, sem excluir Esgueira, tinham entrado na

posse dos Condes Portugaleses. Na realidade, em 25 de Agosto de 1106, o conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa, doaram, ao mosteiro de Lorvão, metade de Cacia, *que sparte pela gandra com Isgueira descendente a Vilarino*.⁵

Sucedem-se, posteriormente, as referências escritas a Esgueira: - na doação feita pelos mencionados condes, em 19 de Março de 1116, ao mesmo convento, da outra metade de Cacia e de parte de *Isgeira*;⁶ na doação feita pelo bispo de Coimbra, D. Bernardo, em Abril de 1137, ao arcediago Martinho, da sua marinha de *Isgeira*, sita no lugar da Figueira;⁷ nos depoimentos de testemunhas acerca dos litígios suscitados entre o cabido da sé de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade, datados de 1200-1201, onde se alude a propriedades *in terra de Isgueiro*;⁸ no seu testamento de Junho de 1203, em que Frei Pedro do Vouga favorece o mosteiro de Lorvão com quinze talhos que ele possuía na marinha da Figueira, junto de *fonte de Isgeira*;⁹ no rol das igrejas de padroado régio no bispado de Coimbra, de 1209 (ou 1229), onde se refere a de *Sanctus Andreas de Isgeira*.¹⁰

Estando integrada nos bens da Coroa nos inícios do século XII, Esgueira irá ingressar decididamente no domínio do dito mosteiro lorbanense. Na verdade, o que definiu para sempre o senhorio de Esgueira foi a doação régia de D. Sancho I, feita em testamento de Outubro de 1210, em favor da filha e rainha D. Teresa, onde o monarca incluiu, além de outros benefícios, *pro hereditate Montem maiorem et Sgueiram*. E el-rei ainda dispôs: - *Et, si filia mea Regina domna Tharasia mortua fuerit, filia mea Regina domna Blanca habeat Montem Maiorem et Isgueiram pro hereditate*.¹¹ Mais tarde, a Bem-aventurada D. Teresa, já soluta do casamento com o rei D. Leão, assumia a tutela do mosteiro de Lorvão, agora convertido numa instituição feminina da obediência de Cister, e, em Março de 1234, *sponte et integro animo*, faria doação ao cenóbio - embora ressaltando as cláusulas da concórdia com D. Sancho II - *de illa mea hereditate, scilicet villam que uocatur Isgueira quam rex pater meus dedit mihi pro hereditate sicut in testamento suo continetur*, esclarecendo que entregava a vila *liberam ab omni exactione et debito regi sicut ego eam habui a patre meo*; mas dava uma finalidade: que os seus rendimentos fossem *ad usum et ad necessitatem uestiarij dominarum de Lorbano*.¹²

Entretanto, já em Setembro de 1223 e no início do reinado de D. Sancho II, D. Branca doara ao referido mosteiro o que porventura viesse a possuir em *Ysgueira*, com a condição de receber dele trezentos morabitinos por ano, enquanto permanecesse em Espanha; e a mencionada carta,

depois de aludir à supradita concórdia, *inter nos et dominum Sancium regem Portugalie confecta et juramentis nostris confirmata*, acrescenta que Esgueira, *post mortem meam, libere et integre ad monasterium de Lorvão revertatur*.¹³ Sendo assim, a vila de Esgueira, apesar de diversas querelas e ambiguidades, ficou a pertencer, de juro e herdade, ao mosteiro de Lorvão, que, por isso, teria a jurisdição cível e apresentaria os párocos; quanto à jurisdição criminal, ao poder jurisdicional e à soberania - isso ficava na posse do rei como "senhor dos senhores", que entregava à cura de um juiz seu.

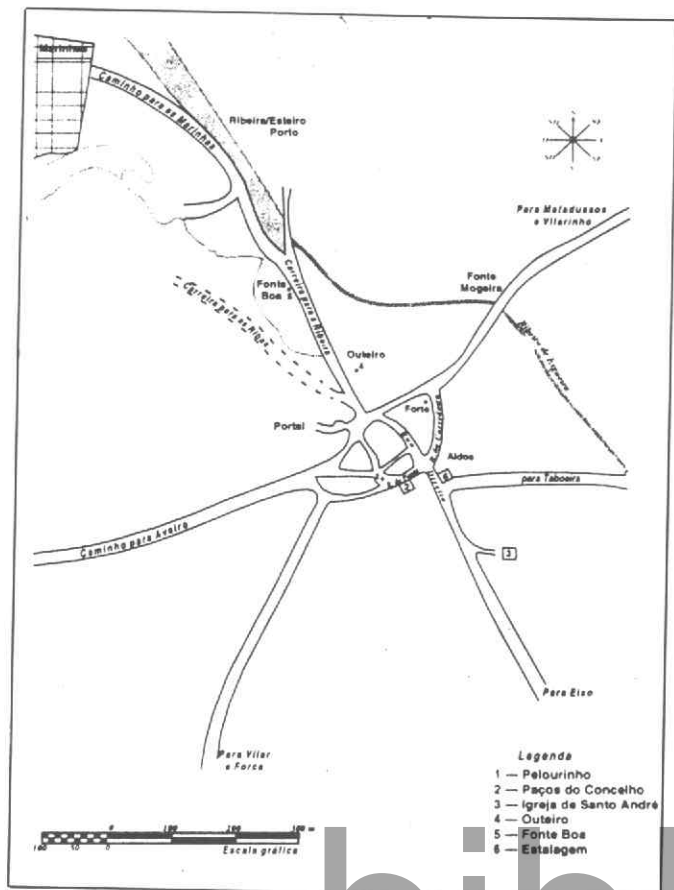
A vila viu assim as actividades económicas controladas e incentivadas pelo mosteiro de Lorvão, personificado na respectiva abadessa que, por representantes ou procuradores, zelava pelos seus interesses; formando um núcleo populacional com uma actividade própria, os moradores continuavam no cultivo dos campos e no aproveitamento dos recursos marítimos, nomeadamente no sal e na pesca. E, a tal ponto se foi desenvolvendo em importância, que iria desempenhar um papel preponderante sobre a região, apesar da proximidade da florescente vila de Aveiro. Servida e atravessada por um conjunto de vias, a povoação tinha possibilidade de comunicar com o seu termo, com Aveiro e com todo o Reino. Embora sem condições de fácil passagem directa para Angeja e Albergaria-a-Velha, era-lhe facultado por Eixo o acesso à estrada mourisca,¹⁴ que a ligava a Lisboa e ao Porto.

Depois das doações de D. Sancho I e das filhas D. Branca e D. Teresa, marcos relevantes para a história de Esgueira, continuamos a encontrar outras referências à vila medieval: - na carta de venda feita em Novembro de 1270 por Pedro Martins, prior da igreja de S. Salvador de Coimbra, a Gonçalo Gonçalves, das herdades que possuía na margem do Vouga e em *Isgueira*;¹⁴ na permuta realizada em 15 de Maio de 1279 entre D. Maria Peres, de Coimbra, e seu filho, o referido Pedro Martins, a quem ficaram a pertencer umas herdades em *Esgueira*;¹⁵ na inquirição da terra do Vouga *sobre os regengos e direitos e foros e cousas que El Rey hy tem*, de Agosto de 1282, onde consta o lugar de *Isgheyra*;¹⁶ no documento de venda, em Dezembro de 1292, feita por João Martins, como executor do testamento de Mendo Gonçalves, a D. João Peres, mestre-escola da sé de Coimbra, de vários casais, sendo alguns em *Esgueira*;¹⁷ na carta de el-rei D. Dinis, de 3 de Abril de 1309, ordenando a demarcação de *Saa e Esgueira*, conforme inquirição prévia;¹⁸ no extracto de taxas das igrejas da Diocese de Coimbra, com data de 13 de Fevereiro de 1321, que refere a *ecclesiam sancti Andree de Isgaria*;¹⁹ na inquirição das cavalaria no termo do Vouga, do ano de 1328, na qual consta a existência de três em

Isgueira;²⁰ numa carta de privilégios, concedida por el-rei D. Pedro I em 15 de Abril de 1363 a favor do barqueiro de *Esgueira*, onde *auia huum rio que chamam Cacia em que andaua barca de passagem*, para que o dito homem *seia scusado de hir em frota nem em armada nehuma e que o nom constrangades que uaa em gallees nem em frota em quanto el servir a dicta barca de passagem como deue*;²¹ numa relação de 7 de Abril de 1376, entre as localidades obrigadas a pagar para as obras que el-rei D. Fernando mandou executar na cidade de Coimbra, no título das vilas e julgados de aquém do Mondego, aparece *Esgueira*, com cento e dezassete libras;²² numa escritura de 8 de Setembro de 1412, por onde se fixou o que haviam de pagar ao mosteiro de Lorvão as *marynhas de jsgeyra*;²³ num instrumento, assinado em 4 de Julho de 1423, onde consta a medição das marinhas e o que delas o mencionado mosteiro devia haver de sal;²⁴ num documento de 26 de Maio de 1431, entre os lugares onde o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra possuía propriedades e rendimentos, no qual se refere, mais do que uma vez, a vila de Esgueira;²⁵ no livro de tombo de 1446, em que se enumeram os moradores de Esgueira e as suas propriedades na vila;²⁶ na carta de 21 de Abril de 1450, pela qual D. Afonso V faz doação a João Coelho, comendador de Leça, de todos os bens móveis e de raiz que pertenciam a João Eanes, morador em Esgueira, por ter sido partidário do Infante D. Pedro, na batalha de Alfarrobeira, *contra nossa pessoa e real estado*;²⁷ numa certidão dos capítulos especiais do concelho de Aveiro nas Cortes realizadas em Lisboa, em Dezembro de 1439 - aquela com data de 20 de Abril de 1451 - onde se determinava que, para o apuramento dos treze besteiros de conto a que a Vila de Aveiro fora obrigada, entrasse também o vizinho *lugar desgueira*.²⁸

Antes de uma peculiar referência ao foral manuelino, recordo finalmente quatro documentos - três ainda do século XV e um do imediato.

D. Afonso V herdara de seus antepassados a jurisdição sobre a vila de Esgueira; contudo, por carta régia de 18 de Dezembro de 1454, faria *merçee e pura doaçam da jurdiçam crime que nos auemos em a uilla de esgueyra* a João de Albuquerque, do seu Conselho, senhor de Angeja, Pinheiro, Assequins e Figueiredo, cavaleiro de grandes méritos que participara na expedição às Canárias e nas campanhas de África, junto a uma nobreza que, opondo-se à política do Infante D. Pedro, lutava pela manutenção da ordem anterior. O monarca, porém, doando a jurisdição crime, não se desvinculava do domínio real. Era uma jurisdição intermédia, pois ao juiz competia a primeira instância e ao rei a última; ao senhor restava a apelação de segunda instância. D. Afonso V teve o cuidado de acautelar a revogabilidade de tal



Planta de Esgueira no Séc. XV (de Maria João B. Marques da Silva, "Esgueira" 1994, pág. 67)

benefício, que duraria *em quanto nossa merçee for resalluando pera nos a correçam e alçada*. No entanto, apesar de todas estas cautelas, não faltaram conflitos, e alguns graves, entre João de Albuquerque e o mosteiro de Lorvão. Além disso, *segundo antigo costume do luguar*, o juiz seria eleito pelo "Concelho dos homens bons" da vila, cuja escolha seria apenas confirmada pelo donatário, *como ata ora foram per o corregedor dessa comarca em nosse nome*. A morte do cavaleiro em 3 de Janeiro de 1470 viria repor a antiga situação.²⁹

O segundo documento é uma carta do mesmo monarca, de 28 de Julho de 1459, em que se faz alusão ao traslado dos capítulos especiais dos procuradores de Aveiro às Cortes de Lisboa desse ano e respectivos despachos, por um dos quais seria respeitado o antigo costume de as marinhas de sal de Esgueira e lugares vizinhos se manterem alagadas e cheias de água até 1 de Junho de cada ano - data em que *cada hum pode enpear de secar sua marinha, e quallquer que assi nom houuer que seja logo cauada e desllapitada, por tall maneira que aquelle anno nom faça sall*.³⁰

O outro documento quatrocentista, de 6 de Novembro de 1459, é o tombo de portagem que o mosteiro de Lorvão levava em Esgueira, pois o *dicto mosteiro ssempre esteuera*

em posse leuar estas coussas e que nenhuua ordem nem couto nem caualeiro nom he escuso de pagar em a dicta uilla e termos portagem, ssaluo a ordem do Espritall.³¹

No dealbar da centúria seguinte, exactamente em 2 de Julho de 1506, era remetida uma carta aos *Juizes da Villa de Esgueira e a quaesquer outros Juizes e Justiças officiaes e Escrivães*; el-rei D. Manuel I, *sem embargo de non ser da uossa Jurisdição*, encarregava-os de intervir no conflito surgido entre os moradores de Aveiro e o ouvidor, bacharel Diogo Fernandes, que empossara Pero Moreira no cargo de alcaide-mor - cargo que não existia no quadro administrativo de Aveiro, por aí não haver nem castelo nem fortaleza.³²

3. - Foral manuelino

O principal documento da história de Esgueira é o seu foral - esse diploma que marcava a lei basilar da vila e do concelho. Parece que o Conde D. Henrique terá dado foral a Esgueira em 1110, que D. Afonso IV confirmaria e ampliaria em 1342.³³ Este último, com o nome de *foral velho*, seria a compilação e actualização dos *costumes*, que ficavam assim confirmados e regularizados, evitando-se a continuação de dúvidas e de abusos, com o fundamento em pretensos privilégios que se haviam estabelecido. Todavia, o exemplar que se conhece e que pertenceu ao mosteiro do Lorvão, donatário da terra, guarda-se presentemente no Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, por deferência da família do Dr. Francisco Ferreira Neves, que o doou à Autarquia; trata-se do foral outorgado por D. Manuel I, em 8 de Junho de 1515. Publicado em 1935 na revista aveirense *Arquivo do Distrito de Aveiro*, com leitura do Dr. João Martins da Silva Marques, ele seria mais tarde incluído pelo Dr. António Gomes da Rocha Madaíl, na *Colectânea de Documentos Históricos*, aquando das festas do Milenário de Aveiro, em 1959.³⁴

Os forais, no conjunto da legislação, aparecem-nos como documentos autênticos, outorgados pelos monarcas ou pelos senhores das terras - como ordens militares e monásticas - os quais se destinavam a regular a vida colectiva das povoações, novas ou já existentes, formadas por homens livres ou que então eram revestidos dessa dignidade; sendo leis escritas e orgânicas, orientavam as formas de administração económica e de relação social entre os habitantes, e entre estes e as entidades outorgantes. As povoações privilegiadas com tais documentos criavam naturalmente os seus órgãos próprios, que eram a assembleia dos vizinhos e os magistrados privativos, caminhando para a formação dos municípios com as respectivas instituições.

El-rei D. João II, nas Cortes de 1481, anunciara a in-



Foral manuelino
(1ª página)

tenção de reformar os antigos forais, em muitos casos inteiramente desfasados perante as novas realidades do Reino; mas acabaria por falecer sem sequer ter iniciado esse projecto, cuja glória coube ao sucessor. Efectivamente, D. Manuel I, por carta régia de 22 de Novembro de 1497, ordenou o exame dos forais existentes, para *tornallos a tall forma e estilo que se posam bem entender e comprir*. Cada cidade, vila ou lugar apresentaria o seu *foral velho* e transmitiria, em complemento, o modo como arrecadava as rendas e reais e outros direitos régios, não esquecendo a aplicação que fazia das receitas da portagem e costumagem, sobre o que eram constantes as queixas dos povos. Tudo revisto pelo Conselho da Fazenda, concedia-se o *foral novo*.³⁵ A reforma manuelina decorreu entre os anos de 1500 e 1520; por ela se actualizaram as normas da convivência municipal que, em muitos casos, radicavam em três séculos de história. Porém, o Estado moderno, com a sua propensão centralizadora que vincadamente se tinha acentuado desde o início da segunda dinastia real e que se tornou evidente a partir de D. João II, retirava aos concelhos uma boa parte da autonomia local; os forais, sem a característica de *estatutos* da vida concelhia,

passaram a ser meros *registos* dos encargos para a Coroa e das isenções locais.

Como todos os forais manuelinos, o de Esgueira tem grande interesse para a história fiscal e económica, com circunstanciadas referências às marinhas de sal, às lezírias, aos maninhos, aos baldios, etc. - o que prova que, no início do século XVI, aqui continuavam em bom ritmo a actividade piscatória e a faina do sal. *Foral dado ao lugar de esgueyra do mosteiro de Loruam da Ordem de Sam Bernaldo*, o documento foi entregue no Paço do Concelho de Esgueira, *em camara della*, pelo escudeiro Brás Ferreira, morador na vila de Aveiro, que *pruicamente o leo todollos de verbo a verbo*; além das pessoas ligadas por seus ofícios à vida local, esteve presente o povo da vila, que fora convocado por pregores. Isto aconteceu em 2 de Setembro de 1516, conforme nota de recebimento, assinada pelos juizes do crime e do cível, João Girdales e André Anes, pelos vereadores, Gonçalo Coelho, João Gil o novo, João Gil o velho e André Fernandes, pelo recebedor do Concelho, João Pires, pelo ouvidor da abadessa do mosteiro de Loruão, Gonçalo Coelho, pelo criado da dita senhora, Pero Vaz de Eça, pelo feitor da dita senhora, Afonso Fernandes, pelo escudeiro, João Álvares, e pelo escrivão da Câmara, Lopo Fernandes. Brás Ferreira entregou a carta de foral a Pero Vaz de Eça e a Afonso Fernandes - o primeiro dos quais, sendo sobrinho da abadessa de Loruão, Soror D. Beatriz de Eça, era também o donatário da vila de Esgueira.³⁶

Semelhante a tantos outros, o foral de Esgueira tem a primeira folha iluminada com o escudo das armas reais, sobrepujado por uma coroa aberta, incluso com D inicial de el-rei D. Manuel I - todo ele decorado a carmesim, verde, azul, vermelho, prata e ouro; nestas mesmas cores, foi desenhada a tarja rectangular, de composição vegetal estilizada, que contorna lateral e inferiormente o texto; escrito somente numa única coluna, enriquecem-no também letras iniciais filigranadas, alternadamente azuis e vermelhas.

4. - Concelho e Comarca

Conforme anotou o Prof. Marcello Caetano, a palavra *concelho* começou por designar, na Idade Média, a *assembleia deliberativa dos vizinhos de uma povoação e seu termo*. (...) *Estes vizinhos tinham de ser arriegados na terra, nela radicados pela propriedade ou pela tradição familiar, homens livres e de condição honrada, não gozando de estatuto pessoal que os isentasse de encargos comuns (como a nobreza principal e alto clero) ou os submetesse a regime*

especial (mouros forros e judeus). Tal assembleia ou concelho exercia a sua autoridade numa povoação e seu alfoz, julgando pleitos, resolvendo questões de economia local (abastecimento, terras, pastos, águas, caminhos...) e elaborando normas gerais (posturas).³⁷

É muito discutida a origem desta autoridade dos vizinhos em assembleia, afirmando-se como individualidade colectiva - o *concilium*.³⁸ Há quem a procure em tradições romanas ou germânicas; todavia, prevalece hoje a opinião de que resultou naturalmente das próprias condições da Reconquista, que não facilitavam aos reis cristãos o estabelecimento de uma organização estável de funcionários, sob a sua dependência. Assim sendo, os próprios habitantes tinham de providenciar às necessidades colectivas, pondo-se de acordo quanto às soluções e designando os magistrados para as mandarem executar. Estes magistrados denominavam-se vulgarmente como *juízes* e, sendo necessário, tinham como conselheiros homens experientes, os chamados *homens bons*, depois *vereadores*. O *concilium* dos vizinhos, com os seus órgãos, já significava um primeiro grau de autonomia.

Como atrás se referiu a propósito da concessão dos forais, na passagem para o século XIV, nota-se uma tendência para a intervenção cada vez mais apertada do poder central na vida interna e na administração municipal das cidades e das vilas; essa tendência manifesta-se particularmente na nomeação de *juízes de fora* e na conversão de certos funcionários, que até aí só excepcionalmente eram enviados pelo soberano para fazer *correição* numa província, em agentes estáveis do poder central, por este colocados à frente das comarcas. Os *corregedores*, como representantes do monarca, percorriam a área da *correição* ou *comarca* e, ao chegarem a cada localidade, começavam por averiguar o seguimento dado pelo tribunal às questões levadas perante ele, após o que recebiam as queixas do povo contra o agravo das autoridades e dos poderosos. Na sua actividade, além de outras atribuições, competia-lhes também inquirir sobre o procedimento dos funcionários do fisco, reprimir desordens e exorbitâncias, inspecionar a administração económica municipal e tomar as providências julgadas oportunas.

Se a organização municipal partiu dos vizinhos dos lugares, a *corregedoria* ou *comarca* acabaria por significar o exercício do poder soberano do monarca. Conforme a concepção do poder real que na Península Ibérica vigorou nos reinos da Reconquista, pertencia ao rei fazer e assegurar a justiça e velar pelo bem do povo. Embora no início da monarquia portuguesa, a justiça fosse administrada, em primeira instância, pelas autoridades municipais e senhoriais,

nunca o soberano se despojou da sua suprema jurisdição, que se foi alargando e confirmando na medida em que as condições o permitiam.

No tocante a Esgueira, ela foi cabeça de antigo concelho medieval, já atestado em 1294, quando um juiz, *sendo em concelho* em Esgueira, emprazou uma marinha a um morador da vila.³⁹ Decerto que já antes existia este órgão autárquico, pois em 1291 a abadessa de Lorvão ordenava a um juiz *do logo* que convocasse todos os julgados de Esgueira para, da sua parte, lhes transmitir umas directrizes.⁴⁰ Isto faz supor a existência de estruturas necessárias para o desenrolar deste como de outros processos.

Mas Esgueira também foi sede de uma vasta comarca ou correição, a cuja jurisdição se sujeitavam trinta e uma vilas, dez concelhos e um couto. Teria sido elevada a essa categoria em 20 de Dezembro de 1533, aquando da remodelação correcional em curso, operada por D. João III.⁴¹ Pergunta-se naturalmente por que motivo é que não foi escolhida a vila de Aveiro para cabeça da nova comarca ou correição. Talvez a resposta se possa encontrar no facto de ter sido criada em 1500 a *Casa de Aveiro*, na pessoa do senhor D. Jorge, filho bastardo de el-rei D. João II, mais tarde elevada a *Ducado*, cujo titular disfrutava de conside-

A antiga Casa Municipal de Esgueira



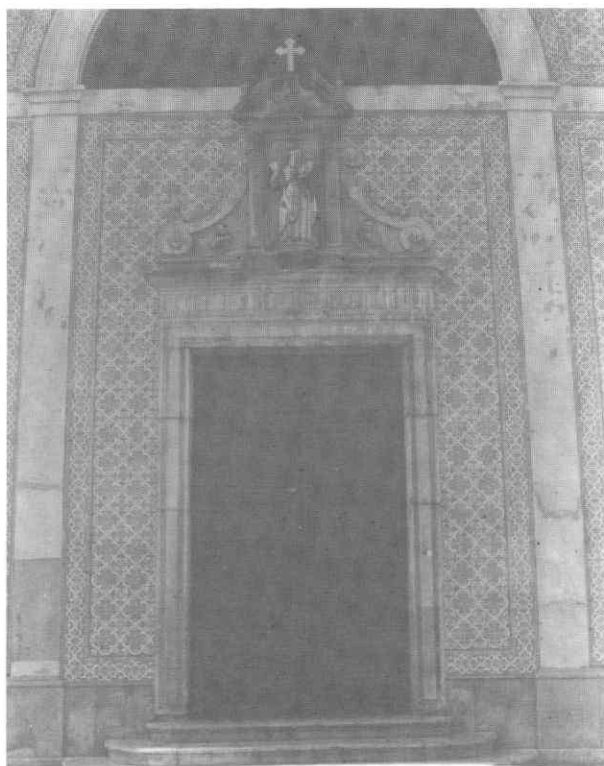
ráveis privilégios; porque não era uso escolher para sedes de correição senão vilas de jurisdição real já que nas outras os corregedores não tinham entrada, optar-se-ia por Esgueira, uma vez que o mosteiro de Lorvão só detinha a jurisdição cível e não a criminal.

Nos princípios do século XVII, a correição de Esgueira aparece-nos adicionada à de Coimbra. De facto - conforme se lê em documento de 1619, dirigido a el-rei D. Filipe II - dizem os *Officiais da camara da cidade de Coimbra que, tendo-lhe Vossa Magestade feito mercê da imposição sobre as carnes e vinhos para as obras da ponte e caminhos da dita cidade que sam tam publicos e frequentados como he notorio, para correr na dita cidade, e sua comarca, ora repugnam pagar a dita imposição a villa de Esgueira, e algumas daquella comarca, dizendo he outra e diferente da comarca de Coimbra, sendo assim que ha muitos annos que a dita comarca de Esgueira andando apartada se unio a dita comarca de Coimbra, e pela dita uniam ficaram as ditas comarcas huma só e se chama e he a comarca de Coimbra, como consta de certidam que se offerece, e nisso nam ha duvida, e por isso tem hum só corregedor, e os mesmos officiaes de sua correição.*⁴² Uma provisão régia do mesmo ano obrigava ao pagamento a villa de Esgueira e as mais Villas e lugares e sua comarca por ser unida a de Coimbra.⁴³ De nada valeram os embargos à provisão.

Contudo, ou porque se concluiu pela injustiça da supressão ou porque se reconheceu a sua necessidade, Esgueira recuperou a sua autonomia no século imediato, em nova



Interior da igreja matriz (pormenor azulejar)



Igreja matriz de Santo André
(Pórtico principal)

divisão judicial do País, passando a figurar como uma das nove comarcas ou correições em que se dividiu a província da Beira, ao lado das de Coimbra, Montemor-o-Velho, Feira, Viseu, Lamego, Pinhel, Guarda e Castelo Branco. Em 1736, abrangia vinte e oito vilas, um concelho e um couto - todos com seus tribunais e juizes: - *Vilas*: Agueira, Anadia, Angeja, Assequins, Aveiro, Avelãs de Caminho, Avelãs de Cima, Bemposta, Brunhido, Casal de Álvaro, Eixo, Estarreja, Ferreiros, Ílhavo, Ois da Ribeira, Oliveira do Bairro, Paus, Préstimo, Recardães, Sangalhos, São Lourenço do Bairro, Segadães, Serém, Soza, Trofa, Vagos, Vilarinho do Bairro e Vouga; - *Concelho*: Fervedo; - *Couto*: Couto de Esteves.⁴⁴

Entretanto, em 1758 deu-se o atentado contra a vida de D. José I, cujo processo teve como desfecho uma duríssima sentença que, entre outras alíneas, condenou à morte o duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas. Em consequência, o ducado foi extinto e incorporado na Coroa, em 17 de Janeiro de 1759, e a vila de Aveiro, que jurara fidelidade ao monarca e se manifestara contra o *homem que havia atenta-*

do contra a vida do seu rei e senhor;⁴⁵ era elevada a cidade, em 11 de Abril seguinte. Em 4 de Setembro de 1760, el-rei delimitava a jurisdição da comarca, correição ou provedoria de Esgueira, ordenando que *o provedor, que até agora se intitulava de Esgueira, ficará de hoje em diante sendo provedor da cidade de Aveiro, sendo o distrito da sua provedoria o mesmo que até agora foi, por não haver mudança alguma das vilas do seu distrito e somente na sua denominação*.⁴⁶

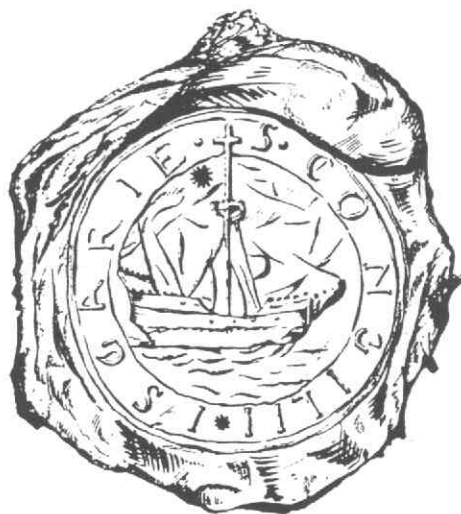
Quando, a pedido de D. José I, o papa Clemente XIV, por seu breve apostólico *Militantis Ecclesiae Gubernacula*, em 12 de Abril de 1774 criou a Diocese de Aveiro, deu-lhe como território o da antiga comarca, provedoria ou correição de Esgueira, que estava sujeito ao bispo de Coimbra e tinha como *metropole a cidade de Aveiro*, abrangia *quatro jurisdições inferiores - ditas vulgarmente Recardães, Ílhavo, Águeda e Oliveira do Bairro - com as suas respectivas aldeias e estendia-se por cerca de oito léguas*. Incluíam-se na nova circunscrição da Igreja Católica *todas e cada uma das igrejas, mosteiros, capelas e outros lugares eclesiásticos e pios, e bem assim o povo, domiciliados, habitantes e as restantes pessoas eclesiásticas e seculares, como também as coisas e os bens que dos mesmos existam no dito território*.⁴⁷

A vila de Esgueira, que - segundo o cadastro populacional ordenado por D. João III - contava em 1527 o total de cento e setenta e cinco fogos, foi decaindo, na medida em que a linha de maré se afastava do seu Outeiro; além disso, a vizinhança de Aveiro, que política e socialmente a suplantou, absorveu as suas prerrogativas. Não é de estranhar, portanto, que, na remodelação administrativa do País em 1836, também o seu concelho fosse extinto e, tal como o de Aradas na mesma data de 6 de Novembro, fosse incorporado no de Aveiro. Verificou-se, então, o remate da sua decadência autárquica - municipal e judicial. Contudo, a Esgueira dos nossos dias, encastoadada na cidade de Aveiro e com ela experimentando o mesmo progresso, revê-se decerto no seu passado, digno de memória.

5. Selo municipal

Os três símbolos consagrados da autonomia administrativa de uma povoação eram, desde tempos remotos, o foral, o selo concelhio e o pelourinho. Por esta forma se exteriorizavam as prerrogativas municipais e a jurisdição dos municípios; se o foral designava a lei fundamental e o pelourinho lembrava o respeito pela lei, o selo autenticava - como hoje - as determinações locais.

No Museu Nacional de Aveiro - transferida depois de 1911 do espólio da Câmara Municipal de Aveiro - encontra-



Selo municipal de Esgueira

se uma matriz antiga do selo de Esgueira, em latão, que se considera contemporânea do foral manuelino; de tipo armorial e de forma redonda, é uma preciosidade histórica da povoação. Ostenta as armas da vila, que são uma nau envergada, do tipo corrente da marinha portuguesa do século XV, aproada à direita, navegando sobre ondas, com um único mastro, que ramata com uma cruz acima do cesto da gávea; como já se disse, circunda-a a legenda: - S. (igillum) *CONCILII ISGARIE* (ou Isgarie). Além disso, nela se representam o sol e a lua - aquele a ombrear o alto do mastro da caravela, e esta um pouco acima do convés. É dos finais do século XVII a mais antiga descrição do selo de Esgueira, que se conhece, encontra-se na Biblioteca Municipal do Porto e reza assim: - *A villa do Esgueira tem por blazaõ huã Nao sobre Aguas E hu estrell e hua Lua crescente E assi andaõ no sello da Cambra Cõ hu leteiro ao redor q. diz S. CONCILLI ISGARIA*. E apenas como registo continua-se a dito texto, com indicações já nossas conhecidas: - *ElRei Dom M. el prometeo a esta villa per hum Aluará seu q. a jurisdiçam della seria sempre da Coroa em Evora a 14 de Julho de 1497, a qual merce lhe confirmou ElRei D. J.o o 3º em Lisboa a 25 de setembro de 1528. sem embargo de tudo isto a jurisdição ciuel hé da Abb.ca de Loruão da ordem de S. Br.do Como consta da pr.a folha do foral q. lhe deu o d.o Rei D. Manoel em Lisboa a 8 de Junho de 1515. E consta de outra doação q. vimos no Cartorio da Camera q. ElRei D. A.o 5º dera a jurisdição crime da d.a Villa a Joaõ de Albuquerque p.a q. elegeisse Juiz do crime: E confirmou se a seu filho Henrique de Albuquerque fidalgo da Casa delRei D. J.o o 2º q. pos por Ouvidor na d.a Villa a Heitor Barreto m.or em Aveiro. A rainha D. Thereza f.a delRei D. Sancho 1º de Portugal e m.er*

delRei D. A.o 9 de Leaõ fez doaçaõ desta Villa ao Mostr. de Lornaõ em Março da era de 1232 a qual está no Cartorio de Lornaõ E nella se declara q. lhe dá esta Villa para os vestidos das Freiras delle.⁴⁸

O selo surgiu da necessidade de chancelar documentos - aqui emanados dos magistrados concelhios; da sua generalização passou-se ao brasão e à bandeira. Por curiosidade, sabemos que as leis de D. Afonso III, logo no título das apelações, estabeleceram que ao apelante se dê *scrito pelo tabellyon ou per outro escriuam se auer tabellyon non poderem e seelado do selo do concelho ou doutro sello se o concelho seelo non poder ouuer*. Noutro passo das mesmas leis, no título dos bens indivisos entre pais e filhos, de novo se alude ao selo para garantir autoridade, determinando que *a partiçom (...) non pode seer desfeyta per nenhuma guyssa ainda que non seia en scrito per tabellyon e seelada com seelo do concelho se pode per testemuynos seer prouada...*⁴⁹

O selo de Esgueira é dos poucos selos dos primitivos concelhos medievais portugueses, de que presentemente se tem informação; ele confirma claramente, na sua plástica, que, nesse tempo, ainda a vila, tal como outras povoações da região até ao Marnel, mesmo do outro lado do rio Vouga, se encontrava na costa marítima, *prope litus maris discurrente rivulo Vauca subtus castro marnelle* - conforme se diz de São João de Loure, em documento de 1108.⁵⁰ Ao longo dos séculos, o nosso litoral foi-se mudando completamente; lugares outrora ribeirinhos são hoje povoações do interior, relativamente afastadas do Oceano. A embarcação sigilar dá a entender que Esgueira era vila marítima, como acontece na heráldica de Alcácer do Sal, Buarcos, Ílhavo, Lisboa, Peniche, Setúbal, Tavira, Vagos, Viana do Castelo e Vila do Conde.

6. - Imóveis

A) - Igreja de Santo André

A primeira notícia documental sobre a existência de uma igreja em Esgueira encontra-se no já referenciado testamento do Presbítero Soeiro, de 3 de Janeiro de 1103; nele o benfeitor legou à Sé de Coimbra o que lhe pertencia em Esgueira, com todos os seus rendimentos *una cum sua ecclesia*. Depois, em 1209, Frei Pedro do Vouga, em documento notarial semelhante, denominá-la-ia pelo nome do apóstolo titular: *Sanctus Andreas de Isgeira*.

Segundo a tradição histórica local, a primitiva igreja

matriz erguia-se num terreno que se estendia para atrás da actual capela do Espírito Santo, ainda hoje conhecido por *Passal e Adro Velho*; na verdade, têm aparecido no local fragmentos de ossadas humanas - o que não é de admirar, uma vez que os templos e os seus logradouros serviam outrora para sepultura dos mortos. Por aí existiu também, ligada à igreja ou independente dela, a ermida de Nossa Senhora do Desterro que, sendo propriedade do célebre humanista aveirense Aires Barbosa, acolheu os seus restos mortais. No rendimento da igreja foi estabelecida uma das chamadas comendas novas da Ordem de Cristo, concedidas pelo Papa Leão X ao rei D. Manuel I, e também nela substituiu uma pequena Colegiada, constituída pelo pároco e por quatro beneficiados.

Por solicitação do Senado, um alvará régio datado de 3 de Janeiro de 1607, no tempo da governação de D. Filipe II de Portugal, autorizou a mudança da igreja, porque estava fora do centro da vila; a nova seria edificada no sítio conhecido por *Eiras*, ocupando o lugar das casas de Pedro Fernandes e outras contíguas. O sítio antigo - lê-se no documento - era despovoado e mal acomodado; os invernos anteriores tinham-na prejudicado, arruinando-lhes as paredes, que eram velhas e muito delgadas. O novo templo deveria ter as dimensões da igreja da Vera-Cruz de Aveiro, construída pouco antes e demolida nos finais do século XIX, que existiu no largo hoje conhecido com o nome de Maia Magalhães e haveria de corresponder à importância e à populeira que, na aurora de seiscentos, evidenciava progresso, enquanto se acentuava o retrocesso de Aveiro.

Foi seu primeiro arrematante o construtor Domingos Ribeiro, que nada terá feito; seria o mestre Jorge Afonso quem viria a arrematar a obra, em 1617 ou pouco depois, para o que se ordenara a finta de novecentos e noventa mil réis, além de uma outra suplementar de sessenta ou setenta mil réis. Este construtor morava em Aveiro e, em 1618, talvez trabalhasse na igreja da Misericórdia, como canteiro; já antes, em 1616, adjudicara a construção de dois pontões e, passados anos, em 1627, encontramo-lo a proceder ao tapamento de uma quebrada que o Vouga fizera na vizinha vila de Eixo.⁵¹

Na padieira da porta principal da igreja de Santo André está gravada uma data que poderá ser 1620, uma vez que o algarismo das dezenas tem a forma de S, desenhado ao contrário; afigura-se tardio o ano de 1650, como alguns pretendem ler. São também do século XVIII os retábulos em pedra calcária e o revestimento interior em azulejos policromos, de fábrica lisbonense; este confere tal dignidade ao templo que, com o da Misericórdia de Aveiro, é um dos mais belos a nível nacional. O engº Santos Simões não duvidou escrever acerca dele: - *Na zona de Aveiro salienta-*

mos o paramento cerâmico da igreja de Santo André de Esgueira (...), dos mais vastos e integrados que conhecemos, não só nas Beiras como no País.⁵²

Na informação paroquial de 20 de Maio de 1721, o vigário, Padre Augusto Ribeiro de Almeida, além da igreja matriz com seus altares e capelas em número de seis, enumera mais dezoito capelas existentes em toda a freguesia, sete das quais na vila de Esgueira: - Espírito Santo, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora da Nazaré, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de ao pé da Cruz, S. Sebastião e S. Gregório. Todavia, embora em toda a freguesia vivessem mil novecentos e noventa fregueses, Esgueira não tinha, nesta data, qualquer mosteiro, nem hospital, nem recolhimento, nem misericórdia, apesar de, no século XV, ter contado com uma albergaria, de localização incerta, e uma estalagem, na rua direita.⁵³

Em idêntica informação posterior, de 10 de Abril de 1758, o Padre Paulo Teixeira de Queirós, diria que a igreja matriz tinha oito altares e apenas assinalava as seguintes capelas, além das que existiam no perímetro da freguesia: - Espírito Santo, Nossa Senhora do Adro, Nossa Senhora da Nazaré, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Piedade e a que foi do hospital.⁵⁴

B) - Casa Municipal e Pelourinho

A Casa Municipal ou Paços do Concelho, ao contrário das habitações antigas da vila, é um edifício com cantarias de granito, de dois pisos e com torre ao centro; ter-se-ia pretendido dotar Esgueira com instalações convenientes ao seu peso político e judicial. Efectivamente, a construção data da segunda metade do século XVIII e é actualmente a sede da Junta de Freguesia. No seu local, existiu antes um outro, com idêntica finalidade, arrematado por Francisco Ribeiro, mestre de obras da vila de Aveiro, pela quantia de seiscentos mil réis; a empreitada foi-lhe entregue por ordem do mesmo alvará régio de 1607, com o qual se permitiu a mudança da igreja. Contudo, não se deve esquecer que um documento de 1294 contém referência mais antiga aos Paços do Concelho, que se situavam na *rua onde está a picota*.⁵⁵

O pelourinho, monumento de grande significado, talvez seja um pouco anterior à construção da actual Casa da Câmara, portanto, dos princípios do século XVIII; é um bom e raro exemplar dos pelourinhos em espiral da época barroca. Apruma-se no largo fronteiro aos Paços do Concelho e assenta em pedestal simples, circular e com degraus. No remate, com quatro faces, sobre que apoia a coroa real fechada, esculpiram o brasão nacional, o símbolo de Esgueira

(nau de três mastros), três setas cruzadas e a esfera armilar dominada com a cruz de Cristo, a pretender certamente evocar el-rei D. Manuel I, que outorgou a Esgueira o foral novo.⁵⁶

C) - Outros edifícios

Como exemplares de construções de outrora, podemos ainda admirar, em Esgueira, casas provenientes dos séculos XVII e XVIII, como a dos *Almeidas* (que hoje é da Misericórdia de Aveiro e que outrora ostentou a respectiva pedra de armas, dos princípios do séc. XVI), a da antiga rua dos *Balcões*, a do gaveto da rua do General Costa Cascais com a do Bento de Moura (a merecer adequado restauro), e ainda a que fica quase fronteira à igreja matriz (presentemente ocupada pelo Centro Social). Estas moradias são uma pequena mas valiosa amostra de muitas outras que desapareceram e que, entre casas humildes ou sobradadas, foram as residências de famílias nobres e ilustres. Certamente que o mosteiro de Lorvão não deixaria de aqui ter o seu celeiro e a sua adegas, onde tradicionalmente se depositavam os foros.

Não deixo de referir, finalmente, as três fontes seculares: - a da *Ribeira*, de 1675, de vasto espaldar, encimada pelo escudo nacional ladeado de esferas armilares; a da *Vila*, de 1697, também de vasto espaldar, na rua de Dias Cainarim, igualmente com o brasão português, acompanhado de duas esferas; e a do "olha de água", de 1855, que, embora sem carácter artístico, é notada pela qualidade da sua nascente. Da "fonte boa" e da "fonte morgeira", mencionadas em documentos medievos, nada hoje existe.⁵⁷

7. - Pessoas nobres e/ou ilustres

Entre as mais nobres famílias portuguesas, conta-se a dos *Eças*, pela sua origem real, que o respectivo brasão pretende demonstrar. Provém de el-rei D. Pedro I (1320-1367) e de D. Inês de Castro, por seu filho D. João, senhor de muitas terras concedidas por mercê de seu pai, por carta de 1360, para ele e seus descendentes, e pelo mesmo monarca citado em seu testamento de 1367 com esta verba: - *Item mandamos ao Infante D. João nosso filho vinte mil libras.*

Casou, numa primeira vez, com D. Maria Teles de Meneses,



Brasão dos Eças

irmã da rainha D. Leonor Teles. Teve dela D. Fernando, que viveu muito tempo na Galiza, onde lhe foi dado o senhorio da vila de Eça, de que tomou o apelido.

Diz-se que D. Fernando, de uniões legítimas e ilegítimas, teve quarenta e dois filhos, sete, entre os quais D. Pedro de Eça, que serviu em África com D. Afonso V, estando em Marrocos no cerco de Alcácer-Ceguer, em 1458; parece que tomou parte na batalha de Toro, em 1476, e que foi confidente de el-rei D. João II, quando este, em 1483, assassinou o seu primo D. Diogo, duque de Viseu. Conta-se que morreu arrependido dos seus desvarios morais, mortificado com penitências e envolto no hábito de S. Francisco.

Ficaram conhecidas duas irmãs de D. Pedro de Eça: - D. Beatriz de Eça, abadessa do mosteiro de Celas ainda no século XV, e D. Catarina de Eça, abadessa do mosteiro de Lorvão em 1514.

D. Pedro de Eça casou com D. Leonor de Camões, mas houve descendência bastarda de outras mulheres, inclusive de D. Isabel Vaz, recolhida no mosteiro de Lorvão. Esta senhora, logo que se patenteou o seu estado de gravidez, veio viver para Esgueira, terra da jurisdição de Lorvão, onde acabaria por nascer D. Pedro (ou Pero) Vaz de Eça; contudo, a criança foi da criação da abadessa, sua tia.⁵⁸

D. Pedro Vaz de Eça, casando com D. Catarina da Silveira, da rua larga, de Aveiro, deu origem ao ramo bastardo dos Eças. A sua pedra tumular, bem como de seu bisneto António da Silveira de Eça e mulher, encontra-se a servir de degrau na velha capela do Santíssimo Sacramento, na igreja de Santo André, e nela se pode reconstituir o epitáfio: - *S.a de P.o Vaz Deca fidalgo da Caza delrey filho de D. P.o Deca e de An.o Silveira Deca sev bisneto Sr Adimistrador desta capela e de sva molher Ana Barboza Novais faleceo a 8 de 9.bo de 1613.*

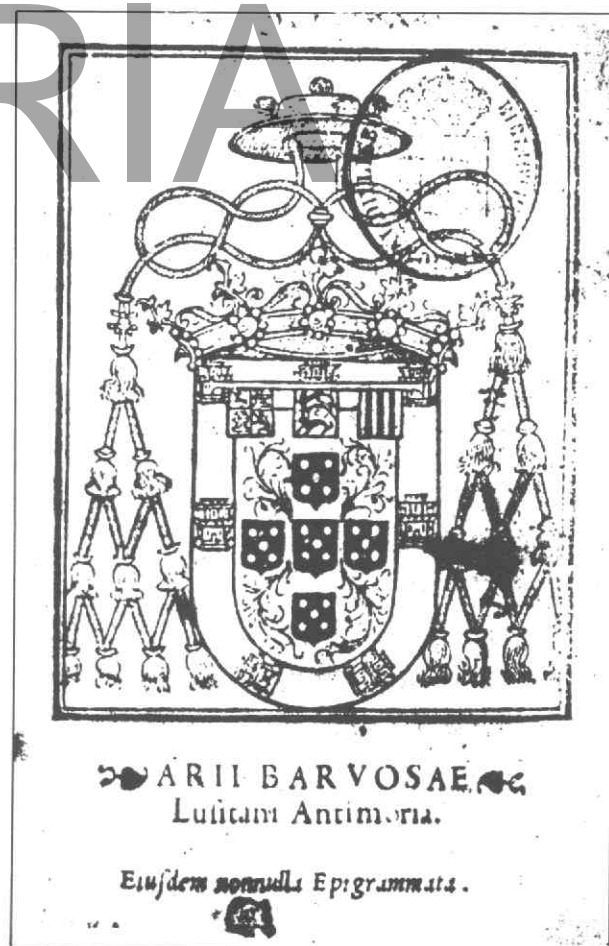
Seria fastigioso continuar a enumeração dos Silveiras de Eça, dos Botelhos da Silveira, dos Borges da Silveira, dos Borges da Silveira de Eça, dos Almeidas de Eça, etc.; mas não devo passar em claro o nome do Dr. João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, primeiro reitor do liceu de Aveiro (1851-1857), presidente da Câmara Municipal de Aveiro, conselheiro do distrito e rico proprietário, nascido em Fevereiro de 1818 na vila de Esgueira e aqui falecido em 29 de Dezembro de 1885; nem tão pouco o nome do General Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida de Eça, director-geral das Obras Públicas e Minas, vogal da comissão dos Caminhos de Ferro, autor do traçado da linha da Beira Alta, agraciado com diversas mercês e ainda com a mais alta condecoração francesa "Legião de Honra", que nasceu na casa da Cruz, em Esgueira, no dia 17 de Outubro de 1825 e faleceu na cidade de Lisboa em 2 de Fevereiro de 1906; nem mesmo o nome do Dr. Álvaro de Moura Coutinho

de Almeida de Eça, sétimo reitor do liceu de Aveiro (1910-1926), a quem esta escola ficou a dever inestimáveis serviços, sobretudo na ampliação do edifício e na organização de gabinetes, que podemos avaliar pelos respectivos relatórios.⁵⁹

8. - O "Mestre Grego"

Vou terminar este apontamento com a evocação de alguém que se tornou célebre no magistério universitário de Salamanca e que - no dizer de D. Manuel Gonçalves Cerejeira - *pertence a toda a Península, e mais ainda à Espanha que a Portugal, como patriarca dos helenistas*.⁶⁰ Refiro-me a Aires de Figueiredo Barbosa - *Arius Lusitanus* - que, embora natural de Aveiro, passou os últimos anos de vida nas suas pousadas de Esgueira, na rua da Corredoura, onde faleceu em 20 de Janeiro de 1540.

De ascendência conhecida e antiga, com laivos de nobreza paterna e materna, Aires Barbosa teve como pais Fernando Barbosa e Catarina Eanes de Figueiredo - esta filha de Esgueira; terá nascido à volta de 1456.



Aires Barbosa: "Antimória"

Depois dos primeiros estudos em Portugal, decidiu-se por frequentar a Universidade de Salamanca - uma das quatro grandes universidades europeias, com as de Paris, Bolonha e Oxford; pela vida fora, ele conservaria sentimentalmente profundas e inesquecíveis recordações da cidade banhada pelo rio Tormes, onde passara os anos da juventude.

Tendo alcançado os graus do bacharelado e da licenciatura em Salamanca, dirigiu-se para Florença; atraiu-o a fama do célebre "Studium" - escola de ensino humanista, onde pontificava o erudito Prof. Ângelo Ambrogini Policiano e por onde iam passando as sumidades europeias do tempo. Então, lá se encontrava como aluno o seu tio materno Martin de Figueiredo.

Sob a influência de Lourenço de Médicis e da sua Corte, Florença tinha-se tornado um polo de cultura, fortemente influenciado por mestres emigrados de Constantinopla, que traziam consigo o saber grego e manuscritos antigos. Florença do século XV era digna de ser e de se gloriar como a pátria de Dante e de Petrarca.

Aires Barbosa, durante dois anos, aprendeu e aperfeiçoou-se nas línguas grega e latina com Ângelo Policiano. Depois, em Outubro de 1488, começaria ele próprio a ensinar o grego em Salamanca, como professor extraordinário numa catedrilha, criada nessa ocasião. Foi o primeiro que ensinou grego aos espanhóis - como alguém escreveu; por isso, não foi sem razão que na pedra tumular, colocada sobre os seus restos mortais na capela de Nossa Senhora do Desterro, em Esgueira, escreveram: - *Aqui jaz o corpo de Aires Barbosa, o Mestre Grego.*

Em 1503, como professor catedrático, era incorporado no Colégio dos Doutores e Mestres Artistas; seis anos mais tarde, passaria também a leccionar o latim, quando vagou esta cadeira, deixada por António de Nebrissa. Em 1523, passados os vinte anos da praxe como catedrático, o exímio professor foi jubilado. Durante esse tempo, ainda teve oportunidade de se ocupar na redacção e publicação de diversos trabalhos.

Sabendo el-rei D. João III que Aires Barbosa se encontrava liberto das lides universitárias, não o quis desperdiçar; mandou a Salamanca um emissário com o fim de o convidar para preceptor de seu irmão, o príncipe D. Afonso (e talvez também do príncipe D. Henrique). Aceitou o novo encargo, que desempenhou até 1530, vivendo na Corte, em Lisboa.

Depois, deixando a capital, não se fixou em Aveiro mas sim em Esgueira; andava nos seus setenta e quatro anos e encontrava-se viúvo de D. Isabel de Figueiredo, de quem houvera cinco filhos. Aqui, não viveu ocioso, mas trabalhou numa obra a que dera o título de *Antimoria*, editada em 1536.

Com tal publicação, Aires Barbosa ansiava refutar o *Encomium Moriae*, da autoria do controverso filósofo Desidério Erasmo, de Roterdão - livro que o nosso humanista verificava andar em todas as mãos. Além disso, entendia como seu dever de consciência consagrar os anos que lhe restassem ou *em louvor de Jesus Cristo, ou em benefício do seu outro eu, isto é, o próximo*.⁶¹ O caso do Erasmo, visto à distância dos séculos, leva-nos hoje a concluir que os vícios e os abusos dos homens da sociedade civil e da Igreja requeriam pronta e necessária reforma; mas essa tardaria porque, em cima do acontecimento, nem sempre é fácil discernir para a devida correcção. Aires Barbosa não vislumbrou o futuro que despontava, para o encarar de frente, esclarecido com a luz da fé e do amor a Deus e aos homens. Por isso é que a *Antimoria*, sendo a mais representativa das suas obras, vale sobretudo como produto de uma mentalidade e como retrato de uma época. El-rei D. Manuel II, num comentário que lhe fez, escreveu: - *A "Antimoria" tem para nós um profundo interesse, não só para fazer reviver a época mais brilhante do estudo das Humanidades em Portugal, mas porque o seu autor foi um dos iniciadores desses estudos no nosso País e um dos seus mais insignes mestres*.⁶²

No meio das vicissitudes da história, que terá permanecido em Esgueira que possa lembrar o "Mestre Grego"? Certamente a recordação da Família Barbosa; que gozou de algum destaque social, prova-o o facto de, na actual igreja matriz, ela ter possuído a capela ou o altar dedicado a S. João Baptista. Tudo o mais - casa, capela de Nossa Senhora do Desterro, sepultura e epitáfio... - tudo o mais que existiu na rua da Corredoura, no Outeiro, nas trazeiras da capela do Espírito Santo, desapareceu na voragem do tempo.

Como escrevi no título inicial, estas notas são pouco mais do que o esquema de umas palavras desconexas, proferidas num serão cultural. Elas somente me fizeram rememorar alguns passos da história de uma das mais antigas vilas da nossa região, a que se refere um apreciável acervo documental; testemunham-no diversos investigadores que trouxeram à luz do dia e ao público interessado esses manuscritos; confirma-o a Dra. Maria João Branco Marques da Silva, que ultimamente se debruçou sobre a vida de Esgueira no século XV; regista-o o património imobiliário que ainda subsiste.

Sinto-me confiante em que, na lembrança do seu passado, as populações tomem consciência da sua identidade no presente, a fim de a transmitir para o futuro; na continuidade do progresso, somos o mesmo povo.

- 1 - Dr. António Gomes da Rocha Madaíl, *O antigo selo municipal de Esgueira*, em "Arquivo do Distrito de Aveiro" (revista), I (1935), pgs. 315-320.
- 2 - O "c" e o "g", ambas guturais, são apenas *consoantes*, de som muito próximo, de tal forma que facilmente se confundiriam; além disso, uma ou outra era usada conforme o linguajar dos povos.
- 3 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, fl. 162, v; Rocha Madaíl, *Colecção de Documentos Históricos - I (959-1516)*, Aveiro, pgs. 19-20.
- 4 - A.N.T.T., *idem*, fl. 52, v; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 12-13.
- 5 - A.N.T.T., C.R., *Lorvão*, maço 11, doc. 12; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 20-21.
- 6 - A.N.T.T., *col. esp.* p. II, cx. 24, gav. 13, rep. I, maço 1; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 22-23.
- 7 - A.N.T.T., *Livro Preto da Sé de Coimbra*, fl. 123, v; Rocha Madaíl, *idem*, pg. 25.
- 8 - Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 41-42.
- 9 - A.N.T.T., *Cartório de Lorvão*, actual maço de 33 docs., cx 62; Rocha Madaíl, *idem*, pg. 43.
- 10 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 19, maço 14, n° 7; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 44-50 (part. 46).
- 11 - A.N.T.T., *Livro I dos Reis*, fl. 74; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 50-54 (part. 51 e 53).
- 12 - A.N.T.T., *Estremadura*, Livro 11, fl. 302; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 73-74.
- 13 - A.N.T.T., *Cartório de Lorvão*, actual maço de 19 docs., n° 6; Rocha Madaíl, *idem*, pg. 70.
- 14 - Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 79-80.
- 15 - Rocha Madaíl, *idem*, pg. 82.
- 16 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 8, maço 2, n° 9; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 84-89 (part. 87).
- 17 - Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 90-91.
- 18 - A.N.T.T., *Estremadura*, livro 11, fl. 307; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 115-116.
- 19 - A.N.T.T., *Livro Branco da Sé de Coimbra*, Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 118-119.
- 20 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 11, maço 2, n° 2; Rocha Madaíl, *idem*, pg. 123.
- 21 - A.N.T.T., *Chancelaria de D. Pedro*, Livro 1, fl. 111; P. Miguel de Oliveira, *Privilegios do barqueiro de Esgueira em 1363*, em "A.D.A.", I (1935), pgs. 153-154; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 133-134.
- 22 - Biblioteca Municipal de Coimbra, *Pergaminho n° XXXI*, Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 138-141 (part. 138).
- 23 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 4, maço 7, n° 1; Maria João Branco Marques da Silva, *Esgueira - A vida de uma aldeia do século XV*, Redondo, 1994, pgs. 263-267.
- 24 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 4, maço 7, n° 10; Maria João B. M. da Silva, *idem*, pgs. 268-271.
- 25 - A.N.T.T., *Livro Nobre de Santa Cruz*, fls. 86 v. e segs.; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 167-176 (part. 170 e 174).
- 26 - A.N.T.T., *Lorvão*, Gav. 4, maço 2, doc. 12; Maria João B. M. da Silva, *idem*, pgs. 272-314.
- 27 - A.N.T.T., *Estremadura*, livro 8, fl. 278; Rocha Madaíl, *idem*, pg. 208.
- 28 - A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fl. 60; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 215-216.
- 29 - A.N.T.T., *Lorvão*, Gav. 4, maço 3, doc. 6; *Estremadura*, livro 10, fl. 292, v; Rocha Madaíl, *idem*, pg. 217. O túmulo de João de Albuquerque esteve da sua capela, na igreja de S. Domingos, em Aveiro; em 1945, foi transferido para o Museu Nacional de Aveiro.
- 30 - A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 166; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 219-220.
- 31 - A.N.T.T., *Mosteiro de Lorvão*, gav. 4, maço 4, n° 1; Maria João B. M. da Silva, pgs. 315-317.
- 32 - Museu Nacional de Aveiro, *Livro dos Registos da Câmara da Vila de Aveiro*, do séc. XVII, fl. 95; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 255-258.
- 33 - Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro*, Coimbra, 1877, pg. 172; Rangel de Quadros, *Aveiro - Apontamentos Históricos - VII*, pg. 5.
- 34 - A.N.T.T., *Exemplar original que pertenceu ao Mosteiro de Lorvão, donatário da terra*; João Martins da Silva Marques, *Foral de Esgueira (1515)*, em "A.D.A.", I (1935), pgs. 271-285; Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 276-287.
- 35 - Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Legislação Portuguesa - III (1482-1560)*, n° 8, fl. 81; Vd. também Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*.
- 36 - Vd. *Registo final do foral de Esgueira*; por exemplo em "A.D.A.", I (1935), pg. 285, e Rocha Madaíl, *idem*, pgs. 286-287.
- 37 - Marcello Caetano, em *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, V, Cols. 1201-1202.
- 38 - No latim, a palavra *concilium* (cum+calo) quer exprimir "assembleia ou reunião convocada"; só mais tarde se fixou, na língua portuguesa, com o significado de circunscrição municipal (concelho). Por sua vez, a palavra *Consilium* (de "consulo" do radical "sedere") quer dizer "assembleia deliberativa"; daí p nosso termo "conselho".
- 39 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 4, maço 7, doc. 2; Maria João B. M. da Silva, *idem*, pg. 225.
- 40 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 4, maço 6, doc. 16; Maria João B. M. da Silva, *idem*, pg. 225.
- 41 - J. Pinto Loureiro, *A Comarca de Esgueira*, em "A.D.A.", II (1936), pgs. 199-206 (part. pg. 200).
- 42 - Biblioteca Municipal de Coimbra, *Provisões e Privilegios*, fl. 308; J. Pinto Loureiro, *idem*, pg. 204 (Documentos).
- 43 - *idem*; *idem*.
- 44 - D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica*, II, Lisboa, 1736, pg. 99; Mário Alberto Nunes Costa, *A Provedoria de Esgueira*, em "A.D.A.", XXIV (1958), pgs. 53-80 (part. pg. 55).
- 45 - Museu Nacional de Aveiro, *Livro dos Registos da Câmara da Vila de Aveiro*, fls. 302, v-303; Marques Gomes, *Memorias de Aveiro*, Aveiro, 1875, pg. 43; Rocha Madaíl, *Colecção de Documentos Históricos - II*, Aveiro, 1968, pgs. 583-584.
- 46 - A.N.T.T., *Desembargo do Paço. Decretos Originais, 1760-1762*; Mário Alberto N. Costa, *idem*, pgs. 79-80. Todavia - como escreveu Marques Gomes, *por uma provisão de 1628 se concedera aos provedores de Esgueira licença para residirem em Aveiro, "como já há muito era costume"* (*O Distrito de Aveiro*, Coimbra, 1877, pg. 175).
- 47 - Arquivo Secreto do Vaticano, *Processo Consistorial n° 166*, 1774, (Processo para a criação da Diocese de Aveiro), fls. 31-49, v (part. fls. 34, v-35); fls 38-40v (Breve do Papa Clemente XIV); *Collecção dos Negócios de Roma*, III, Lisboa, 1874, pgs. 315-318. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Tomo IV, Parte 1, Coimbra, 1915, pgs. 477-487; João Gonçalves Gaspar, *A Diocese de Aveiro - Subsídios para a sua História*, Aveiro, 1964, pg. 44. O texto em itálico é tradução do latim.
- 48 - Biblioteca Municipal do Porto, *Códice n° 498*.
- 49 - Cit. em "A.D.A.", I (1935), por Rocha Madaíl, *O antigo selo municipal de Esgueira*, pg. 317.
- 50 - *idem*, pg. 319.
- 51 - A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal (VI) - Distrito de Aveiro - Zona Sul*, pgs. 166-167.
- 52 - Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século VIII*, II, pg. 42; cf. Amaro Neves, *Azulejaria Antiga em Aveiro*, 1985, pgs. 72-76.
- 53 - Transc. por Rocha Madaíl em "A.D.A.", VIII (1942), pgs. 192-196 (*Informações paroquiais do Distrito de Aveiro de 1721 - Esgueira*). Ainda A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 4, maço 5, docs. 5 e 12.
- 54 - Transc. por Bartolomeu Conde, *Cacia e o Baixo-Vouga*, Aveiro, 1984, pgs. 37-42.
- 55 - A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 19, maço 9, doc. 16; Maria João B. M. da Silva, *idem*, pg. 69.
- 56 - A. Nogueira Gonçalves, *idem*, pg. 166; cf. Amaro Neves, *Aveiro - História e Arte*, 1984, pgs. 188-203; cf. Amaro Neves, Ênio Semedo e Jorge Arroiteia, *Aveiro - Do Vouga ao Buçaco* (Novos Guias de Portugal), 1989, pgs. 96-99.
- 57 - Cf. Maria João B. M. da Silva, *idem*, pg. 73, onde se documenta a existência destas fontes.
- 58 - Quando alguém crescia e se criava e educava na casa de alguém, dizia-se *da sua criação* ou *seu criado*.
- 59 - Francisco de Moura Coutinho, Pedro Vaz de Eça, em "A.D.A.", X (1944), pgs. 63-76. Dr. Afonso Eduardo Martins Zúquete e António Machado de faria, *Armorial Lusitano - Genealogia e Heráldica*, Lisboa, 1961, pgs. 195-196.
- 60 - Doutor M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal - Clenardo*, II, Coimbra, 1918, pg. 135.
- 61 - *Antimoria*, transc. em "A.D.A.", XXVI (1960), pg. 27.
- 62 - Cit. por Rocha Madaíl em *idem*, pg. 17.

Reabilitação de Centros Urbanos

Aveiro

Arq. José Carlos Quintão

Aveiro, por razões perceptíveis ou não, não tem um centro no sentido de uma praça central, a que as pessoas se dirijam com o único objectivo de encontrar outras pessoas ou pelo simples prazer de passeio.

O “centro” propriamente dito (aqui no sentido geográfico) é a chamada “Ponte-Praça” que, por ser a conjugação de duas pontes que formam uma rotunda, é essencialmente um nó do sistema rodoviário, de tráfego intenso, em que os peões não têm acesso à placa central e, por isso, os percursos pedonais são também de atravessamento e na periferia.

A praça Melo Freitas, ou melhor, as suas arcadas são o único local onde, sobretudo os mais idosos, se encontram para convívio urbano. Esta praça — que recentemente beneficiou de obras para a sua reabilitação e pedonalização — perdeu muita da sua atracção porque, nos anos setenta, os cafés ali existentes foram transformados em agências bancárias.

O clima de Aveiro não favorece o aparecimento de vida urbana, uma vez que quando não chove faz, por norma, muito vento e torna-se desagradável permanecer no exterior, em locais não abrigados.

Inerente a estes factores (e eventualmente outros) há um evidente déficit em urbanidade na cidade de Aveiro, condição contrária à estratégia de desenvolvimento que ambiciona transformá-la em cidade de serviços, capaz de atrair quadros.

Existem, no entanto, alguns factores que vão alterando esta situação:

A Universidade — factor de desenvolvimento — atrai população jovem, aberta e sedenta de vida urbana;

A cidade de Aveiro apresenta uma tendência para o aumento da população activa (dados do PDM);

Esta população é em grande parte migrante de outras áreas, o que a faz mais apta a alterações de hábitos urbanos;

Tem sido favorecido pela câmara o aparecimento de esplanadas e bares e, particularmente na área antiga, promovem-se arranjos exteriores de praças e pedonalização de algumas áreas (Plano de Salvaguarda da Área Antiga de Aveiro);

Assim se justificam fenómenos urbanos recentes, como o exemplo da Praça do Mercado do Peixe em que, graças à

actividade de alguns bares associados a iniciativas camarárias de animação cultural, provocaram uma agitação urbana que enche todos os dias aquela praça, sobretudo de estudantes, mas a que se associa a população em geral, ou outros exemplos não tão recentes mas mais consolidados, como no Canal de S. Roque e no Largo do Mercado Manuel Firmino.

PROPOSTA

Em alternativa a uma praça que não existe, pelo menos à imagem da Praça da República em Coimbra, ou das Praças Maiores ou de Espanha na maioria das cidades espanholas, propomos a criação do “Eixo Cultural”, ideia que tem vindo a ser consolidada nomeadamente no PDM, que o designa como “Verde Público Estruturante”.

Assim, estabelecemos um percurso — apoiado no Canal Central da Ria — que, começando na Antiga Lota — que se pretende transformar no Museu da Ria e onde algumas das construções já foram adquiridas pela Universidade para Centros de Investigação ligados à ria — passando pelo tratamento do Canal das Pirâmides e ajardinamento, pelo Rossio — já consolidado como jardim de lazer e onde se pretende localizar um equipamento similar de hotelaria — pelos edifícios do antigo BNU — um deles já reabilitados pela Rota da Luz (turismo), e os outros para Museu da Cidade e Museu da República — pelo tratamento do Canal do Cojo — integrado no Plano para o local, pela reconversão do Mercado Manuel Firmino em grande praça coberta para actividades culturais, e terminando na antiga Fábrica de Jerónimo Pereira Campos — reabilitada para Centro de Cultura e Congressos de Aveiro — com o alargamento das margens do canal, criando um Espelho de Água.

ÁGUA/PEÕES — BICICLETAS/VERDE

O “Eixo Cultural” proposto terá como suporte três tipos de percurso: Água, Peões e Pistas Cicláveis e o proposto Verde Público Estruturante.

Estes percursos alimentarão zonas de lazer, onde se pretende promover a “paragem” com esplanadas, jardins e praças, e áreas culturais como museus, exposições e espectáculos.

Cada um destes percursos tem problemas específicos que analisaremos:

ÁGUA

A poluição da Ria de Aveiro é provavelmente o maior problema da região; durante anos, a indústria, o saneamento básico, o abandono das actividades tradicionais (apanha do moliço e fabrico do sal) provocaram fortes índices de poluição que fizeram com que, a pouco e pouco, a cidade voltasse as costas aos seus canais que, noutros tempos, lhe trouxeram o epíteto de “Veneza de Portugal”.

Nos últimos anos, e particularmente após a coordenação de esforços dos municípios envolvidos — Associação dos Municípios da Ria —, tem-se feito um grande esforço para inverter a situação.

Os estudos do GRIA serviram de base a candidaturas aos fundos comunitários, celebraram-se protocolos com as indústrias mais poluentes no sentido do tratamento dos efluentes, e estão previstas acções de dragagem dos canais.

O PERCURSO DA ÁGUA

É o único percurso em que está garantida a continuidade.

* Tratamento das margens (recuperação de muros e construção de novos)

* Moirões para amarração de barcos

* Alargamento junto à Jerónimo Pereira Campos (Espelho de Água)

* Iluminação dos Canais

— Organizar cruzeiro turístico neste percurso com horários variados.

— Organizar o aluguer de pequenas embarcações.

— Facilitar o acesso de embarcações particulares.

PEÕES E BICICLETAS

Está em estudo numa firma da especialidade o Plano de Trânsito e Estacionamento da Cidade de Aveiro; só após esse estudo poderemos, com segurança, definir as ruas a fechar ao trânsito.

No entanto, já há alguns anos que existe uma política de pedonalização de áreas da cidade, particularmente na área antiga, conforme o Plano de Salvaguarda.

Sentimos algumas dificuldades, particularmente na reacção de parte da população com hábitos de levar o automóvel para todo o lado, embora em Aveiro não existam grandes problemas de trânsito mas sim de estacionamento particularmente junto ao centro, onde nos últimos anos foram instalados parcómetros.

Aveiro já teve uma grande tradição no uso de bicicletas, porque é uma cidade quase plana e porque se situa numa região em que existe indústria destes veículos.

Hoje em dia não existe grande hábito neste uso; no entanto, parece-nos possível algum optimismo, particularmente com os jovens.

PERCURSO DE PEÕES, PERCURSOS CICLÁVEIS

A maior dificuldade estará na continuidade destes percursos na zona da Ponte-Praça, cuja única hipótese seria uma passagem inferior.

* Criação de pontes para peões (cicláveis quando possível) de atravessamento dos canais e substituição de algumas das existentes.

* Criação de áreas de esplanadas, nomeadamente ao longo do Canal das Pirâmides, do Canal do Cojo, e junto à Jerónimo Pereira Campos.

* Pavimentação de áreas para peões com vidro de calcário e basalto, nos desenhos tradicionais.

* Pavimentação, quando possível distinguir, das pistas cicláveis com betuminoso de cor, devidamente sinalizado.

* Mobiliário urbano de desenho exclusivo como forma de pedonalização urbana, nomeadamente:

— candeeiros de iluminação decorativa

— bancos, papeleiras e floreiras

— quiosques

— Organização de aluguer de bicicletas

— Animação de rua, particularmente na época de verão (festas do município e da cidade, festas da ria, feira de artesanato).

ZONAS VERDES

Nos últimos anos, existiu um esforço considerável na criação de novas zonas urbanas, na sequência de estudos executados pela arq^a paisagista Celeste Maia “Verde Contínuo Urbano”, em anexo, substanciado nos estudos do PDM; na área em apreço foram criados o Jardim do Rossio e o Jardim da Baixa de Santo António.

Pretende-se prolongar este esforço e, nesta área:

- * Arborização das áreas pedonais, particularmente nas zonas dos Planos do Cojo e Plano da Zona Central.

- * Ajardinamento das áreas do Canal do Paraíso e junto à Jerónimo Pereira Campos.

- * Consolidação do “Verde Público Estruturante”.

QUALIDADE URBANA

Do Relatório do Plano Director Municipal

A qualidade dos espaços urbanos tem uma importância fundamental e é sentida, cada vez mais, como uma necessidade do seus utentes. Por este facto, ao modelo de expansão meramente desenvolvimentalista tende a sobrepor-se outro, de transformação, em que se procura um espaço social que propicie a rentabilização económica e cultural do património existente e a convivência colectiva.

Neste contexto, os tecidos urbanos surgem como áreas de intervenção privilegiadas, na medida em que constituem a síntese de uma cultura urbana. Na realidade, a imagem da cidade caracteriza-se pela justaposição de tecidos e pela sua progressiva transformação em termos da utilização e caracterização formal.

Assim sendo, é necessário que a intervenção na cidade

opere no sentido de rentabilizar os seus valores permanentes e de fortalecer a sua expressão cultural.

Tem-se verificado uma transformação acelerada dos espaços concelhios, provocada pela dinâmica económica e pela alteração de mentalidades. O tempo de assimilação destes fenómenos de grande escala é curto, dando origem ao desordenamento do território e à perda de identidades dos espaços.

Ao nível da cidade, assiste-se a uma expansão caótica, com a descaracterização do centro antigo, provocada não só pelo fenómeno da verticalização, como também por expansões periféricas descoladas entre si e do resto da cidade. Os novos planos de expansão são concebidos de forma muito sectorizada, tendendo a agravar esta situação.

Nas zonas rurais, a lógica tradicional de expansão (povoamento linear) tem sido contrariada através de expansões capilares descaracterizadoras, que densificam a rede viária e têm como consequências mais visíveis o aumento de encargos para a Câmara Municipal e a afectação, para a construção, de solos agrícolas e florestais.

Relativamente à cidade, entende-se que é fundamental criar uma nova estrutura, entrosada com a cidade antiga e com as grandes unidades morfológicas existentes.

Propõe-se um sistema urbano sustentado por intervenções intensivas, baseado na valorização das linhas de água existentes e a prolongar, que serão recuperadas em termos ambientais — “Verde Público Estruturante”. Estes “canais” verdes possibilitarão a intensificação dos usos nas suas margens nomeadamente com a construção de equipamentos públicos de lazer, prolongando, no caso do Canal do Cojo, o actual centro terciário.

-  EDIFÍCIOS JÁ CONSOLIDADOS
-  EDIFÍCIOS A REABILITAR OU EM REABILITAÇÃO
-  VERDE CONSOLIDADO
-  VERDE A PROMOVER OU EM PROMOÇÃO
-  ÁREAS PEDONALIZADAS OU A PEDONALIZAR

- 1 ANTIGA LOTA - MUSEU DA RIA/ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
- 2 CANAL DAS PIRÂMIDES - LAZER/ ZONA VERDE/ MOIRÕES PARA EMBARCAÇÕES
- 3 JARDIM DO ROSSIO - LAZER
- 4 ROTA DA LUZ - MUSEU DA CIDADE/ MUSEU DA REPÚBLICA
- 5 URBANIZAÇÃO DO COJO/ TRATAMENTO DAS MARGENS/ ESPLANADAS
- 6 MERCADO MANUEL FIRMINO - PRAÇA COBERTA/ EXPOSIÇÕES
- 7 PLANO DO CENTRO - PRAÇA DE ÁGUA
- 8 CENTRO DE CULTURA E CONGRESSOS

- A PRAÇA DO MERCADO DO PEIXE
- B PRAÇA DO ALBOI
- C PRAÇA DE JOSÉ RABUMBA
- D PRAÇA DA REPÚBLICA
- E PRAÇA DO MERCADO MANUEL FIRMINO
- F JARDIM DA BAIXA DE SANTO ANTÓNIO
- G CANAL DE S. ROQUE
- H CANAL DO PARAÍSO

PROPOSTA

EIXO CULTURAL

5 10m



- EDIFÍCIOS JÁ CONSOLIDADOS
- EDIFÍCIOS A REABILITAR OU EM REABILITAÇÃO
- VERDE CONSOLIDADO
- VERDE A PROMOVER OU EM PROMOÇÃO
- ÁREAS PEDONALIZADAS OU A PEDONALIZAR

PROPOSTA
EIXO CULTURAL

5 10m

- 1 ANTIGA LOTA - MUSEU DA RIA/ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
- 2 CANAL DAS PIRÂMIDES - LAZER/ ZONA VERDE/ MOIRÕES PARA EMBARCAÇÕES
- 3 JARDIM DO ROSSIO - LAZER
- 4 ROTA DA LUZ - MUSEU DA CIDADE/ MUSEU DA REPÚBLICA
- 5 URBANIZAÇÃO DO COJO/ TRATAMENTO DAS MARGENS/ ESPLANADAS
- 6 MERCADO MANUEL FIRMINO - PRAÇA COBERTA/ EXPOSIÇÕES
- 7 PLANO DO CENTRO - PRAÇA DE ÁGUA
- 8 CENTRO DE CULTURA E CONGRESSOS

- A PRAÇA DO MERCADO DO PEIXE
- B PRAÇA DO ALBOI
- C PRAÇA DE JOSÉ RABUMBA
- D PRAÇA DA REPÚBLICA
- E PRAÇA DO MERCADO MANUEL FIRMINO
- F JARDIM DA BAIXA DE SANTO ANTÓNIO
- G CANAL DE S. ROQUE
- H CANAL DO PARAÍSO



Exposições 1996 Centro Cultural e de Congressos

SALA CONTEMPORÂNEA

13 de Janeiro a 11 de Fevereiro - GISELLA SANTI - "Encontros com a Teia" - Ano Têxtil
17 de Fevereiro a 2 de Março - TÊXTIL EXPERIMENTAL - Colectiva de artistas - Ano Têxtil
18 de Maio a 9 de Junho - CÂNDIDO TELES - Pintura "Aveiro e sua Região"
15 de Junho a 31 de Agosto - LAURO CORADO - Retrospectiva de pintura

SALAS 1, 2 E POLIVALENTE

Fevereiro a Maio - TERRA AMADA - Exposição de Educação Ambiental

SALAS 1 E 2

7 a 30 de Junho - OBJECTOS E INVENTOS - Associação Portuguesa de Design e Centro Português de Design

SALA POLIVALENTE

7 a 30 de Junho - EUREKAVEIRO - Exposição de inventos com seminários paralelos:
8 de Junho - 15.00 horas - Pequeno Auditório - Seminário dedicado aos Inventos
22 de Junho - 15.00 horas - Pequeno Auditório - Seminário dedicado às Indústrias
(Organização: Lions Clube de Santa Joana Princesa, Associação Portuguesa
de Criatividade e Câmara Municipal de Aveiro)

Agostinho Duarte Pinheiro e Silva

(Aos descendentes de Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, aos quais me liguei)

Fausto Ferreira



Agostinho Duarte Pinheiro e Silva

Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, mais conhecido por, apenas, Agostinho Pinheiro, é oriundo da família Duarte que se radicou em Aveiro na primeira metade do século XVIII, por intermédio de Francisco José Duarte, que aqui se casou em 7 de Julho de 1761, com Luísa Teresa, natural da freguesia da Vera-Cruz, do concelho de Aveiro.

Este seu antepassado era natural do lugar de Chamorra, freguesia de Santa Maria de Gulpilhares, do concelho de Vila Nova de Gaia.

Foram seus pais Custódio José Duarte e Silva e Josefa Rita Pinheiro e Silva, ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, da cidade de Aveiro⁽¹⁾

Custódio José foi comerciante em Aveiro e, por apoiar D. Pedro IV, emigrou pela Galliza para Inglaterra, donde passou para a França. Aqui, em Belle-Isle, apresentou-se a D. Pedro que o nomeou capitão do batalhão dos portugueses que se compunha na sua maior parte de franceses, alguns italianos, belgas, alemães e polacos, com os quais desembarcou em Arenosa de Pampolide.⁽²⁾

Em Novembro de 1833, como prémio dos serviços prestados, foi nomeado director da Alfândega de Viana do Castelo e honorário das Alfândegas do Norte e, mais tarde, para estar perto da família, pediu a sua transferência para Aveiro, tendo tomado posse em 1834.⁽³⁾

Foi promovido a Quartel Mestre das Milícias de Aveiro.⁽³⁾

Voltando a Agostinho Pinheiro, sobre quem nos propomos biografar, sabe-se que frequentou os estudos preparatórios, equivalentes ao actual curso dos liceus, satisfazendo, portanto, as condições de ingresso na Universidade de Coimbra.

A pedido de sua mãe, viúva e ele filho único, não continuou os seus estudos na Universidade, para não se separarem.

Assumiu a direcção da casa comercial que haviam herdado de seu pai, A. Pinheiro & C^a, e, embora não oficialmente, frequentou as aulas de latim do Mestre Calisto Luís de Abreu.

A seguir, teve aulas de *Filosofia* com o Padre João José Marques da Silva Valente (O Passante), de Aveiro, e de *Retórica* e *História* com o Doutor Manuel Joaquim de Oliveira e Silva, professor oficial.

No final fez exame de todas estas cadeiras, em Coimbra, tendo obtido, em todas elas, aprovação plena e sendo elogiado pelos examinadores.

Em 1854 frequentou, no Liceu de Aveiro, a disciplina

de inglês, recentemente criada, sendo professor José Perry, do Porto. ⁽⁴⁾

Começa, então, a colaborar no *Campeão do Vouga*, jornal local, que daria lugar ao *Campeão das Províncias*.

Em 1855 fundou o quinzenário *Aurora*, jornal religioso e literário, cujo nº 1 saiu no dia 1 de Março de 1855, tendo cessado a sua actividade com a publicação do nº 11 em 1 de Agosto do mesmo ano. Foi neste quinzenário que publicou uma série de artigos sobre o Convento de Jesus, que foram reproduzidos no *Campeão das Províncias* tendo, neste periódico, concluído esta série por ter o jornal *Aurora* cessado a sua publicação. Pensamos terem sido estes artigos os primeiros que publicou, revelando vasto saber. ⁽⁴⁾

Na mesma altura traduziu e publicou a obra de Leouson de Duc, original francês, *O Eco da Guerra, Báltico, Danúbio, Mar Negro* que, segundo a crítica, tem o rigor da boa linguagem portuguesa e a boa interpretação das frases originais. O que torna ainda mais notável esta tradução é que foi feita, tinha ele dezanove anos.

Sendo um bom amador de teatro, devido aos seus esforços, no dia 15 de Agosto de 1856 foi inaugurado o Teatro de S. João Baptista, na rua da Fábrica e no edifício que deu nome à rua, (actual Rua de Homem Cristo) com o drama *Afronta por Afronta*, representado pela primeira vez.

Escreveu diversas peças para teatro que, infelizmente, desapareceram.

No dizer de J. A. Marques Gomes, *tinha elevados dotes de jornalismo, escrevia com elegância e facilidade, era um polémico respeitável e, não sendo orador, fazia-se ouvir com agrado. Muito familiarizado em questões administrativas, de que sabia bastante, era, nesse campo, um adversário temível.* ⁽⁵⁾

Concorreu muito para a fundação da Caixa Económica Aveirense, que foi inaugurada em Maio de 1858 pelo então Governador Civil de Aveiro, Nicolau Anastácio de Betencourt, um dos mais entusiastas desta obra. ⁽⁴⁾

Foi eleito vogal do Conselho de Distrito, secretário da Caixa Económica, provedor da Santa Casa da Misericórdia, presidente da Associação Comercial, procurador à Junta Geral e presidente da Comissão Distrital. Foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Socorros Mútuos das Classes Laboriosas (existente, ainda hoje, com sede própria, na rua 31 de Janeiro).

Em 1861, traduzido do francês, publicou a obra de José Droz *Pensamento sobre o cristianismo. Prova da sua verdade. Confissões de um filósofo cristão.* ⁽⁶⁾

Esta obra foi prefaciada por Camilo Castelo Branco que se lhe dirigiu nestes termos:

No que, porém, realça o valor deste livro, tem grande

quinhão o tradutor, porque aí se nos deparam notas excelentes, estudos conscienciosos e reflexões, as quais, examinadas na forma e na substância, denotam que o Senhor Pinheiro tem dotes sobejos para ampliar os seus escritos, avolumá-los e entrar com eles na linha dos escritores originais úteis e pensadores. ⁽⁷⁾

De 2 de Janeiro de 1872 a 2 de igual mês de 1878 exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, para o qual foi eleito, deixando obra de muito mérito, como se pode verificar pelas actas respectivas.

A fim de evitar que o edifício do Convento de Jesus passasse à posse da Fazenda Nacional ao abrigo do Art. 11 da lei de 4 de Abril de 1861, pelo falecimento, em 2 de Março de 1874, da última religiosa do referido convento, a Priora D. Maria Henriqueta Osório Barbosa, da família do Visconde de Almeida, começou a sua luta para que esta posse se não efectuasse pois, realizando-se, o edifício seria vendido em hasta pública e talvez demolido porque não haveria interesse em o conservar.

A propósito do convento escreveu no *Campeão das Províncias* de 6 de Fevereiro de 1856:

— Tempo houve em que o convento de Jesus foi opulento e mimoso dos bens da fortuna; em que os pingues rendimentos que lhe provinham das igrejas, que apresentava, dos muitos disimos e foros que percebia lhe proporcionavam uma sustentação quasi faustosa. Hoje, porém, d'essa prosperidade passada apenas lhe resta a recordação. Foros, décimas e privilégios arrebatou-lhos a nova reforma eclesiástica e a sua decadência manifestou-se em tudo, até nas solenidades do Culto religioso que outrora se faziam ali com todo o luxo e ostentação; até na festividade solene da Santa Princesa, no dia 12 de Maio, antigamente celebrada com tríduo e com todo o esplendor e magnificência, para que eram chamados os melhores oradores e a que assistia o antigo senado da cidade (...).

Mas deste estado, sem dúvida lamentável, passará o convento de Jesus ainda a outro mais lamentável, se os governos não lançarem em breve um olhar de compaixão para este e semelhantes estabelecimentos, de cuja conservação tantas vantagens resultam à religião e à sociedade. (...). ⁽⁸⁾

Para atingir o fim a que se propunha batalhou para que fosse criada a Irmandade de Santa Joana, procurando que fossem aprovados os seus estatutos. Em 23 de Março de 1877 foram aprovados e submetidos à aprovação do Vigário Geral, Manuel Baptista da Cunha, mais tarde Arcebispo de Braga, ficando, assim, todo o processo concluído. Por decreto de 5 de Maio de 1877, começou a usar o título de Real por concessão de Sua Majestade.

Com José Estêvão, Bento de Magalhães, José

Crispiniano da Fonseca e Manuel José Mandes Leite, fundou *O Distrito de Aveiro*, que combateu a política do governo advogando a política de José Estêvão.

De 2 de Julho de 1861 até ao princípio de 1863 esteve afastado desse jornal pelo facto de se terem recusado a publicar um artigo, talvez um pouco violento, redigido pelo motivo de seu pai, sem qualquer justificação, ter sido transferido da Alfândega de Aveiro para a de Esposende; isto obrigou-o a pedir a demissão da Alfândega, o que o levou à morte em 1863.

Em 1877 escreveu: *O exclusivo da circulação fiduciária — Carta ao Illmº Sr. José Joaquim Rodrigues de Freitas, por Agostinho D. Pinheiro e Silva.* ⁽⁹⁾

Em 1879 publicou um opúsculo intitulado: *As questões da Junta Geral de Aveiro por um procurador à mesma junta por causa da divisão dos círculos eleitorais dos procuradores à Junta Geral.* ⁽¹⁰⁾

Em 1822 é publicado a sua obra *O Marquez de Pombal — Modestos reparos ao livro do Sr. Camilo Castelo Branco "Perfil de Marquês de Pombal".* ⁽¹¹⁾

Pena é que grande parte dos seus artigos não tenham chegado até hoje, assim como peças de teatro cujos personagens muitas vezes desempenhou, visto ser um bom actor amador.

Não podemos deixar de referir-nos ao que diz o Dr. Jaime de Magalhães Lima a respeito de Agostinho Pinheiro:

— *Agostinho Pinheiro foi um dos homens d'Aveiro contemporâneos que teve maior prestígio de ilustração e de saber. Não lhe faltaram admiradores nem mesmo os seus fanaticos. Aveiro tem essa grande virtude: a afeição pelas cousas e pelas pessoas transforma-se entre a sua gente em religião. Que o digam as festas anuais em honra de José Estêvão, o exemplo unico d'um verdadeiro e espontaneo culto civico consagrado a um nome glorioso.*

Na verdade, Aveiro devia estimar Agostinho Pinheiro porque era um seu legitimo produto (...)

O que é mais surpreendente e mais avulta na phisionomia de Agostinho Pinheiro, foi a illustração que alcançou com meios relativamente mesquinhos (...) e ainda

a sua polemica com Rodrigues de Freitas, sobre a liberdade de emissão fiduciaria, talvez o ponto em que o escriptor começava a ter direitos fóra da sua terra (...). ⁽¹²⁾

Veja-se o que dele escreveu Homem Cristo, panfletário sobrejamente conhecido e seu adversário político, após a sua morte ocorrida em 28 de Junho de 1883:

— *Morreu um honrado filho d'Aveiro, e está tudo dito! Desapareceu um dos nossos valentes e talentosos contreraneos! Não mais tornaremos a vêr quem amou como nós estes campos soberbos, esta ria formosissima, estas mulheres esbeltas, estes homens generosos, esta terra pequenina, pobresinha e abatida, mas tão alegre, mas tão linda! ... Ah! Oxalá que nos surprehenda a morte aqui!*

Adversario leal, ao menos ficas ao pé de José Estêvão, de Bento e Bernardo de Magalhães, de Francisco de Rezende, de tantos outros aveirenses illustres! (...) ⁽¹³⁾

Em 1867 procura alívio, para grave doença que o acomete, no Buçaco, em Paris e em Londres, sem o que não teria resistido.

Em 26 de Maio de 1881 foi acometido por uma apoplexia cerebral que o deixou bastante combalido, vendo-se obrigado a passar o seu estabelecimento comercial, A. Pinheiro & Cª, no gaveto do largo de 14 de Julho e a rua de Mendes Leite, por não estar à frente do mesmo, a Eduardo Augusto Ferreira Osório.

Em 28 de Junho de 1883 vem a falecer.

(1) - Arquivo Distrital de Aveiro

(2) - *Aveiro - Berço da Liberdade* - Marques Gomes

(3) - *Aveiro - Berço da Liberdade* - Marques Gomes

(4) - *Aveirenses Notáveis* - Vol. I - Rangel de Quadros

(5) - *50 anos de vida política do Conselheiro Manuel Firmino d'A Muia* - Marques Gomes

(6) - Edição da Tipografia Aveirense - 1861 - Aveiro

(7) - *Causas Leves e Pesadas* - 1ª ed. 1867 - 3ª ed. de 1971, pg. 221 - Camilo Castelo Branco

(8) - *Real Irmandade de Santa Joana* - Amaro Neves

(9) - Porto 1877 - In 8º de 35 pgs.

(10) - *Aveirenses Notáveis* - Vol. I - Rangel de Quadros

(11) - Edição Clavel - Aveiro - D. Mello Guimarães, editor 1882, 8 gr., 114 pg.

(12) - *Almanaque Beira Mar para 1898*

(13) - *O Povo de Aveiro* - nº 75, de 1 de Julho de 1883

Publicações da Câmara Municipal em 1995

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE AVEIRO

Coordenação — Madalena Pinheiro

Execução — Cristina Calvo

Nº de exemplares — 500

Capa — Jeremias Bandarra

ASPECTOS DA ESTRUTURA SOCIOLINGUÍSTICA DA CIDADE DE AVEIRO

Autora — Maria de Fátima de Resende Fernandes Matias

Prólogo — Prof. Doutor Manuel Alvar

Capa — Jeremias Bandarra

Nº de exemplares — 1000

Lançamento — 3 de Maio de 1995

CACIA E O BAIXO VOUGA (II Volume)

Autor — Bartolomeu Conde

Nº de exemplares — 1000

Capa — Jeremias Bandarra

COLECTÂNEA POÉTICA

Autor — Amadeu de Sousa

Capa — Jeremias Bandarra

Nº de exemplares — 1000

Lançamento — 7 de Julho de 1995

PALAVRAS DE LUZ (Romance)

Autora — Cecília Sacramento

Capa — Jeremias Bandarra

Nº de exemplares — 1000

Lançamento — 25 de Novembro de 1995

O MUNICÍPIO DE AVEIRO — CEM ANOS DA SUA HISTÓRIA

Autor — Rui Barros

Capa — Gaspar Albino

Nº de exemplares — 500

Lançamento — Dezembro de 1995

HOMEM CRISTO - O HOMEM, A OBRA E O SEU TEMPO

(Comunicações apresentadas no quinquagénário da sua morte)

Coordenação - Serviços de Cultura da C.M.A.

Capa - Jeremias Bandarra

Nº de exemplares - 1000

Lançamento - Previsto para 13 de Janeiro de 1996

Fábrica Aleluia

Fernando Moraes Sarmento*



João Aleluia



Gervásio Aleluia



Carlos Aleluia

1. ESBOÇO HISTÓRICO

Em Maio do corrente ano, a Fábrica Aleluia festejou, condignamente, a passagem do 90º aniversário da sua fundação. Justo se torna, por isso, recordar um pouco da sua história recheada de muitas atribulações e sacrifícios, ultrapassados que sempre foram pela tenacidade, competência e indómita vontade de vencer dos seus dedicados dirigentes de tal forma que, honrando o lema de melhor servir, os seus produtos, quer no mercado nacional quer no mercado estrangeiro, sempre se afirmaram pela excelência da sua qualidade que conquistou fama.

JOÃO ALELUIA, fundador da Fábrica Aleluia, iniciou o seu ofício ainda muito jovem nas lides fabris da antiga cerâmica da Fonte Nova, de Carlos Melo & Irmão, onde exerceu a sua actividade, durante alguns anos.

Pintor por vocação e com uma propensão natural para

a Música, a solfa aprendeu-a por si nas horas vagas e cedo, autodidacta, se fez mestre à custa de muito esforço e persistência.

Por mérito próprio entrou nos colégios e nas melhores casas aveirenses como professor de piano, muito embora não fosse o instrumento a que mais se tivesse dedicado; mas era bastante conhecedor de toda a sua técnica para o ensino. Fez parte de tunas e bandas civis, de que chegou a ser regente de algumas, e de orquestras de ópera, onde a sua participação era bastante apreciada como elemento seguro no naipe dos baixos, nos instrumentos de corda.

Apaixonado pela música e com a vontade de conhecer cada vez mais os mistérios que a bela Arte dos sons encerra, também ele, ao jeito das canções napolitanas, muito em voga nos princípios deste século, nelas se inspira em algumas das composições que fez, das quais se destacam “Vénus” e “Tricanas da Beira Mar”; esta, pela sua maviosa melodia, a mais conhecida, veio a ser como que o hino do Coral, fundado mais tarde pelo seu filho Carlos.

Estando iminente a falência da Fábrica da Fonte Nova,

João Aleluia, preocupado com tal situação, pensa fundar uma do género - louças e azulejos. Conseguindo capital emprestado dos amigos que fez através da música, junta a si mais quatro operários da mesma fábrica: Feliciano Pinho das Neves Aleluia (seu irmão), João Bernardo Júnior, António de Lima e João Gonçalves, que de seguida se constituem em sociedade a 14 de Fevereiro de 1905, conforme notas do notário aveirense Manuel Cação Gaspar, tomando a firma social J. ALELUIA & COMPANHIA e denominação de "Fábrica de Louça dos Santos Mártires", instalada num modesto armazém que alugaram no Largo deste mesmo nome, no Albói. Em 6 de Junho de 1905 desenformou a primeira cozedura, dando assim por inaugurada oficialmente a existência desta nova unidade cerâmica, essencialmente virada para a produção à base de louça doméstica, com destino aos mercados da Beira Alta e ao fabrico, em menor escala, de azulejos.

JOÃO ALELUIA, agora com redobradas responsabilidades, trabalha afanosamente ao lado dos operários sem, contudo, esquecer os seus pincéis onde, desde a primeira fornada, dá largas à sua veia artística na pintura de jarras, pratos decorativos e painéis. Catorze meses depois, por incapacidade directiva dos seus sócios, dissolve-se a sociedade por comum acordo, chamando a si todo o activo e passivo, conforme consta das notas do notário Dr. Joaquim Simões Peixinho, de 24 de Abril de 1906.

O quadro do pessoal, incluindo os seus ex-sócios, agora ao serviço como simples operários, andou por alguns anos à volta de 20 pessoas.

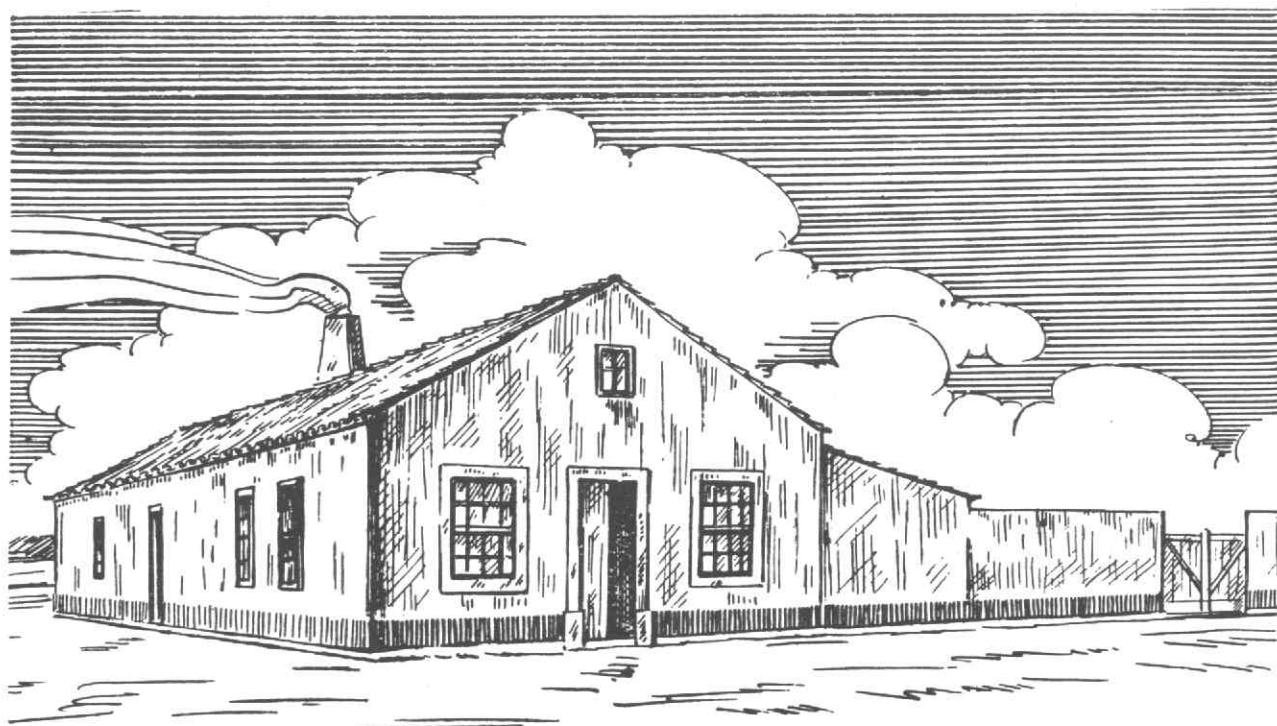
Muito embora veja os encargos de fundação liquidados em 1911, as modestas instalações dos Santos Mártires mostram-se já bastante acanhadas, o que leva JOÃO ALELUIA, por incitamento do seu grande amigo, Domingos Leite, a contrair novo empréstimo para a compra da propriedade da Fonte Nova. Sem grande entusiasmo, porque não desejava voltar a endividar-se com tão elevado investimento que seria necessário, reconhece, no entanto, que ali poderia ampliar as suas novas instalações fabris e assim poder aumentar substancialmente a produção dos seus produtos. Vê-se, mais uma vez, a braços com enormes dificuldades, agora mais agravadas com o período conturbado da primeira Grande Guerra.

Em 1917, já desafogado de dívidas, JOÃO ALELUIA transfere a fábrica dos Santos Mártires para as novas instalações da Fonte Nova, tendo aqui saído a primeira fornada em 8 de Setembro deste mesmo ano, e sem que se perdesse uma semana de produção na velha unidade fabril do Albói.

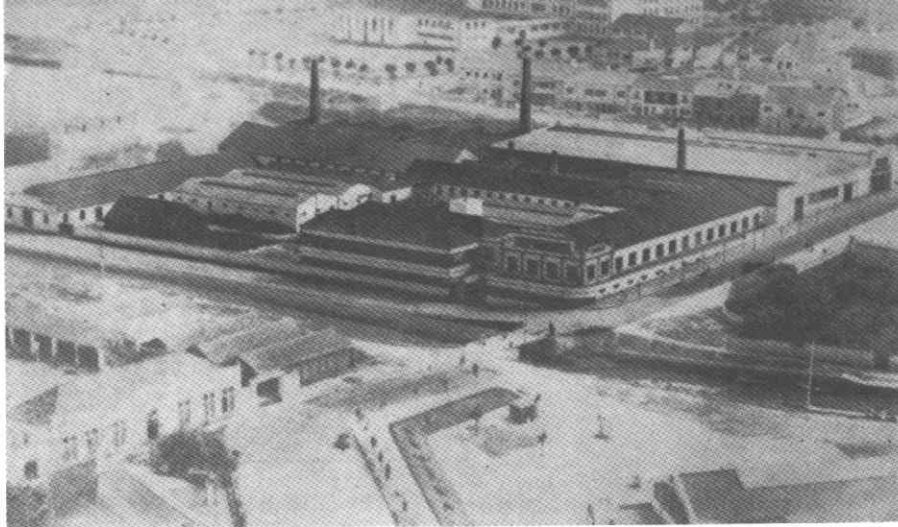
Com o fim da guerra, surgiram novas técnicas de fabrico e outros sistemas de trabalho, aliados a desmesuradas ambições e ganâncias.

Reanimada a velha Fábrica da Fonte Nova, que há anos mantinha uma modesta e difícil laboração, outras se fundam; em 1919 a Empresa de Louças e Azulejos, Lda, na rua da Fábrica, e em 1922 a Empresa Olarias Aveirenses, Lda., na rua das Olarias.

A proliferação, que se generaliza também a nível nacional, leva as empresas a enfrentar uma grave crise, com a inevitável guerra de preços. JOÃO ALELUIA consegue,



1905 — A Fábrica Aleluia, nos Santos Mártires



1955 — A Fábrica Aleluia no Cais da Fonte Nova

contudo, e sem mais capital, aguentar-se com muita prudência, não alinhando nos desvarios dos preços demasiado baixos que outras fábricas praticam. Algumas pagaram caro com a prática desse sistema, acabando mesmo, pura e simplesmente, por encerrarem.

Sua esposa, sempre atenta para a resolução dos muitos problemas que ambos tinham de enfrentar, trabalhando ao lado das operárias, ajudava incansavelmente o marido, do mesmo modo que seus filhos, Gervásio e Carlos que, para além dos estudos, se entregavam igualmente ao trabalho de toda a actividade da Fábrica, para sair da crise que tanto os atormentava.

Quando menos se esperava e tudo dava indícios duma recuperação económica, morre JOÃO ALELUIA em 20 de Setembro de 1935, com apenas 59 anos de idade. Seus filhos, que exerciam já o professorado na Escola Industrial e Comercial de Aveiro, assumem, de seguida, os destinos da Empresa, agora como “Viúva e Filhos de João Aleluia”, tendo em 1941 sucedido a “Aleluia & Aleluia”, como sociedade em nome colectivo entre os filhos herdeiros — Gervásio e Carlos.

Com a forte vontade de desenvolver e modernizar a Fábrica, decidem visitar indústrias de cerâmica estrangeiras e conhecer novas tecnologias apresentadas nas várias exposições que se realizam pela Europa fora. Enriquecidos com os conhecimentos adquiridos, lançam-se na aquisição de equipamento novo e moderno, ao mesmo tempo que ampliam as suas instalações, dando-se então início às grandes inovações no campo social e cultural. Constroem, para o efeito, dois pavilhões de grandes proporções, donde se destaca um enorme salão de festas, salas de jogos e convívio, balneários, um museu, biblioteca e sala de reuniões, sala para escola de desenho e ensino primário, para além de um amplo refeitório e um escritório vastíssimo, rodeado de enormes janelas que o iluminavam completamente, e onde se localizam os gabinetes da Gerência.

Asseguram, igualmente, a manutenção de uma cantina que, diversificada com todo o género de produtos, a preços abaixo do mercado, torna-os extensivos a todo o pessoal. O refeitório, onde prima o bom gosto e o mais esmerado azeite, chega a servir, em média, 200 refeições diárias fornecidas a custo simbólico, existindo até o escalão gratuito para aqueles de menos proventos.

Outro aspecto social de enorme alcance e significado prende-se com a instituição de um “fundo de adiantamentos suplementares” que a empresa destina ao seu pessoal para a construção de casa própria, dando facilidades de liquidação em prestações mensais suaves, sem juros. No campo assistencial, ainda antes da Segurança Social, já todo o pessoal tinha gratuita a assistência médica e medicamentosa, chegando também a atribuir subsídios por doença.

Para os irmãos Gervásio e Carlos, muito dedicados às Artes, a música também foi para eles, pela enorme sensibilidade, uma grande paixão. Enquanto o Carlos se inclinava mais para o violino, Gervásio dedicava-se ao piano, instrumento de sua predilecção, chegando mesmo a fazer algumas composições para o Coral da Fábrica. Como seu Pai, fizeram igualmente parte de orquestras no meio musical aveirense, dando também uma colaboração muito valiosa ao Teatro Musicado que em Aveiro muito se cultivou até aos meados deste século.

Em 1942 compram a Empresa Olarias Aveirense, Lda., sita na rua das Olarias, e aí fazem nascer a FÁBRICA GERCAR, essencialmente destinada ao fabrico de louça sanitária, tendo lugar a sua primeira fornada em 1 de Novembro de 1943.

Para comemorar os 40 anos da fundação da Empresa, Carlos Aleluia resolve então formar um Orfeão com cento e poucas figuras, todas elas pertencentes aos quadros do pessoal da Fábrica. Este agrupamento fez a sua primeira apresentação pública em Fevereiro de 1945, tendo nascido a partir daqui a sua notável ACÇÃO CULTURAL.

Estava, assim, formada uma grande empresa cerâmica que chegou a ter nos seus quadros, em 1955, 400 empregados.

A 31 de Maio de 1961 com a inclusão dos filhos de Gervásio e Carlos, como sócios, a firma social passa a ALELUIA, LDA..

Anos depois, por imposição do camartelo camarário, é transferida a Fábrica Gercar para uma propriedade que a

Empresa havia comprado em Esgueira, na Chamada Quinta do Simão, onde definitivamente se instala, passados alguns anos, a velha unidade, sita no Cais da Fonte Nova.

Servindo de modelo a outras que se vieram a construir mais tarde, foi motivo de admiração e elogio da parte das individualidades nacionais e estrangeiras toda a laboração fabril e a obra cultural e social desta organização modelar de tão grande expansão, e que tanto prestigiou a cidade de Aveiro.

Em Outubro de 1973 a família Aleluia, por dificuldades dos investimentos realizados na nova unidade de Esgueira, resolve vender a Fábrica a uma sociedade anónima que mantém o nome, agora como ALELUIA — CERÂMICA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S.A., que nos dias que correm se tornou numa empresa grandiosa, tecnicamente evoluída e uma das maiores, se não a maior e mais moderna indústria de revestimentos cerâmicos do país.

BIBLIOGRAFIA

— Livro dos 50 anos da FÁBRICA ALELUIA, comemorativo, 1905-1955.

2. ACÇÃO CULTURAL

“Respigos Memorativos”

A celebração das comemorações do 90º aniversário da fundação da Fábrica Aleluia motivou-nos a rememorar o que foi a Acção Cultural desenvolvida por esta Empresa, o que muito nos apraz fazê-lo por termos sido um dos seus intervenientes das muitas das acções, então levadas a bom termo, como pretexto para aqui deixar expressa aos vindouros esses actos inolvidáveis de Cultura a que Aveiro assistiu e que hoje, com muita saudade, nos reportamos num preito de homenagem muito sentida.

Quando, a 24 de Setembro de 1966, o CORAL ALELUIA deu um concerto no Grande Casino Peninsular, a Convite da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz, não nos passava pela cabeça que com ele se encerrava toda uma actividade cultural que, desde há duas décadas, se vinha notabilizando pelo seu elevado alcance educativo.

Todo o pessoal da Empresa e as pessoas a ela alheias, que acompanhavam de perto com enorme interesse as inúmeras e variadas realizações, manifestaram sempre o seu entusiasmo e admiração pelo que lhes era oferecido, graças ao proficiente empenho e dedicação dos sócios, Gervásio e

Carlos Aleluia, seus principais mentores. Aveiro aplaudia porque sabia da qualidade dos seus diversificados espectáculos e saraus, que se realizavam com frequência nos diferentes locais da cidade e, em especial, no seu grandioso salão de festas, onde teve lugar a maior parte dos principais acontecimentos culturais.

Foi na verdade o Grupo Coral, formado em 1945 para comemorar os 40 anos da Empresa, que mais nome deu à Fábrica Aleluia; para isso muito contribuíram, também, as transmissões directas — e, mais tarde, em gravação — dos seus programas para a então Emissora Nacional.

Mantendo-se sempre em actividade ininterrupta até ao seu desaparecimento, representou, dignamente, o nome de Aveiro pelo País fora e em Espanha, onde foi acolhido pelo público e pela crítica com os mais vibrantes aplausos, destinando sempre para fins caritativos as receitas das suas representações.

Na opinião autorizada de Mário Sampayo Ribeiro, distinto arqueólogo, musicógrafo e Cantor-Mor que foi da “POLYPHONIA”, o CORAL ALELUIA era considerado como o melhor agrupamento amador do nosso País.

A outras áreas não menos importantes se ocupou a acção cultural com bastante regularidade, como por exemplo o Teatro, representado unicamente pelos trabalhadores, levando à cena, sempre com grande sucesso, as seguintes peças: — “O Ladrão da Casa”, “Uma noite bem passada”, “O tio Simplicio”, “O primeiro beijo”, “A vizinha do lado”, “Três gerações”, “Ave-Marias”, “O Bescalda Favais”, “Auto de Fé”, “Enredo Galante”, “Um morto a cavalo”, “Amigo de Peniche”, “O Mar”, etc., e vários autos de Natal, tendo um deles sido desempenhado por crianças, filhos dos próprios empregados.

Estabeleceu com frequência intercâmbio com vários agrupamentos, como o Orfeão de Viseu, Orfeão Scalabitano, Orfeão de Leiria, Orfeão da Madalena, Sociedade Coral Polifónico de Pontevedra, Como Elas Cantam em Paços de Brandão, Orfeão Universitário de Lisboa, Polyphonia, etc.

Efectuou recitais de poesia, alguns dos quais por empregados da Fábrica, música instrumental e palestras sobre História e as Belas Artes, proferidas por figuras ilustres que para o efeito eram especialmente convidadas.

Por ocasião do Natal, realizava as tradicionais festas alusivas à quadra para os empregados e suas famílias, sendo a seus filhos entregue brinquedos e guloseimas, e ainda enxovais para os recém-nascidos durante o ano.

No salão expunham os mais dotados, uma ou duas vezes por ano, trabalhos de pintura a óleo e aguarela, desenho, escultura e também fotografia, sendo no final apreciados por um júri, que os classificava, atribuindo prémios aos vencedores.

Organizava excursões de recreio, cultura e beneficência pelo País e pelo estrangeiro.

Manteve uma escola de desenho e pintura (tanto hoje se fala de formação profissional!...) orientada e dirigida, competentemente, por Gervásio Aleluia; e uma escola de adultos para os poucos operários antigos que ainda não possuíam a 4ª classe do ensino primário, acompanhados por professores oficiais que para o efeito foram contratados pela Empresa.

Por Carlos Aleluia foram criados e ministrados cursos livres sobre cultura geral, para os que desejassem enriquecer os seus conhecimentos.

Periodicamente apresentava o seu "Boletim Aleluia", com colaboração única dos trabalhadores, e teve uma orquestra-jazz constituída também por empregados da Fábrica para abrilhantar as diferentes festividades e bailes com lindas ornamentações no salão nobre.

Organizou torneios de ping-pong, bilhar livre, dominó e damas, na grande sala de convívio, dotada de um bom bar e ainda uma pequena biblioteca com estantes cheias de livros dos melhores autores nacionais e estrangeiros, não faltando os relacionados sobre a técnica da cerâmica.

Além do mais, convém referir o extraordinário sentido artístico do seu fundador que, com grande visão, soube assegurar o seu historial, constituindo um espólio para uma futu-

ra sala-museu, que se veio a formar e onde se preservavam todos os modelos das peças originais que se iam fabricando.

No campo desportivo, propriamente dito, chegou a ter uma equipa de basquetebol que veio a ser campeã distrital, um grupo de futebol de curta duração e uma boa secção de pesca desportiva, com alguns troféus conquistados a nível nacional.

Esta Empresa, talvez ímpar no País, serviu de modelo a outras fábricas congéneres que mais tarde se constituíram, não sem que vissem *in loco* toda esta máquina bem organizada a funcionar, sem prejuízo do seu horário normal de trabalho.

As instalações exemplares da Fábrica Aleluia eram uma espécie de sala de visitas da cidade que obrigava todas as excursões ou figuras de destaque do País e do estrangeiro a visitar, levando dela as melhores impressões e recordações.

Com a transferência da Fábrica Gercar, que se situava na rua das Olarias, para a Quinta do Simão, em Esgueira, e a venda, mais tarde, das instalações no Cais da Fonte Nova, em finais de 1973, dá-se o conseqüente arrasamento desta última, extinguindo-se, para sempre, toda uma actividade artística e cultural de décadas que fez escola e que os aveirenses, em geral, muito ficaram a dever, por tudo o que a FÁBRICA ALELUIA fez por Aveiro.

** Ex-colaborador da Empresa e elemento activo da sua Acção Cultural*

O CORAL ALELUIA

Eu queria fazer agora aqui como fazem às vezes os oradores profanos ou sacros que, diante da magnificência do assunto, declaram com pompa que desejariam ter na sua boca o oiro da eloquência, o néctar das flores, o mel das abelhas, a inspiração dos deuses, a lira de Orfeu, o próprio som das harpas eólias, o clarim de Arcole, para estarem à altura e não desmerecerem do que deles esperam os seus auditórios. (...) Mas hoje já se não usam estas entradas dramáticas, estes preâmbulos que ninguém toma a sério, e assim direi simplesmente que, para falar dignamente da audição de música sacra na velha igreja da Misericórdia de Aveiro, havia de haver tempo, sossego, ambiente, jeito sobretudo de apurar a pena antes de a pôr a correr no papel. Ora destas coisas, umas não as tenho no momento presente, outras nem agora as tenho e presumo que jamais as terei. (...)

Saudo-vos, ó coro sagrado, ó divina harmonia! Saudo-vos, ó voz da Aleluia! Saudo-vos, ó irmãos do trabalho, ó mãos de operários, infinitamente mais graciosas, mais dignas de amor, do que as finas mãos daquele *Giovin Signore* do qual falou e troçou Parini!

D. João Evangelista de Lima Vidal
(A propósito de um concerto do Coral Aleluia,
no dia 21 de Maio de 1948 - Vd. "Correio do Vougu", 5-6-1948)

Algumas Efemérides de 1996

- 04-01-1971 — Iniciou a sua meritória actividade, com um jardim de infância, o Centro Social Paroquial da Vera-Cru — 25 anos.
- 05-01-1871 — Nasceu em Verdemilho (Aradas) Acácio Vieira da Rosa, homem culto, jornalista cintilante e polemista veemente — 175 anos.
- 24-01-1096 — O Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa doaram parte da vila de Cacia ao Mosteiro de Lervão — 900 anos.
- 06-02-1596 — Faleceu o ilustre dominicano Frei Nicolau Dias, autor da primeira biografia da Princesa Santa Joana - "Vida da Serenissima Princesa Dona Joana, filha del Rey Dom Afonso o quinto de Portugal" - que foi publicada em 1585 e teve mais três edições (1594, 1674 e 1987) — 400 anos.
- 10-02-1821 — Nasceu na vila de Eixo o benemérito cidadão Sebastião de Carvalho Lima, que seria o pai do Dr. Sebastião de Magalhães Lima e do Dr. Jaime de Magalhães Lima — 175 anos.
- 08-03-1596 — El-Rei D. Filipe I de Portugal confirmou a doação do senhorio das terras do almoxarifado de Eixo ao sexto conde de Odemira, feita pelo Cardeal-Rei D. Henrique — 400 anos.
- 10-03-1896 — Jerónimo Pereira Campos iniciou a construção de uma fábrica de cerâmica, nas Agradas — 100 anos.
- 19-03-1896 — Iniciou as suas actividades a "Sociedade Recreio Artístico", fundada por um grupo de aveirenses sob o patrocínio de S. José — 100 anos.
- 29-03-1821 — Realizou-se em Aveiro o juamento da Constituição de 1820, tendo-se celebrado depois um te-deum e havendo diversas manifestações públicas de regozijo — 175 anos.
- 30-03-1971 — Sob a presidência do Presidente da República, foram oficialmente inauguradas as instalações do Conservatório Regional de Aveiro — 25 anos.
- 10-04-1921 — Francisco Manuel Homem Christo, eleito deputado pela primeira vez, fez a sua estreia parlamentar — 75 anos.
- 16-04-1846 — O Papa Gregório XVI confirmou como bispo de Angola o religioso carmelita D. Frei Sebastião da Anunciação Gomes de Lemos, natural da vila de Eixo — 150 anos.
- 24-06-1871 — Um grande incêndio reduziu a escombros o palácio dos viscondes de Almeida, com todo o seu precioso recheio, durando o fogo e o rescaldo perto de uma semana; o edifício situava-se onde se veio a construir o edifício do Governo Civil — 125 anos.
- 11-07-1971 — O Centro Paroquial de São Bernardo, prestimosa instituição de solidariedade e formação, foi inaugurado nesta data — 25 anos.
- 31-07-1921 — Faleceu o ilustre aveirense por adopção Bernardo Torres, conhecido pela sua actividade política e caritativa — 75 anos.
- 22-08-1571 — Faleceu D. João de Lencastre, primeiro duque de Aveiro, filho do Sr. D. Jorge e neto de El-Rey D. João I, cujo cadáver foi sepultado na igreja do Convento de S. Domingos, em Coimbra — 425 anos.
- 07-09-1471 — A Princesa Santa Joana, ainda na Corte, enviou cartas participando a tomada de Arzila e de Tânger, no norte de África, por El-Rey D. Afonso V e pelos portugueses, recomendando orações de acção de graças a Deus — 525 anos.
- 14-09-1646 — Faleceu o ilustre aveirense D. Frei Miguel Rangel, bispo de Cochim, na Índia, eminente em letras e virtudes — 350 anos.
- 25-09-1921 — Foi inaugurada a iluminação eléctrica da cidade de Aveiro, melhoramento que, pela sua importância, todos receberam com justificada alegria — 75 anos.
- 11-10-1846 — Saiu o primeiro número do "Boletim de Notícias", o mais antigo jornal que se publicou em Aveiro e que durou apenas até ao dia 21 de Dezembro seguinte — 150 anos.
- 03-11-1571 — Foi publicada uma lei cujo § 23º respeita às naus que de Aveiro iam à Terra Nova para pescar bacalhau; aí se determinava que as naus iriam armadas e que as de Aveiro, Viana do Lima e qualquer outra parte do Reino, ao tempo que partissem, elegeriam capitão-mor — 425 anos.
- 15-11-1146 — Gaíndo e sua esposa Susana Salvador fizeram doação à Sé de Coimbra das herdades que possuíam em Sá, junto de Aveiro — 850 anos.
- 07-12-1921 — O decreto governamental nº 7780 criou a "Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro" que, em 1950, passaria a denominar-se "Junta Autónoma do Porto de Aveiro" — 75 anos.
- 19-12-1896 — Em Coimbra, na igreja de S. João de Almedina, recebeu a ordem de Presbítero o saudoso aveirense D. João Evangelista de Lima Vidal — 100 anos.
- 20-12-1746 — O Papa Bento XIV sancionou o parecer favorável para se cometer ao bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, o encargo de elaborar o processo em ordem à canonização da Bem-aventurada Princesa D. Joana, já beatificada em 1693; os trabalhos seriam suspensos mais tarde, por desinteresse de Portugal - 250 anos.

Sínodo Diocesano de Aveiro



D. João Evangelista de Lima Vidal
(no traço de José Augusto e Gaspar Albino)

Com a consciência da importância social e histórica — que não apenas religiosa — para Aveiro e para a sua região, do II Sínodo Diocesano de Aveiro, resolvemos consagrar-lhe uma simples notícia.

Anunciado em Dezembro de 1988, no termo do Congresso dos Leigos da Diocese de Aveiro, para continuar o trabalho de aprofundamento sobre a missão da Igreja no mundo aveirense, e após alguns meses de sensibilização, realizou-se o Sínodo, que decorreu desde Outubro de 1990 até Junho de 1995. Sob o tema geral *Unidos na Comunhão*,

Comprometidos na Missão, cerca de cinco mil católicos - sacerdotes, diáconos, religiosas e leigos - distribuídos nas paróquias e nos movimentos em centenas de grupos, foram reflectindo sobre vários sub-temas, como: — Igreja-Comunhão, Paróquia-Comunidade em renovação, Presença e acção dos cristãos no Mundo, Todos convocados para a Missão, Construtores de Comunhão.

O encerramento realizou-se solenemente no dia 4 de Junho, na Sé Catedral, com a presença dos delegados sinodais, do arcebispo-primaz de Braga, do presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, do governador civil do Distrito, dos presidentes de diversas Câmaras Municipais, do representante da Igreja Metodista Portuguesa e de outras entidades.

Ao longo destes cinco anos, aprofundaram-se muitos assuntos, levantaram-se muitas questões, analisaram-se situações concretas, tentaram-se caminhos de resposta, abriram-se perspectivas de futuro, sempre com os olhos postos na valorização da pessoa humana. Quatro grandes desafios sempre pairaram como estímulo à caminhada sinodal, no dizer de D. António Marcelino, na cerimónia final: — *Deus e o seu plano salvador; o Homem e a sua vocação à felicidade e à solidariedade fraterna; o Mundo dos Homens, como espaço e tempo necessários para a sua plena realização e para o seu compromisso; a Igreja, como Cristo a quer, servidora de uma missão que a projecta para fora das suas fronteiras e se traduz num espírito específico e singular de mãe, de serva e de mestra.*

Este foi o II Sínodo Diocesano de Aveiro; o primeiro realizou-se nos anos de 1941 a 1944, sendo bispo de Aveiro o saudoso D. João Evangelista de Lima Vidal. Para o livro das “Decisões Sinodais”, entretanto publicado, Mons. João Gonçalves Gaspar escreveu um texto de que recortamos apenas a parte inicial, porque alusiva a este acontecimento de há cinquenta anos:

— *A Diocese de Aveiro, como vulgarmente é sabido, criada em 1774 e extinta em 1882, foi reconstituída ou restaurada pelo Papa Pio XI, em sua bula apostólica Omnium Ecclesiarum, de 24 de Agosto de 1938, que teria pleno vigor por força do decreto executório de D. João Evangelista de*

SÍNODO DIOCESANO DE AVEIRO

CELEBRADO EM 21 DE MAIO DE 1944

Pelo Ex.^{ma} e Rev.^{ma} Senhor
D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL
ARCEBISPO-BISPO DE AVEIRO



AVEIRO
TIP. MINERVA CENTRAL
1 9 4 4

Livro do I Sínodo Diocesano de Aveiro

Lima Vidal, com data de 11 de Dezembro seguinte, na altura com a responsabilidade de Administrador Apostólico. O Santo Padre atendera assim ao intenso e contínuo desejo dos católicos aveirenses, que vinha sendo manifestado sobretudo a partir de 1924.

A história de Aveiro jamais poderá deixar de registar este acontecimento, que também é relevante para esta cidade e para a sua região; a autonomia de uma zona humana e geográfica dentro da organização da Igreja Católica não pode deixar de ter significado, em virtude da importância social do cristianismo entre nós. Além disso, toda a acção pastoral, nas suas diversas vertentes, naturalmente se unifica sob a orientação de um Bispo - e este é o de Aveiro.

O pensamento da realização do I Sínodo Diocesano de Aveiro, com a promulgação das respectivas Constituições, quase se pode afirmar que surgiu no dia da restauração da Diocese. Era evidente que, nos primeiros tempos, se diferenciavam — senão mesmo se chocavam — tradições religiosas, determinações eclesásticas, história e costumes locais;

vindos de procedências distintas — Coimbra, Porto e Viseu — juntaram-se na nova Diocese três sectores geográficos e humanos, que necessitavam de coesão.

Logo no início, precisamente em 27 de Dezembro de 1938, o Prelado assinava e expedia a sua primeira Carta Pastoral, sob o único tema “Pelo Seminário”, aproveitando a oportunidade para falar claramente da urgência desta instituição na vida eclesial e para entusiasmar a todos na colaboração material para a sua construção; o eco das palavras do Arcebispo chegaram aos quatro cantos da Diocese. Tornou-se evidente que a ideia e a campanha do Seminário de Santa Joana uniram à sua volta as comunidades e as pessoas que se manifestavam em singular carinho e em extrema generosidade.

Contudo, não obstante esse movimento aglutinador, a legislação continuava fraccionada; a publicação de decretos, de normas e de orientações, à medida que as circunstâncias, os acontecimentos ou os projectos aconselhavam, dava sempre a ideia de remédios de ocasião, sem estabilidade, sendo mesmo preciso uma ou outra vez transigir com hábitos contraídos. Era natural. Mas isto não deixaria de constituir um grave e inadiável problema de consciência para o já então Arcebispo-Bispo de Aveiro, o referido D. João Evangelista de Lima Vidal; desejava ele aproveitar o tempo e as energias que lhe restavam, pois, com os seus

II SÍNODO DIOCESANO DE AVEIRO

1990

1995

Documentos

Livro do II Sínodo Diocesano de Aveiro

sessenta e sete anos de idade, sabia bem que se encontrava na última fase da existência. “Já vim para Aveiro com a cabeça da cor da neve” — escreveu; “e, daí por diante, cada dia que passava, cada vez ia tendo mais cabelos brancos, para não dizer noutro sentido, igualmente pejorativo, que cada vez os ia tendo menos, porque caíam”.

(1)

Não foi preciso, pois, que decorresse muito tempo de vida autónoma da Diocese, para todos se capacitarem — “e mais do que nenhum outro, como é natural, o velho piloto que foi chamado para andar ao leme da nau” (2) — de que se encontravam diante de um esforço enorme de unificação, de um problema geral de disciplina “que, resolvido, pudesse tirar à nova Igreja o seu aspecto inicial de manta de três bocados e de três cores”. (3) Com o fim de criar uma geografia única, haveria de se dar à Diocese “o sangue próprio das suas veias, os dois pulmões do seu peito por onde ela unicamente respirasse, os seus órgãos privativos de vida, aquele calor típico que atearse e conservasse por toda a parte do seu território a alma da mesma Igreja”. (4)

No dia 21 de Setembro de 1941, o Arcebispo, considerando efectivamente que era do seu estrito dever cuidar da comunidade cristã que Deus lhe confiara, procurando que ela desse o testemunho de uma verdadeira comunhão de paróquias e de pessoas, anunciava que “lá para o ano de 1944, nalgum mês de mais sossego e porventura de menos frio”, presidiria ao primeiro Sínodo. Em mensagem publicada no *Jornal Correio do Vouga*, (5) solicitava aos sacerdotes que viessem participar, na Casa Episcopal, às sessões preparatórias a realizar no dia 8 de cada mês — ou no dia 9, se aquele fosse impedido por um domingo ou festa de preceito sugerissem alvitre, preparassem os trabalhos e reflectissem sobre as matérias; ao mesmo tempo, publicar-se-iam os assuntos do estudo e do diálogo.

Todavia, como não se pudessem repetir tais reuniões com a normalidade mensal, por dificuldades e restrições de transportes motivadas pelas condições da segunda guerra mundial, substituiu-se tal método — que teria a vantagem de um contacto mais íntimo, directo e proveitoso — pelo processo de se mandarem pelo correio, para os Arciprestados, os esquemas das Constituições. Assim, à medida que eram redigidos ou revistos pelo Prelado, iam-se enviando tais esquemas de trabalho, a fim de serem analisados e estudados nas reuniões parciais do clero, que tinha a total faculdade de democraticamente alterar, corrigir, acrescentar ou cortar o que entendesse. (6)



Medalha comemorativa do II Sínodo

As Constituições Sinodais de 1944 formam, por isso, uma legislação feita colectivamente; na verdade, como os motivos de segurança e de temor são os mesmos para o comandante e para os passageiros do navio, assim um único sentimento deveria animar aquele cuja causa era comum. D. João Evangelista, com larga experiência de organizador e de legislador, mais uma vez demonstrava a sua capacidade de governo, dando um exemplo de liberdade de pensamento e de respeito de opinião, dentro das normas da Igreja.

No decorrer de três anos, o esquema ia tomando corpo: — Normas gerais, Clérigos, Religiosos, Leigos, Sacramentos, Sacramentais, Lugares e Tempos Sagrados, Culto Divino, Magistério Eclesiástico, Seminário, Administração dos Bens e Registo Paroquial. Parte por parte, título por título e artigo por artigo, as Constituições foram surgindo como trabalho colectivo dos responsáveis da Diocese.

Terminada esta fase do processo, o Arcebispo, por decreto de 10 de Fevereiro de 1944, (7) acabou por convocar o primeiro Sínodo Diocesano de Aveiro, que se realizaria em 21 de Maio seguinte na sé catedral, com início às 10 horas, sob a sua presidência. A maioria dos sacerdotes participou nos diversos actos, precedidos de cortejo litúrgico desde o túmulo da Princesa Santa Joana até à mencionada igreja; um dos números do programa foi a celebração da Missa Pontifical. Estiveram presentes muitos fiéis leigos, especialmente os mais interessados na vida e na missão da Igreja. Era o domingo anterior à solenidade do Pentecostes. (8)

O Arcebispo proferiu uma homília de circunstância. A sua primeira atitude foi render graças a Deus por tudo quanto lhe fora dado ver e experimentar; depois, aproveitou o ensejo “para dizer ao clero e aos leigos da minha Diocese de Aveiro — declarou textualmente — quanto me sinto feliz (e acrescentaria mesmo orgulhoso, se esta palavra não tivesse qualquer sabor a pecado, qualquer cheiro a Satanás), por ter sido chamado, no fim da vida, ao governo da Diocese natal, onde, à parte as pequenas coisas que são sempre da condição dos homens, as fagulhas de nada que crepitam sempre onde quer que se acenda o fogo, só tenho encontrado motivos nobres de consolação, de esperança e — porque não dizer também? — de glória!” Seguidamente, aludiu à maneira como o Senhor foi recebido na sua terra de Nazaré e como outros foram recebidos antes e depois d’Ele — “lei geral dos mortais” — acrescentando: — “Mas eu, pela minha parte, não tenho sentido a lei dessa afronta; trago nas veias o mesmo sangue de origem, ando sempre com a mesma luz de Aveiro nos olhos, nasci no berço à beira-mar, ao

marulho das ondas, tenho uma ria e um barco à vela no fundo da alma, cubro-me da sombra das tarmagueiras e sorvo nos beijos a exalação das marinhas e, todavia, assim patricio por todos os lados, marcado mil vezes na pele com o selo de Aveiro, mais se tem apertado em volta de mim, desde que vim aqui para morrer, um círculo maior de afectos, a onda dulcíssima de ternura dos meus irmãos”.

Finalmente, referiu-se à calma em que Aveiro ia vivendo, de tal modo que se tornaram possíveis “estas cortes gerais de pequenina Diocese que ontem nasceu”, recordou a forma aberta em que foram redigidas as Constituições e agradeceu a todos a sua amizade, a sua colaboração e a sua presença.⁽⁹⁾

Apresentando publicamente o texto original das Constituições, que foi ratificado por aclamação, os trabalhos findaram com o canto solene do Te-Deum. Enviaram-se telegramas ao Santo Padre Pio XII e ao Arcebispo de Braga que, da mesma forma, os agradeceram.⁽¹⁰⁾

Em decreto desse dia 21 de Maio, D. João Evangelista de Lima Vidal assinava a promulgação das referidas Cons-

tituições, “nos termos precisos em que foram aprovadas no Sínodo”, declarando, ao mesmo tempo, que entrariam em vigor em 1 de Janeiro de 1945.⁽¹¹⁾ A Diocese dera um passo decisivo em ordem à própria unidade, ficando a ter uma só legislação, que iria orientar a sua vida normal.

(1) - *Correio do Vouga*, 13-5-1944, pg. 1: “O Sínodo Diocesano”.

(2) - Lima Vidal no *Correio do Vouga*, 19-2-1944, pg. 1: “O Primeiro Sínodo da Diocese”.

(3) - *Id.*

(4) - *Id.*

(5) - *Correio do Vouga*, 20-9-1941, pg. 1... “O Primeiro Sínodo Diocesano”.

(6) - *Correio do Vouga*, 13-5-1944, pg. 1: “O Sínodo Diocesano”; *Sínodo Diocesano de Aveiro*, Introdução, pgs. XI-XII.

(7) - *Correio do Vouga*, 19-2-1944, pg. 3.

(8) - Foram secretários e notários da Assembleia os Padres António Augusto de Oliveira e Manuel Maria da Silva Pereira; cerimoniários os Padres Ângelo Jauregui Urizarren (O.C.D.) e António Augusto de Oliveira; e testemunhas os Arciprestes presentes (*Correio do Vouga*, 4-3-1944, pg. 3: Decreto episcopal de 25-2-1944).

(9) - *Correio do Vouga*, 27-5-1944, pg. 1: “O Sínodo - Homília”.

(10) - Telegrama enviado ao Cardeal Secretário de Estado de Sua Santidade: — “Primeiro Sínodo Diocese Aveiro tributa Sua Santidade pia homenagem”. Resposta: - “Devota homenagem primeiro Sínodo Aveiro paternalmente acolhida por Sua Santidade que acompanha trabalhos com votos e orações e envia propiciadora de luzes de luzes bênção apostólica - Cardeal Maglione” (*Correio do Vouga*, 3-6-1944, pg. 3).

(11) - *Correio do Vouga*, 10-6-1944, pg. 3: Decreto episcopal.

bibRIA

HOMEM CRISTO E A DIOCESE

Vários católicos da cidade desejam saber se eu hostilizo a ideia da restauração do bispado. Mas hostilizar como e porquê? Não temos nós um bispo? Não pertencemos nós a um bispado, se não tivéssemos um bispo, se não pertencêssemos a um bispado, compreenderia que os católicos desejassem saber se um livre-pensador era ou não favorável à criação daquilo que não temos tido até agora. Mas tendo nós um bispo, mas pertencendo Aveiro a um bispado, e não me tendo os católicos, por certo, na conta de estúpido, deveriam ver desde logo que, como livre-pensador, me é inteiramente indiferente que o bispo seja este ou aquele e o bispado o de Aveiro ou o de Coimbra; mas não assim como aveirense, pois, a haver bispo e bispado, eu prefiro, logicamente, o bispo e o bispado de Aveiro, que nos dão interesse materialmente, ao bispo e ao bispado de Coimbra, que não nos dão interesse nenhum. E fica posto o problema nestas simples palavras [...].

Que fazer? O bispado existe sempre, em todas as circunstâncias, como no princípio do artigo consignei. Do mesmo modo, o bispo. Vou optar por Coimbra, vou pactuar, tácita ou expressamente com ela contra Aveiro? Ah, não! Essa é que seria a minha responsabilidade, se um dia se pudesse dizer por causa dele, por causa de um prurido de Jacobinismo, vindo provar que a estreiteza de ânimo que tanto censura nos outros é dele próprio também, sendo da mesma craveira de todos, afinal é que Aveiro deixou de ser, podendo sê-lo para sua maior riqueza e prestígio, sede de um bispado [...]. Estou convencido, e não costumo enganar-me, de que Aveiro não vai ganhar somente pelo lado material, e ela nunca se vendeu pelo interesse, pondo, invariavelmente, na sua já velha história, os sentimentos e as ideias acima das conveniências materiais. Vai ganhar também em luzimento, em progresso, em civilização, se o novo prelado for aquilo que nós, aveirenses, temos direito a esperar [...]. Que venha o bispado, e quanto antes, são os votos da região e da cidade.

(O Povo de Aveiro, 11-6-1933)

Os Sinos (do Latim “Signu”)

por Severim Marques

Essas vozes do bronze, tão da tradição popular, que tanto nos tocam no coração e na alma, tiveram, como tudo teve e tem, o seu princípio; os sinos não fugiram à regra.

Neste caso como em muitos outros, no fabrico tradicional de objectos ou instrumentos, tiveram a sua origem na mente do homem que a complementou e concretizou por processos artesanais.

Ontem tudo se processava isoladamente, quase na ignorância dum povo, por falta de meios difusores que dessem a conhecer uma invenção deste ou daquele tipo, que só mais tarde quantas vezes, noutros povos mais evoluídos, o registo da patente do mesmo invento era conhecido, e os louros dos rasgados elogios e recompensas assentavam trocados nos peitos dos segundos em detrimento dos primeiros.

Hoje tudo é diferente; os jornais, a rádio e a televisão já nos dão conta de todas as invenções das nossas gentes, mostrando-as em exposições a nível nacional e internacional e informando-nos dos seus galardões.

Ora, em tempos longínquos os sinais de chamamento, tal como ainda hoje, partiram da via oral, do bater das palmas ou utilizando quaisquer instrumentos que, batidos ou agitados, deixassem sair sons para o chamar de atenção e assim alertar terceiros.

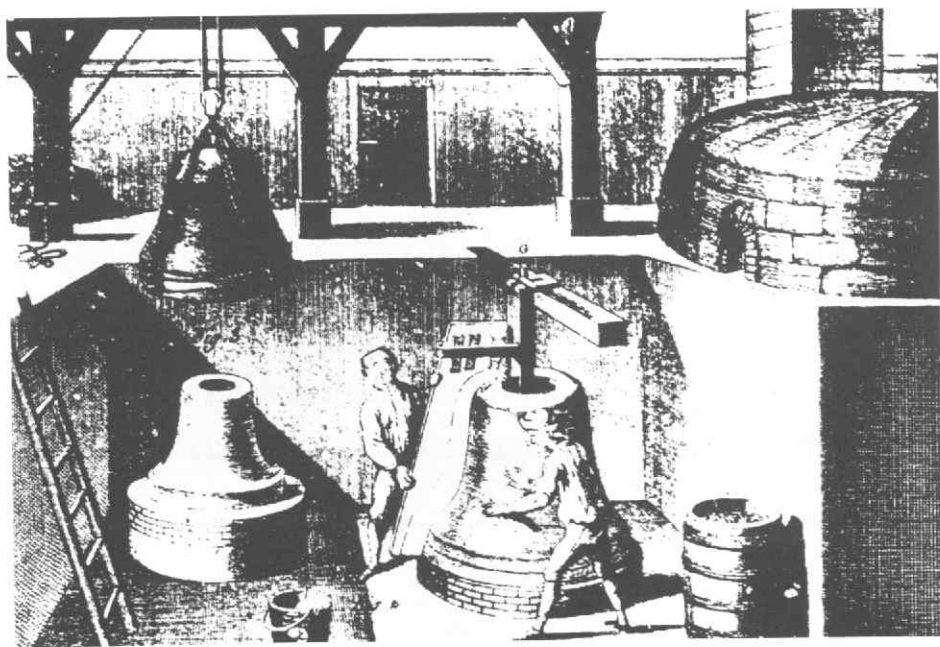
Deste modo, naturalmente, consoante as necessidades, estas foram obrigando o homem a aproveitar os meios ao seu alcance; e o homem, por seu turno, foi tirando partido da sua aguçada imaginação que assim teria começado por uns chocalhos que concebeu por ligação de material desaproveitado, talvez de origem metálica, no género das soalhas, e mais tarde, já em fase mais adiantada e evoluída, quando certamente já dis-

punha de fornos e cadinhos, não tardaria o fabrico de novos utensílios e objectos, entre os quais teriam aparecido os guizos. Chocalhos e guizos que não foram somente para se adaptarem nas coleiras dos animais, mas também para adaptações de objectos de chamamento para que outras pessoas, através de toques convencionais, viessem ao encontro do chamador.

Dado este último passo, nada foi difícil para que a partir de então as campainhas, sobretudo, as de mão, aparecessem em constante progressão, dada a novidade do fabrico e a nobreza da sua utilização.

A campainha, além de dar seguimento aos chocalhos e guizos na aplicação das coleiras de animais, começou por ter variantes na sua utilização, não só como objecto ou instrumento de chamamento, como também de alarme.

Além da sua utilização já indicada, a campainha serviu e ainda serve, no serviço doméstico; nos tribunais e assembleias para chamar a atenção dos assistentes ou utentes; aquando da elevação da Hóstia e do Cálix nas celebrações eucarísticas; no acompanhamento da cruz e sacerdote, e outros elementos ligados à matriz paroquial, aquando da visita



Oficina de fundição de sinos, no séc. XIX (Gravura da *Enciclopédia de Diderot*)

pascal, anunciando a aproximação do séquito; no percurso das povoações pelo sacristão, coveiro ou quaisquer seus representantes, informando os nomes dos falecidos, hora e local dos funerais; à frente dos cortejos fúnebres, quebrando a nota silenciosa do acompanhamento do extinto e anunciando que este vai a caminho do cemitério, etc.

As campainhas ou pequenas sinetas eram e ainda são colocadas na parte interior das portas ou portões, para que, através de dispositivos adequados, possam servir tanto de chamamento, como de alarme. Neste caso, quando suspensas em molas de aço, provocam alarme, chamando a atenção das pessoas do interior de que alguém, mexendo nas respectivas portas ou portões, tenta entrar através daquele acesso.

Logo na transição do fabrico de campainhas para pequenas sinetas, operou-se uma vasta utilização de tais instrumentos.

Os romanos usavam essas campainhas maiores ou pequenas sinetas às portas das casas para escravos, bem como nos estabelecimentos de banho.

Também na Idade Média usaram-se pequenas campainhas como adorno no vestuário.

As campainhas-sinetas, como instrumento musical, apareceram primeiro na China, reunidas em carrilhões, formando uma escala de sons, e eram tocadas com maçanetas. A introdução na Europa de carrilhões desse género foi devida aos holandeses.

Pequenas campainhas eram usadas como insígnias, suspensas das vestes, pelos sacerdotes hebreus.

Como adorno, conforme foi dito, usaram-se mais acentuadamente, também, na Europa, nos séculos XIV e XV. Faziam parte do traje de certas danças populares.

No século XIX ainda usavam as bandas de música uma espécie de guarda-sol ou gorro chinês, munido de um cabo atravessado por uma haste curva, da qual e do gorro pendiam campainhas que pelo manejo do cabo se agitavam, marcando o ritmo, ou, fazendo-se girar um instrumento, produziam um ruído mais prolongado.

Tal como se operou a transição da campainha para pequenas sinetas, vamos agora entrar na era dos sinos, mais propriamente dos sinos pequenos e grandes.

Os sinos eram conhecidos desde a mais remota antiguidade,

referindo-se a eles muitos escritores da época, entre os quais gregos e romanos. Aplicados a actos sagrados e profanos, pareceu, no entanto, que o seu uso era mais profano do que sagrado, servindo em Roma, por exemplo, para indicar a abertura dos mercados, banhos públicos, etc.

Nos templos consagrados aos Deuses, não existiam sinos por serem inúteis, dado que o exercício do culto era individual e cada um tinha o seu dia destinado para os sacrifícios e práticas religiosas, atendendo às pequenas dimensões da maior parte dos templos.

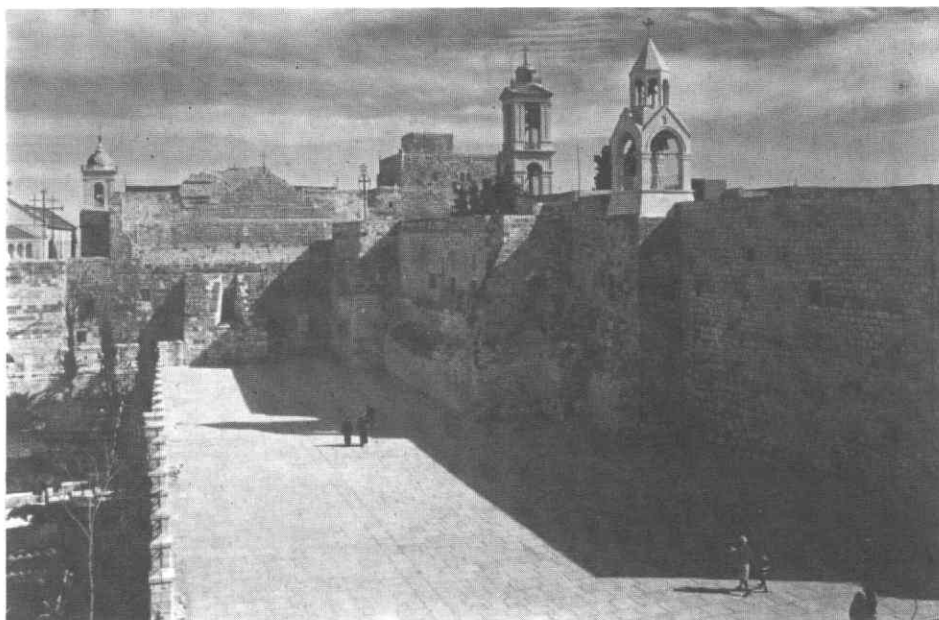
Foi o Cristianismo, com o culto colectivo, que deu lugar a haver necessidade de anunciar aos fiéis a ocasião das práticas religiosas, lançando assim mãos dos sinos para tal fim; foi Paulino, bispo de Nola, o introdutor do seu uso no culto divino, pelos anos 400 da era cristã.

Antes da utilização dos sinos para o efeito da marcação das horas dos ofícios divinos, estas eram geralmente marcadas pelo toque de matracas.

Os sinos, ao princípio, começaram por ser colocados num pequeno campanário sobre o telhado do templo e tocados no seu interior.

As torres sineiras, onde depois os sinos foram colocados, apareceram mais tarde em momentos posteriores ao século VII.

Só tardiamente, e já no século XIX, mais propriamente em 1818, na primitiva Gafanha (uma apenas), não existindo sinos na pequena capela da Cale da Vila, o chamamento para a prática do culto e outras orações era feito por um improvisado sacrista através de grande búzio, cujo som ia quebrar-se de encontro às cordilheiras solitárias e silenciosas das dunas ou espriar-se pela superfície do oceano infindo.



Sinos de Belém (Palestina)



Sinos em igreja românica

Atribui-se, porém, aos Egípcios a sua invenção, sabendo-se que as festas de Osiris eram por eles anunciadas.

No reinado de Constantino Magno, a Igreja começou a servir-se dos sinos e, com Sabiniano (604), as Basílicas Romanas foram pela primeira vez dotadas com eles.

É costume mandar gravar nos sinos o nome com que foram “baptizados”, dos doadores, madrinhas e padrinhos e por vezes inscrições tiradas dos textos latinos.

A sua bênção, na antiga liturgia, consistia em várias abluções e aspersões de água benta, acompanhadas de unções com os Santos Óleos. O sino era cercado de luzes orna- das de flores, panos, etc.. Esta cerimónia era reservada ao bispo da Diocese.

O sino convida as gentes crentes à oração, dá conta dos casamentos, baptizados e falecimentos; anuncia, portanto, a alegria e a tristeza. Alerta e chama a atenção e intervenção do povo em momentos de infortúnio, como por exemplo nos incêndios.

É logo de manhã o toque das Ave-Marias (“Angelus”) ou Trindades (pelo que seriam rezadas três Ave-Marias) que de igual modo tem lugar ao meio-dia e à noite — toque que, além do convite à oração, marca o início dos trabalhos campestres, a sua suspensão para a refeição do meio-dia e o seu encerramento ao cair da tarde. Remonta esta oração ao século XI. O papa João XXII, no século XIV, concedeu indulgências a quem rezasse três Ave-Marias — costume

que acabou por ser estabelecido para toda a Igreja pelo papa Calisto III.

Atribui-se a Luís XI, na França, a introdução em Paris do uso de tocar os sinos três vezes ao dia, para advertir os fiéis da hora de rezarem.

É toque anunciador e de chamamento para a celebração da Santa Missa (Eucaristia), sobretudo ao domingo.

Recordo outros toques de sinos: — o toque às sextas-feiras pelas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo; o toque pelas almas; o toque na transição do dia um para o dia dois de Novembro (dia dos Fiéis Defuntos), que anti- gamente se processava durante

toda a noite; o toque pelo aparecimento da Aleluia na quadra pascal; o toque na quadra natalícia, comemorativa do nascimento do Menino Jesus; o toque do Senhor fora, quando se levava a comunhão aos doentes.

São vários os toques com os seus diversos significados. Podem-se exemplificar alguns dos vários toques, como:

Casamentos — repenicar, isto é, com os sinos parados utilizar apenas o bater rápido, intermitente, dos badalos de dois ou mais sinos, geralmente um maior e outro ou outros mais pequenos;

Baptizados — o mesmo repenicar dos casamentos;

Senhor fora — o mesmo repenicar dos casamentos e baptizados;

Restantes festas — usavam-se e ainda se usam os mesmos toques acima referidos, com variantes;

Anunciador das Missas dominicais — toque do sino maior, a dobrar, isto é, o sino é puxado por uma corda ou outro dispositivo, rodando no seu eixo; dado o seu movimento rotativo, quando o sino gira em sentido contrário o badalo cai no interior do sino, deixando sair os sons compassados;

Para o chamamento, um pouco antes do início da celebração, com o sino parado é accionado o badalo do sino grande e, com badaladas ritmadas e fortes no princípio, vão diminuindo de intensidade e aumentando de ritmo, finalizando com três badaladas fortes;

Para anunciar e simultaneamente chamar para as celebrações da Eucaristia, durante os dias da semana, os toques

são iguais aos do chamamento para as Eucaristias dominicais;

O toque anunciador de falecimento — é o toque de dois ou mais sinos a dobrar, de uma maneira geral maiores e mais pequenos; era e ainda é costume no final destes toques, anunciar por meio de badaladas, se o falecido é homem ou mulher, geralmente três badaladas para homem e duas para mulher;

Aquando de incêndios, ou outros infortúnios ou necessidades urgentes de ajuntamentos de povo para resoluções de problemas colectivos — para o toque é utilizado o bada-

lo do sino grande parado, com badaladas ritmadas, mas muito aceleradas.

Temos ainda os carrilhões, que são o conjunto de sinos que têm diferentes tons e formam uma ou duas escalas musicais. Carrilhão é o som de muitos sinos, a que se dá o nome de bimbalhada.

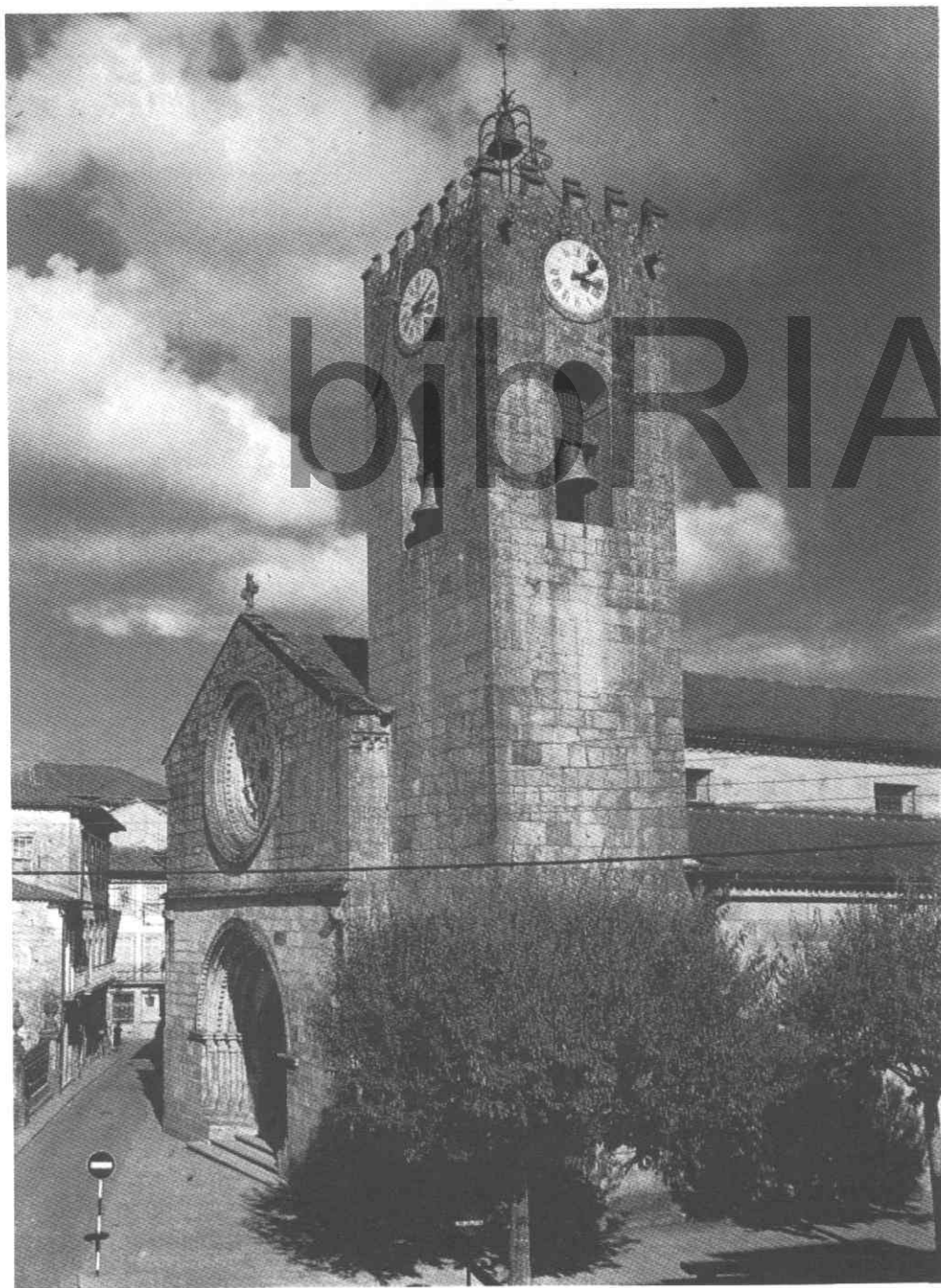
O carrilhão, palavra de origem francesa, data da Idade Média e já nessa época se começou a aproveitar os sinos, dada a sua penetrante sonoridade, como instrumentos populares e públicos.

Primeiro formaram-se escalas com sinos e sinetas de vários tamanhos, nos quais se batia com uma espécie de martelo, mas, depois, foi-se paulatinamente aperfeiçoando este processo rudimentar.

Como o número de sinos aumentasse cada vez mais, faziam-se tanger não directamente mas por meio de uns teclados, cujas teclas, movidas pelos dedos e pelos pés, comunicavam com uns martelos adaptados aos sinos. Um sistema de pesos atados a umas cordas punha o mecanismo em funcionamento.

A primeira escala musical, formada por uma série de sinos, data do século XI e o primeiro aparelho de teclado foi o que se estabeleceu em 1487 em Alost (Flandres). Já nos princípios do século XIV, os sinos de Santa Catarina de Roun tocavam sonatas de igreja.

Os carrilhões generalizaram-se, especialmente na Bélgica, na Holanda e no norte de França. Depois chegaram a toda a Europa e América. Constavam de quarenta, cinquenta e até oitenta sinos afinados em escala cromática, abrangendo mais de seis oitavas,



Sinos na torre de uma igreja gótica

quase tanto como o piano; as teclas correspondentes às notas superiores estão colocadas em duas filas, uma para as notas naturais e outra para os semitons. O jogo de pedais é semelhante aos dos órgãos.

No carrilhão executam-se composições de música religiosa, popular e até de ópera.

Em Portugal, existem notáveis carrilhões, como os de Mafra que custaram a D. João V três milhões de cruzados (400 contos-ouro cada um) e são considerados dos mais notáveis do mundo. O seu som foi pela primeira vez ouvido no dia 22 de Outubro de 1730. O número total de sinos é de 110, com um peso aproximado de 217 toneladas. Na torre norte existem 56 sinos e na do sul 54, dos quais 45 constituem o carrilhão norte e 47 o carrilhão sul. Deste consta um dos sinos mais pesados do mundo, com doze toneladas.

As pessoas que usam da arte de dobrar os sinos, chamam-se carrilhanistas.

O sino é um instrumento milenário que se atribui, também, como tendo nascido na China, na dinastia de Chou entre 1122 e 250 a.C., e teria sido introduzido na velha Europa na vida dos povos, como já foi dito, por volta do ano 400; cerca do ano 642 teria sido abolido o seu paganismo por intermédio do médico do papa Teodoro I que, deste modo, tornou o sino oficializado na Europa, passando a partir daí a ser o sinal avisador de festejos e calamidades.

A partir do século IX os sinos tomaram maiores proporções, havendo um já no século X, em Orleães, com o peso de 1 300 quilos, mas só em 1636 a indústria sineira teve o seu maior desenvolvimento. Em Portugal, foi no início do século XVI que os sinos começaram a ser fabricados.

OS SINOS

O SINO DA MINHA ALDEIA

Fernando Pessoa

O sino da minha aldeia,
Solente na tarde calma,
Cada tua badalada
Soa dentro da minha alma.

E é tão lento o teu soar,
Tão como triste da vida,
Que já a primeira pancada
Tem o som de repetida.

Por mais que me tanjas perto
Quando passo, sempre errante,
És para mim como um sonho,
Soas-me na alma distante.

A cada pancada tua,
Vibrante no céu aberto,
Sinto mais longe o passado,
Sinto a saudade mais perto.

CREPÚSCULO

António Correia de Oliveira

Batem os sinos Trindades
Cessam no campo as ceifeiras,
Voltam os bois das herdades,
Morre o sussurro das eiras...
Vem a noite, vai o dia:
Ave-Maria!

Sino coração da aldeia
Coração sino da gente
Um a sentir quando bate
Outro a bater quando sente.

PROCISSÃO

António Lopes Ribeiro

Tocam os sinos na torre da igreja.
Há rosmaninho e alecrim pelo chão,
Na nossa aldeia que Deus a proteja!
Vai passar a procissão.

OS SINOS

Júlio de Castilho

Os sinos desta aldeola
Não sei que encantos que têm
Quando os escuto de além,
Detrás daquelas quebradas!
Ó preciosa a algaravia
Destas campas tão azadas
Para palrar delicadas
Aos pés da Virgem Maria!

Ai, sinos desta aldeola,
Quem vos deu esse condão?
Ou vós tendes coração,
Ou anjos vos dão de esmola
Sua graça e perfeição.
Boa mão vos fabricou,

Bom olhado vos olhou,
Boa fada vos fadou,
Ó sinos, logo ao nascer;
Que esse precioso tanger
Só fada o ensinaria,
Para lá nos céus poder
Ouvi-lo a Virgem Maria.

Os sinos desta aldeola
São da aldeola ufanía.
Dão o salve aos caminheiros
Nesta longa cercania;
Ao maltês e aos cavaleiros
São de longe companhia.
Se o pobre chora, eles choram
Toda a noite e todo o dia;
Se o vêem orar, também oram
Orações de gram valia.
As festas dominicais,
Os sermões e os baptizados
São eles que, em altos brados,
Os pregoam, serviçais.
Quando há festa em algum lar,
Logo o sininho é contente:
Logo se houve chilrar
Que é feliz a sua gente;
E, a meu ver, há-de sem custo
Tão cristalina harmonia
Chegar té ao trono augusto
Da Santa Virgem Maria.

DANÇAS REGIONAIS DO MINHO

Prof. Mota Leite

Os sinos da Sé de Braga
Tocam todos à paixão
O pequeno toca o fado
O grande toca o malhão

Tocam sinos a finados,
Ai Jesus quem morreria!
Morreu a filha do Rei,
Pela traição que fazia.

OS SINOS

Do livro SÓ, de António Nobre

Ó sinos de Santa Clara,
Por que dobram, quem morreu?
Ah, foi-se a mais linda cara
Que houve debaixo do Céu!
(pág. 54)

Os sinos tocam a noivado,
No ar lavado!
Os sinos tocam, no ar lavado,
a noivado!
(pág. 83)

E o sino toca a baptizado
um outro fado!
E o sino toca um outro fado,
a baptizado!
(pág. 83)

Os sinos tocam por anjinho,
lá no Minho!
Os sinos dobram, lá no Minho,
(pág. 84)

E o sino chama ao Senhor-fora,
a esta hora!
E os sinos clamam, a esta hora,
ao Senhor-fora!
(pág. 85)

E os sinos dobram a defuntos,
todos juntos!
E os sinos dobram todos juntos,
a defuntos!
(pág. 85)

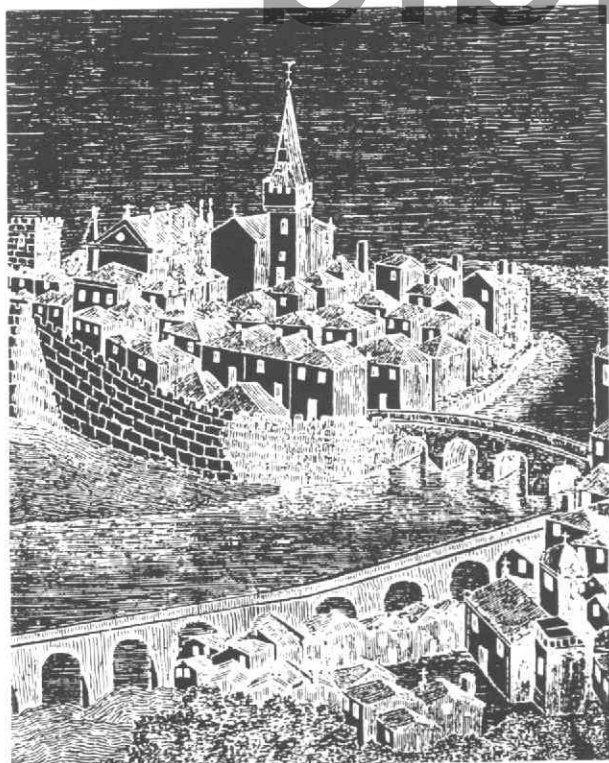
E os sinos dobram a defuntos,
Dlin! dlang! deling! dlong!
E os sinos dobram todos juntos,
Dlong! dlin! dling! delong!
(pág. 86)

“... Caí em lágrimas, - e, enfim,
Tão pontual às onze e meia,
Entrava soberba na aldeia
Cheia de guizos, tlin, tlim, tlim!”
(pág. 75)

VI SALÃO DE ANTIGUIDADES

Por iniciativa do Lions Clube de Santa Joana Princesa e com o prestimoso apoio da Autarquia Municipal e do Secretariado do Parque de Feiras e Exposições, decorreu no pavilhão octogonal, de 16 a 19 de Fevereiro, o VI Salão de Antiguidades, com a participação de cinquenta e dois antiquários nacionais.

**VI SALÃO DE ANTIGUIDADES
LIONS SANTA JOANA PRINCESA
DE 16 A 19 DE FEVEREIRO DE 1995**



 **PARQUE DE FEIRAS E
EXPOSIÇÕES DE AVEIRO**

Como aconteceu com os anteriores, também este Salão teve por objectivo principal preencher uma lacuna na vida cultural da cidade; e a tal ponto se elevou em qualidade que esta iniciativa já é considerada, no género, como uma das mais importantes do País. Além disso, com tal realização, o Lions Clube de Santa Joana Princesa procura angariar fundos que são destinados a instituições de solidariedade social.

O VI Salão de Antiguidades, inaugurado com presença das autoridades locais, nomeadamente do representante do Governador Civil do Distrito e do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, foi visitado por alguns milhares de pessoas - curiosos, turistas, compradores e coleccionadores. Durante quatro dias, esteve patente uma valiosíssima gama de quadros, móveis, embutidos, tapetes, porcelanas, vidros, objectos de ouro e prata, que proporcionou uma panorâmica de história, arte, riqueza até aos séculos XVII e XVIII.

FEIRA DO AMBIENTE

A Feira do Ambiente, Segurança e Protecção Civil decorreu de 9 a 12 de Março, no Parque Municipal de Feiras e Exposições, marcada por uma componente de sensibilização e pedagógica, em detrimento do aspecto comercial. Propondo-se ensinar a forma como se deve viver com o ambiente e com a segurança, a iniciativa contou com a presença de quarenta e seis expositores, entre os quais se contavam algumas escolas, tanto do ensino básico e secundário como do universitário.

Numa época em que a temática do ambiente está na ordem do dia, este certame atraiu milhares de pessoas que puderam tomar conhecimento das últimas novidades

tecnológicas para a preservação ecológica, das associações e institutos ambientalistas, das áreas protegidas da região aveirense e da sua fauna e da flora, e ainda de uma série de trabalhos escolares relativos ao mesmo tema.

Na cerimónia de abertura estiveram presentes o Governador Civil do Distrito e o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Ao encerrar a breve sessão, o Dr. Gilberto Madaíl diria que o entusiasmo por esta Feira "denota uma crescente preocupação em elucidar os mais pequenos para os problemas ambientais"; o responsável do Distrito concordaria que "este tipo de iniciativas são importantes para que as pessoas vivam informadas da necessidade que há de prevenir o futuro e corrigir os erros do passado".

Ao longo de todo o dia 10 de Março, teve lugar um fórum sob o tema geral "Educação Ambiental nas Escolas Portuguesas", desdobrado nos seguintes sub-temas, que foram tratados por especialistas nas respectivas matérias: — A educação ambiental no âmbito da política do ambiente; A estratégia da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro em actividades de Educação Ambiental no ensino português; Educação Ambiental, uma questão de moda ou necessidade?; Ciências da Natureza, uma via para a renovação.

Publicam-se os textos que o Presidente da Câmara Municipal, Prof. Celso dos Santos, e o Coordenador do Centro da Área Educativa de Aveiro, Prof. Manuel Silvestre dos Santos, escreveram para o respectivo folheto:

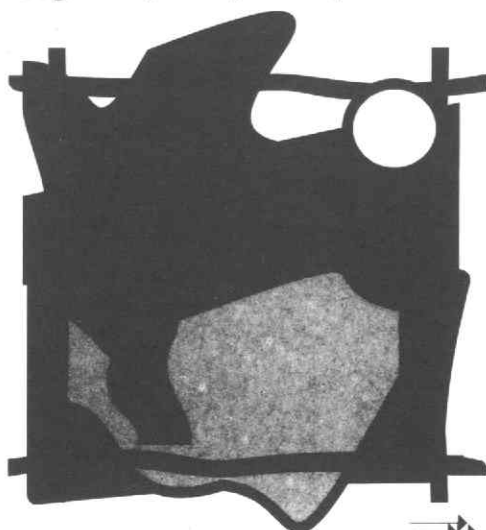
1 — Depois do êxito alcançado, no ano passado, com a 1ª Feira do Ambiente, resolveu-se, agora, alargar o seu âmbito de intervenção, juntando-lhe Segurança e Protecção Civil.

Três sectores que fazem parte do quotidiano de cada um de nós e que cada vez mais são polo das nossas preocupações.

Aveiro não é por isso diferente. Não é, nem podia sê-

FEIRA DO AMBIENTE

segurança e protecção civil



aveiro,
9 a 12
março/95

parque de feiras
e exposições
de aveiro

lo, já que pretendemos, cada vez mais, conseguir um lugar de primeira, "no comboio europeu". A tarefa, sabêmo-lo bem, não é fácil. Daí os esforços que sempre fazemos, para caminharmos a par e passo com o progresso.

Esta Feira pretende ser a Mostra, mais aproximada possível, da forma como se pretende conviver, por um lado, com o Ambiente em que vivemos; por outro, com a Segurança a que todos temos direito e, ainda por outro, como devemos estar preparados para a par com as Instituições vocacionadas para o efeito e sermos também o garante da tranquilidade das populações, na tentativa de uma capacidade plena de resposta, sempre que as circunstâncias o exijam.

Ambiente, Segurança e Protecção Civil, uma trilogia de presente e de futuro, que não

queremos deixar de privilegiar.

Daí a realização desta Feira. Daí o convite que fazemos a todos os Municípios e não só, para que a visitem, e assim possam ficar a conhecer bem a evolução de tecnologias de ponta que nestes sectores da sociedade, em que estamos inscritos, desempenham um papel preponderante, que não queremos nem devemos deixar de considerar.

2 — O Centro da Área Educativa de Aveiro, expondo trabalhos desenvolvidos pelos diferentes níveis de ensino, do pré-escolar ao secundário, no âmbito da Educação Ambiental, pretende dar a conhecer o muito que se vai fazendo nesta área, contribuindo simultaneamente para a formação de uma população escolar e comunitária ciente e consciente dos problemas que ao ambiente estão ligados.

A integração desta mostra na Feira do Ambiente / Segurança e Protecção Civil permite-nos conferir a dimensão merecida aos projectos dos estabelecimentos de ensino, levando-os a toda a comunidade envolvente numa perspectiva de mudança de atitudes que sublinhe o papel formativo da escola. Papel que, podemos dizer, assume no que respeita uma educação para a re-humanização da natureza, uma im-

portância paradigmática, pois, parafraseando alguém, o mundo não é uma máquina e um dia pode esgotar-se.

A todos os professores e alunos que tornaram possível com a sua participação esta iniciativa do CAE, ao Governo Civil, bem como a todas as autarquias e em particular à Câmara Municipal de Aveiro por todo o apoio prestado, aqui fica o nosso agradecimento.

Comissão Executiva: - Prof. Celso dos Santos, Alexandrina Maximino, Irene Bártolo, João Portugal, Elmano Ramos, Nelson Chaves, Eng^o Acílio Vitória e Arq. Celeste Maia.

Colaboração: - Instituto Floresta, Instituto de Conservação da Natureza, Quercus, Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente, Departamento do Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, Centro da Área Educativa de Aveiro e Projecto Interescolar.

FEIRA DE MARÇO

De 25 de Março a 25 de Abril, decorreu em Aveiro a tradicional Feira de Março, que ocupou totalmente o Parque de Feiras e Exposições, tanto os seus pavilhões e barracas como a área descoberta, a qual aglutinou cerca de trezentos expositores e vendedores, divididos pelas áreas da indústria, do comércio, das especialidades regionais e da diversão. O recinto, embora com a superfície aproximada de quatro hectares, manifestou-se diminuto para a procura — o que levou os responsáveis a não poder corresponder a todos os pedidos, ou a ratear os espaços para atender ao maior número possível. Das “Cidades-Irmãs”, estiveram presentes Viana do Castelo, Viseu, Ciudad Rodrigo e Arcachon.

Presidiu à inauguração o Ministro do Emprego e Segurança Social, Dr. Falcão e Cunha, que, acompanhado pelo Governador Civil do Distrito, pelo Presidente do Município de Aveiro e por outras entidades civis, militares e religiosas, visitou todo o recinto e percorreu as variadíssimas actividades aí patenteadas.

Como acontece todos os anos, este certame atraiu a Aveiro algumas centenas de milhares de visitantes, sobretudo aos sábados e domingos. Simultaneamente ocorreu um programa de animação, preenchido com números executados por bandas de música, grupos de música ligeira, conjuntos musicais, ranchos folclóricos, grupos etnográficos, etc.



(Design - João Portugal)

Um júri, constituído pelo Presidente da Autarquia, pelos representantes da Comissão da Feira, da Associação Comercial de Aveiro, da Associação Industrial do Distrito de Aveiro e da Comunicação Social e por um designer, decidiu atribuir, por consenso, os seguintes prémios aos melhores stands, levando em consideração a criatividade, qualidade, estética e objectivo de mercado: - 1^o, Medilitoral; 2^o, Stand Vicente; 3^o, Induslubre. Menções honrosas: Adágio; Ases, Aveirotel; Interestescape; Soteporta. O júri entendeu ainda realçar os seguintes stands: - Ar+Coger; Colunex; Electogeste; Irmãos Monteiro; Jaime Rodrigues; Marcenaria d'Arte.

O Prof. Celso dos Santos assim escreveu no catálogo, sob o título “Feira de Março - Feira de Aveiro”:

— Dizer-se que a Feira de Março é um “ex-libris” da cidade de Aveiro pode parecer não ser mais do que um chavão, muito oportuno de utilizar quando não nos ocorre nada de mais original. Neste caso, porém, está longe de o ser. Se somos conhecidos para lá das nossas “fronteiras”

por muitas outras coisas, não há dúvida de que a Feira de Março, uma "velha senhora" de 561 anos, é uma delas.

Com uma longa história, atravessando o Tempo com todas as mudanças, lutando, por vezes, contra ventos e mares, ela soube sempre impor-se, renovar-se, criar uma personalidade própria que a coloca na "menina dos olhos" dos aveirenses, ao lado da Ria, dos moliceiros, das caldeiradas e dos ovos moles.

É ponto de encontro de centenas de milhares de visitantes que todos os anos a visitam nesta altura, porque ela, a FEIRA DE MARÇO, com o seu estatuto próprio, anima a cidade, dá-lhe um toque diferente, atracção turística de adultos e crianças.

É uma Feira variada. Nela cabe a Cultura nas suas diversas facetas, a Mostra do que melhor se faz nas áreas industrial e comercial, o entretenimento, o lazer, as compras. Os carrocéis e os carrinhos eléctricos. As farturas e as especialidades regionais.

Gostaríamos de atender a todos. Expositores, feirantes, visitantes. Nem sempre, contudo, é possível. O espaço não se compadece. Um dia, esta cidade, sempre em expansão, vai mudar o local do Recinto das Feiras e Exposições. Esperemos que já não falte muito.

Saudamos todos os que fazem desta Feira uma das grandes Mostras do País. Aveirenses e forasteiros.

Uma palavra amiga para as Cidades-Irmãs que aqui vão ter o seu dia, aquando da inauguração.

SEJAM TODOS BEM-VINDOS ATÉ NÓS!

Comissão da Feira: - Presidente: Prof. Celso dos Santos, Secretariado: Alexandrina Maximino, Irene Bártole, Nelson Chaves e Carla Vieira; Comissão Técnica: António José Bartolomeu, João Portugal, Gonçalo Lé, Elmano Ramos, Justino Ribeiro, José Esperanço, Serviços de Higiene e Limpeza, e Serviços de Fiscalização.

FESTAS DO MUNICÍPIO

Como nos anos anteriores, foi durante o mês de Maio, de 6 a 21, que se concretizou o vasto e variado programa das Festas do Município que, com a participação de todas as freguesias do concelho, teve lugar em diversos locais. Houve exposições, representações teatrais, concertos musicais, actuações de coros, espectáculos, folclore, cantares típicos, desporto, ginástica e dança, visitas guiadas, desfile representativo das freguesias e muita animação.

FESTAS DO MUNICÍPIO 95

AVEIRO, 6 a 21 de Maio



(Design - João Portugal)

Mais uma vez se verificou que existe no concelho um amplo movimento associativo, rico de tradições culturais e valioso pelas experiências que mutuamente são partilhadas. A exposição "Projecto Raízes", no Parque de Feiras, foi disso um claro testemunho.

O dia 12 foi particularmente celebrado, por ser o feriado municipal e a festa litúrgica da Padroeira Santa Joana, com concelebração eucarística na Catedral, romagem de oração ao túmulo e procissão; esta, com a participação da Irmandade de Santa Joana com todos os seus membros e insígnias, e ainda com a incorporação de outras associações religiosas e cívicas, contou com as autoridades judiciais, universitárias, académicas, autárquicas e civis e atraiu milhares de pessoas. O Bispo de Aveiro, na homilia da celebração da Missa, afirmando que a Princesa "não pode ser apenas uma recordação histórica com túmulo para turistas", acrescentou: — "Ela é um modelo que testemunha valores que se mostram na vida concreta que levou entre nós e que contrastam com a vida de outras pessoas do seu tempo". Em palavras dirigidas especialmente aos jovens, D. António Marcelino lembrou que "o mundo crescerá em esperança, se a juventude descobrir um caminho que se alicerce nos valores em que Joana Princesa se apoiou".

No mesmo dia 12, além da recepção e convívio, em

que estiveram os autarcas do município e das freguesias e as entidades locais, realizou-se uma sessão solene no salão nobre dos Paços do Concelho. Usando da palavra, o Presidente da Câmara diria que “numa época em que o económico avassala tudo e todos, é gratificante e salutar vermos pessoas e associações que colocam primariamente no conjunto dos seus interesses o interesse pelos seus semelhantes”. Estas palavras serviram de introdução à homenagem que iria ser prestada àqueles que representam muito da história do concelho e que “constituem um vivo e perene apelo, sobretudo aos jovens, para que vejam neles um modelo para os seus ideais”.

Registamos os nomes daqueles a quem o Município entendeu distinguir:

— Manuel Rodrigues Simões, autarca da freguesia de Eirol durante cinquenta anos;

— Prof. Doutor Renato Araújo, ex-reitor e catedrático prestigiado da Universidade de Aveiro;

— Eng. Manuel Simões Pontes, grande dinamizador do associativismo agrícola,

— Manuel Santos Silva, a título póstumo, que se revelou como desportista e mestre de jovens;

— Núcleo do Corpo Nacional de Escutas da freguesia de Santa Joana, no seu vigésimo quinto aniversário, pelo acção meritória em prol da juventude, nomeadamente dos cerca de dois mil jovens que foram marcados pelos valores morais e humanos, que são apanágio desse Movimento.

A Edilidade também não esqueceu os seus funcionários que completaram vinte e cinco anos de serviço — António José Pereira Bartolomeu, Artur de Oliveira e Carlos Martinho Braga — que receberam uma placa comemorativa e foram apontados como exemplo de esforço e dedicação.

O Prof. Celso dos Santos lembrou que era a primeira vez que, como Presidente, vivia o feriado municipal, “dia de singular convívio dos aveirenses, na recordação da Princesa Santa Joana que amou mais Aveiro do que Lisboa, apesar de a vila de então ser *um lugar muito pequeno e desprezível, e em mais parecendo um local de desterro que vila*. Acentuou ainda, por outro lado, que em Aveiro, sendo uma terra de progresso, existem “situações humanas precárias” que nos devem levar a preocupar “para que todas as famílias tenham moradias condignas, porque estamos conscientes de que a habitação é um meio de educação e de estabilidade familiar”.

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Rogério Leitão, no encerramento da sessão, recordaria o espírito aveirense, que nos estimula a aceitar e a defender o direito à diferença, logo acrescentando que é dever dos responsáveis distinguir os que sobressaem e que, por isso, são incentivos para a criatividade e o serviço.

FEIRA DO LIVRO

A Feira do Livro esteve de portas abertas desde 27 de Maio até 11 de Junho de 1995; este ano o local escolhido para o evento foi o Rossio, no centro cívico da cidade. Os stands, em número de vinte, acolheram as editoras, distribuidoras, livrarias e crediárias, que pretenderam mostrar ao público e vender tanto as obras mais antigas como as mais recentes, fossem simples brochuras ou ricas encadernações. De facto, durante os quinze dias em que decorreu a Feira, lá se viram não apenas aqueles que já lêem com regularidade como também os que estão a iniciar as lides e o gosto da leitura.

A inauguração contou com a presença do Governador Civil do Distrito, do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e de outras entidades, que logo se viram rodeados de visitantes, incluindo muitas crianças e jovens.

Simultaneamente, houve um conjunto de actividades culturais, que incluiu apresentação de novos livros com a presença dos autores, sessões de autógrafos, conferências, colóquios, debates e ateliers de poesia e de pintura; entrevistaram o Prof. Doutor Júlio Machado Vaz, Prof. Doutor Francisco Salinas Portugal, Prof. José António Gomes, Prof. Doutor Idalécio Cação, Prof. Doutor Luís Serrano, Dr^a Maria da Graça Gonçalves, Maria Alberta Meneres, Natércia Rocha, Teresa Nogueira, Ana Maria Magalhães, Matilde Rosa Araújo, José Ruy, José Viale Moutinho, José Manuel Mendes, António Mota, José Fanha e Manuel Alegre.

A organização pertenceu aos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, que teve o apoio generoso de diversas Firms.

A Dr^a Maria da Luz Nolasco escreveu o seguinte texto para o catálogo da Feira do Livro:

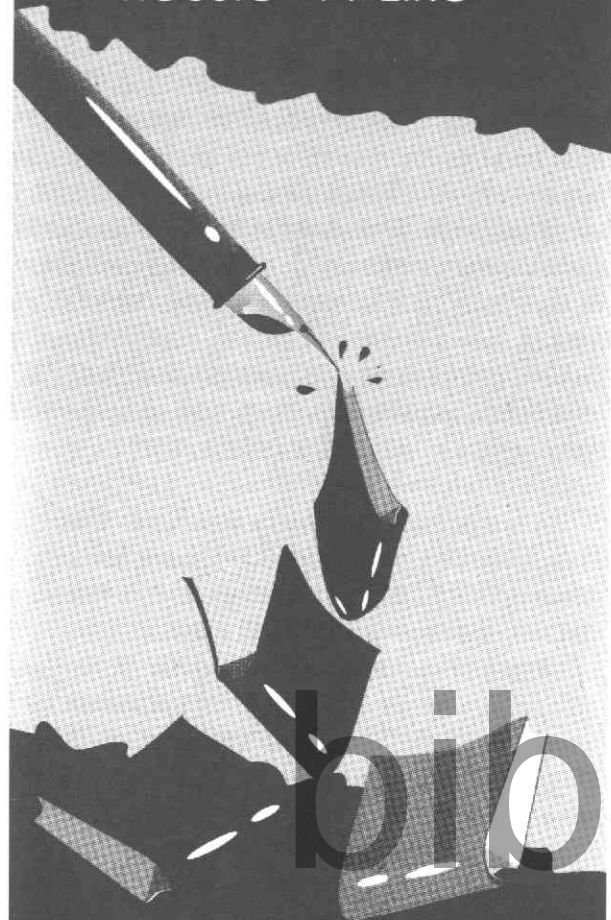
— *Dando-se hoje cumprimento ao que na anterior Feira do Livro se protagonizara — “de futuro ser encontrado um local mais integrado no dia-a-dia da cidade” — assumimos, assim, o risco da mudança.*

A Feira do Livro é para todos nós o evento que, para além de atrair um público muito amplo e diversificado de gostos e interesses, representa uma outra oportunidade “cultural” que por si só nos motiva a encetar e concentrar esforços na sua realização. Sentimos ser mais do que prioritária a resposta da autarquia aos interesses pela leitura e pelo livro que a população vem manifestando. Dão-nos

FEIRA DO LIVRO

27 DE MAIO A 11 DE JUNHO, 95

ROSSIO - AVEIRO



*Na Promoção
do Livro e da Leitura*
CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

(Design - João Portugal)

disso "ecos", o crescente número de inscrições de "novos leitores" da Biblioteca Municipal, atingindo estes, em finais de 1994, o total de 5.503 novos utilizadores.

A Feira do Livro, além de atrair um público cada vez mais jovem e interessado, é sem dúvida a melhor imagem que se pode transmitir do Município, das suas gentes e dos seus hábitos. As componentes lúdicas, didácticas e culturais deste evento vêm na continuidade do conjunto de acções de animação que a Biblioteca Municipal tem realizado ao longo do ano de 94 junto de um tipo de público especial o das crianças.

Com estas actividades pretende-se uma maior interdisciplinaridade entre as várias manifestações artísticas e criativas, interligando as palavras, os sons e a grafia.

Desta construção nasce o gosto pela leitura e pelo objecto — LIVRO.

Tecer uma ampla Rede de Leitura Pública Concelhia é pois objectivo da Câmara Municipal de Aveiro; faço votos para que os aveirenses, participando neste certame, reconheçam a utilidade deste momento, em que, partilhando da mesma língua, nos reencontramos de novo com a nossa identidade.

SEMANA "AVEIRO JOVEM"

Como era de prever, a Semana "Aveiro Jovem", programada para os dias 2 a 11 de Junho, trouxe à cidade muita animação. Organizada pelos Serviços da Juventude da Autarquia, a iniciativa granjeou a maior simpatia e mo-



(Design - João Portugal)

vimentou milhares de jovens, provenientes das diversas zonas do concelho.

Como actividades permanentes, houve a Feira da Juventude (Rossio), Exposição Colectiva de Artes Plásticas (Galeria Avenida), Basquetemania (Parque das Feiras), Jogos de Computador (Rossio) e Concurso de Fotografia. A par disto, efectuou-se um leque variado de actividades, imaginadas por jovens e para jovens, como exposições, dança clássica, moderna e contemporânea, passagens de modelos (roupa desportiva e bijuteria), ginástica, actuação de coros, saraus musicais, teatro, poesia, conversas radiofónicas, visitas à Reserva de São Jacinto e ao Museu de Caça, provas desportivas, passeios à vela pela ria, passeios e acrobacias de bicicleta, sessão de pintura, conferências, mesas redondas e colóquios.

Comissão de Honra: Secretária de Estado da Juventude, Governador Civil de Aveiro, Bispo de Aveiro, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Reitor da Universidade de Aveiro, Presidente da Região de Turismo Rota da Luz, Comandante da Área Militar de São Jacinto, Comandante da Polícia de Segurança Pública, Delegado do Instituto Português da Juventude, Presidente do Conselho Administrativo do Montepio Geral e Director Regional do Montepio Geral.

V SALÃO AUTOMÓVEL

O V Salão Automóvel de Aveiro, patente ao público de 17 a 25 de Junho no Parque de Feiras e Exposições, proporcionou a todos os apreciadores uma diversificada gama de produtos ligados ao sector automóvel, apresentados por trinta e quatro expositores. Além de quinze marcas de veículos, fizeram-se representar seguradoras, empresas de publicidade, editoras, inspecções técnicas, alarmes, equipamentos de telecomunicação, carros e aviões telecomandados, comércio de combustíveis, clubes desportivos, miniaturas e um variado leque de acessórios. No meio de toda a exposição, que atraiu milhares de pessoas, mereceu particular atenção o automóvel mais antigo (1904), a par de outros, de carroçarias artisticamente manufacturadas, reluzentes nos seus metais brilhantes ou nas madeiras envernizadas, expostos pelo "Clube Aveirense de Automóveis Antigos de Aveiro".

Estiveram presentes na inauguração o Governador Civil do Distrito, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e outras individualidades da região. O Prof. Celso dos San-



AVEIRO, 17 A 25 DE JUNHO / 95

5º

SALÃO

AUTOMÓVEL



PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE AVEIRO

(Design - João Portugal)

tos, na abertura da sessão, não deixou de dizer que, graças a este certame, "industriais e comerciantes têm a oportunidade de mostrar toda a evolução que o sector continuamente vem sofrendo, desde os veículos mais sofisticados até aos mais utilitários". O autarca afirmou ainda que "visitar este Salão é uma ocasião de lazer e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para adquirir conhecimentos", em virtude de, ao lado das últimas novidades, se encontrarem exemplares reveladores de tempos passados. O Dr. Gilberto Madaíl, tomando na palavra do Presidente da Câmara sobre a necessidade de um novo e mais amplo Parque de Feiras e Exposições, concluiu pela vantagem desta estrutura, para bem não apenas de Aveiro e do seu Distrito como também dos expositores que, mês a mês, escolhem esta cidade para as suas mostras, algumas delas com projecção nacional.

Paralelamente, decorreu um conjunto de iniciativas desde passeios a todo o terreno, provas de perícia, desfile de automóveis antigos, ensaios dinâmicos de diferentes marcas e demonstração de Karting.

São do Prof. Celso dos Santos as seguintes palavras, editadas no respectivo folheto:

— *O Parque de Feiras e Exposições continua a cumprir o seu papel de Mostra permanente e programada.*

Assim, surge de novo o Salão Automóvel que mais não pretende do que permitir a exposição duma indústria com grande desenvolvimento na nossa Região, cujo parque automóvel constitui uma fatia significativa do todo nacional.

Industriais e comerciantes têm assim a oportunidade

de mostrar toda a evolução que o sector dia-a-dia vem sofrendo, desde os veículos mais sofisticados aos utilitários.

Paralelamente, outras actividades têm lugar marcado: provas de perícia, desfile de automóveis antigos, passeio de todo-o-terreno, demonstração de karting.

Visitar este Salão é, simultaneamente, um momento de lazer e um enriquecer de conhecimentos, no tal sector sempre em revolução, onde o ontem facilmente se esgota, perante um amanhã com outras novidades, o que o torna aliciante e um dos que reúne uma maior frequência de pessoas de todas as idades.

Tal como em edições anteriores, esperamos ter conseguido os nossos objectivos.

Oxalá tenha a mesma sensação quando visitar esta 5ª edição do Salão Automóvel.

AGROVOUGA/95

A vigésima edição do Agrovouga - Feira Nacional do Bovino Leiteiro e Mostra Agrícola e Industrial - realizou-se no Parque Municipal de Feiras e Exposições, entre 15 e 23 de Julho. À sua inauguração presidiu o Ministro da Agricultura, Eng. Duarte Silva, estando presentes o Governador Civil do Distrito, o Presidente da Câmara Municipal, o Director Regional da Agricultura da Beira Litoral e o Bispo de Aveiro, além de outras entidades.

O Eng. Magalhães Crespo, Chefe da Zona Agrária do Baixo Vouga, fez o ponto da situação quanto a planos e projectos, designadamente quanto à primeira fase da candidatura ao PAMAF - Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal, na Beira Litoral e no Distrito de Aveiro. O Prof. Celso dos Santos congratulou-se por este evento, o maior certame do centro do País. Por fim, o Eng. Duarte Silva referiu alguns projectos, sobretudo na área do emparcelamento, e congratulou-se por tudo o que via em Aveiro - o que bem demonstra que esta região continua a ser uma zona importantíssima em Portugal.

No decorrer da Agrovouga, houve vários dias dedicados especialmente a diversos temas - Floricultura, vitivinicultura, lacticínios, qualidade, expositor e criador, máquina, vaca leiteira e cavalo. Realizaram-se também alguns concursos: - Saltos, raça marinhoa, raça arouquesa, raça frísia, equinos, cavalo de sela, equitação, atrelagens, arte



(Design - João Portugal)

floral, queijo, etc. Houve ainda mostras, leilões e provas de carnes, queijos e vinhos.

No capítulo de colóquios, trataram-se temas como: - Genética e melhoramento animal (Criadores da Raça Holstein); Tratamentos antiparasitários em bovinos leiteiros (Dra. Ana Maria Araújo); As Cooperativas Agrícolas e a Agricultura no Centro e Norte do País (Lacticoop e Proleite).

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro escreveu para o respectivo catálogo da Agrovouga as seguintes palavras:

— Com a realização da Agrovouga/95 atinge-se a 20ª edição dum certame que, pelas suas características, ocupa já um lugar de destaque no sector agro-pecuário do nosso país.

Uma Mostra que, ano após ano, mau grado alguns sobressaltos que mais não foram do que "acidentes pontuais" tem vindo a crescer e a impor-se de forma a merecer o respeito, não só de quem nela empenha o melhor do seu esforço e dedicação, como também de quem a visita e encontra tudo o que procura numa exposição deste tipo.

Nove dias cheios das mais variadas realizações, passando pelos Dias da Floricultura, da Vitivinicultura, dos

Lacticínios, da Qualidade, do Expositor e do Criador, da Máquina, da Vaca Leiteira ao Cavallo.

Raças como a Marinhova, Arouquesa e Frísia têm lugar preponderante. O cavalo marca também a sua presença em apresentações e concursos.

Provas de vinho e de queijo, para além das mostras gastronómicas típicas.

Visitar a Agrovouga é já um hábito, não só dos aveirenses, como de muitos forasteiros que não perdem a oportunidade de vir até nós entre 15 e 23 do mês de Julho.

Daí o convite para que se consulte o programa, enquanto deixo o meu renovado agradecimento a todos aqueles que fazem da Agrovouga o certame que hoje já é.

Comissão de Honra: - Ministro da Agricultura, Governador Civil de Aveiro, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Presidente do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Presidente do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar, Director Regional da Agricultura da Beira Litoral, Presidente da Associação Portuguesa de Criadores da Raça Frísia, Presidente da Associação de Criadores da Raça Autóctone Arouquesa, Presidente da Associação de Criadores da Raça Autóctone Marinhova, e Presidente da Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro.

Colaboração especializada: - Direcção da Agricultura da Beira Litoral, Instituto Nacional da Qualidade Alimentar, Associação das Raças Autóctones Arouquesa e Marinhova, comissão Vitivinícola da Bairrada, Lacticoop, Proleite, Cooperativa Agrícola de Aveiro-Ílhavo, Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios, F.E.N.E.L.A.C., e E.A.B.L..

FESTA DA RIA

O programa da Festa da Ria, no ano de 1995, contemplou uma série de iniciativas que se foram concretizando ao longo de dois meses, desde 21 de Julho até 24 de Setembro. A organização pertenceu às Câmaras Municipais de Aveiro, Ílhavo, Vagos, Estarreja e Murtosa e foi patrocinada pela Região de Turismo da Rota da Luz. Por tal motivo, tiveram lugar em várias localidades as diversas realizações - actuação de bandas, de conjuntos, de agrupamentos de dança e ranchos

folclóricos, regatas de moliceiros e de bateiras, concursos, festivais, romarias populares, etc. Assim, toda a região aveirense participou neste evento.

Em Aveiro, o espaço privilegiado, como habitualmente, foi o canal central, onde se montou um palco flutuante para os variados espectáculos.

O dia 29 de Julho foi destinado para a Regata dos Moliceiros, cuja partida se efectuou na Torreira, ao princípio da tarde, com destino à cidade de Aveiro. Alinharam vinte e seis barcos, elegantes e belos, que deram à ria o colorido mais belo da sua festa. O primeiro prémio coube ao moliceiro de Manuel Vieira, da Torreira, que teve por mestres Agostinho Tavares (carpinteiro naval), João do André (mestre de velas) e José Manuel Marques (pintor); como recompensa foi-lhe dada a importância simbólica de vinte mil escudos. O segundo classificado recebeu dez mil escudos; o terceiro cinco mil escudos e os quatro seguintes quatro mil e quinhentos escudos.

O concurso de painéis dos barcos moliceiros e as corridas de bateiras, no canal central, foram o grande atractivo em Aveiro, no dia 30 do mesmo mês de Julho, que concentrou muitas centenas de pessoas e muitos turistas, além de jornalistas nacionais e estrangeiros, entre os quais uma equipa da BBC.

Das festas populares, de cunho religioso, contaram-se as de Nossa Senhora da Boa Viagem e S. João da Ponte (Gafanha de Aquém), de Nossa Senhora do Carmo (Gafanha do Carmo), de Nossa Senhora do Pranto (Ílhavo), de Nossa



Senhora da Nazaré (Gafanha da Nazaré), do Senhor Jesus dos Navegantes (Ílhavo), de S. Paio (Torreira), de Nossa Senhora das Necessidades (Moitinhos), de Nossa Senhora da Encarnação (Gafanha da Encarnação), de Nossa Senhora da Luz (Légua) e de Nossa Senhora da Saúde (Costa Nova).

Entre os festivais de folclore, anotam-se o IX Festival de Folclore e III Luso-Espanhol do Grupo "O Arrais" (Ílhavo), o Festival de Folclore (Murtosa), o Festival do Moliceiro (Vagos), o Festival de Folclore do Rancho da Casa do Povo de Ílhavo (Gafanha de Aquém), o Festival Internacional de Folclore (Costa Nova), o Festival de Folclore Infantil (Murtosa), o V Festival de Folclore do Rancho "As Lavradeiras" (Gafanha da Encarnação) e o Festival Internacional de Folclores (Aveiro) em que participaram o Rancho Folclórico do Baixo Vouga (Eixo), o Doina Gorjului (Roménia) e o Grupo de Danças Folclóricas de Glostrup (Dinamarca).

ENCONTRO COM MÚSICAS

Integrado na "Festa da Ria", efectuou-se em Aveiro, pela primeira vez, o "Encontro com Músicas". Esta iniciativa, que decorreu entre os dias 21 e 29 de Julho, trouxe à cidade diversos grupos, alguns conhecidos internacionalmente.

O Rossio foi o local escolhido para servir de palco ao "Encontro"; a Vereadora da Cultura justificaria tal opção, ao referir que era preciso "preservar aquele espaço", aproveitando-o para a dinamização cultural.

Fernando Valente, um dos promotores desta acção, teve oportunidade de dizer que a realização do "Encontro com Músicas" em Aveiro não aconteceu por acaso: - Na região aveirense - explicou - nota-se uma grande concentração de músicos; "os jovens aderem à música, e isso é visível na actividade do Conservatório e no sucesso das bandas filarmónicas" - salientou.

Quanto ao programa, este cumpriu-se como fora deli-
neado:

Dia 21 — A abertura coube à "Big Band do Hot Club de Portugal" que, fiel à tradição do "Swing", que pôs o mundo a dançar nos anos 40 e 50 e que lançou no firmamento musical estrelas inextinguíveis como Fletcher Henderson, Duke Ellington, Count Basie, Tommy Dorsey ou Glenn Miller.

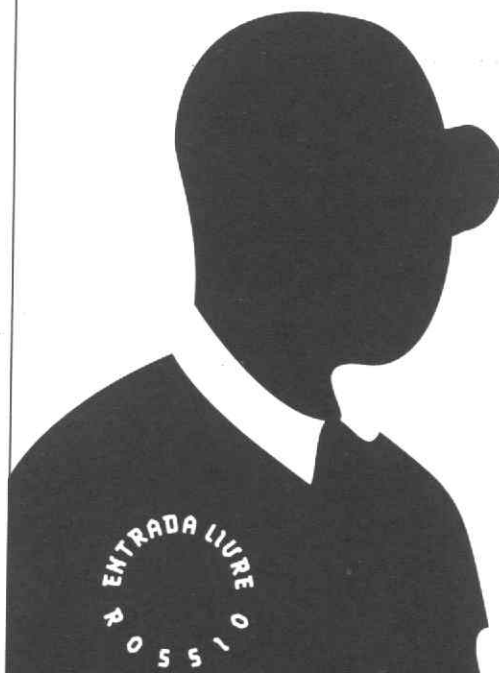
Dia 22 — O "Toque de Caixa" veio recordar-nos o riquíssimo patrocínio da nossa música tradicional e mostrar que tradicional e popular não são sinónimos e não o são decerto se por "popular" entendermos o que por aí se vai inventando para degradar ainda mais o já pobre e massificado gosto musical de algumas populações.

Dia 26 — "Maria Anadon" veio representar a este encontro uma ilustre linhagem dessas "Fabulous Ladies of the Jazz", como hoje lhe chamamos, e que, na verdade, começaram por ser cantoras de "Blues" - eram quase todas mulheres - acompanhados por músicos de Jazz. Ma Rainey abriu o caminho, Bessie Smith foi entronizada rainha do jazz, e Billie Holiday rainha dos blues, com o seu estilo inimitável.

ENCONTRO
COM MÚSICAS
21 a 29 de JULHO de 1995



Festas da
Ria 95



Dia 27 — "Kussondulola", nos anos 70, pela mão de Bob Marley, com a música popular da Jamaica, contagiou o mundo inteiro. Também a Angola o "Reggae" chegou para ficar e fundiu-se com ritmos locais. O resultado é o som enfeitante dos Kussondulola.

Dia 28 — "Opus Ensemble" é um nome que dispensa de apresentações. Considerado um dos mais singulares e notáveis grupo, de música erudita do mundo, tem sempre dedicado atenção aos contributos dos outros géneros musicais, como ficou claro no reportório apresentado em Aveiro: Astor Piazzola, Egberto Gismonti, passando pela música tradicional portuguesa.

Dia 29 — E, para continuar em festa, houve a oportunidade de apreciar esse fenómeno da boa música de dança que são os "Clã". Se este "encontro" quis ser uma festa da música, os "Clã" representaram bem esse espírito, conjugando o Soul e o Rock, o Reggae e o Funk, o Rap, o Hip-Hop e o Acid Jazz.

A Dra. Maria da Luz Nolasco escreveu as seguintes palavras para o respectivo desdobrável:

— Aveiro é um dos distritos do País com maior concentração de músicos. E é também reconhecido o entusiasmo dos nossos jovens pela música, patente na actividade do Conservatório e na proliferação e sucesso de bandas filarmónicas e agrupamentos dedicados aos mais diversos géneros musicais.

Asseguradas as condições de formação, especialmente no domínio da música erudita, faltava a Aveiro um acontecimento cultural e de realização regular, com a qualidade e impacto necessários para atrair o público exterior ao distrito, e para oferecer aos aveirenses um contacto vivo com os múltiplos caminhos que a criação musical vem trilhando e descobrindo.

"Encontro com Músicas" — assim quisemos baptizar esta iniciativa. Porque não "Festival", como é hábito? Porque os festivais limitam-se, por norma, a um determinado género musical.

Este "encontro" não é apenas no sentido do contacto dos músicos com o público; - promove também um verdadeiro encontro das músicas, uma festa onde todas tenham lugar: da erudita ao jazz, da tradicional aos ritmos do Swing e do Reggae. Para esta edição inaugural do "Encontro com Músicas", escolhemos seis grupos de diferentes áreas musicais.

(Design - João Portugal)

FARAV/95

Com a regularidade anual, decorreu em Aveiro, de 5 a 13 de Agosto a FARAV/95 - XVI Feira de Artesanato da Região de Aveiro e VIII Mostra Nacional e Internacional de Artesanato - organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, tendo o apoio da Região de Turismo da Rota da Luz e a colaboração de "A Barrica" - Cooperativa de Artesãos de Aveiro - e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Na cerimónia de abertura, entre diversas individualidades, estiveram presentes o Governador Civil, Dr. Gilberto Madaíl, e o Presidente da Edilidade Aveirense, Prof. Celso dos Santos. Na breve sessão pública, o Presidente da Câmara afirmaria que a Comissão Organizadora teve o cuidado de diversificar a exposição e procurar que nela se patenteasse "o verdadeiro artesanato". Por seu turno, o Dr. João Branco, Presidente da Direcção de "A Barrica", adiantaria que "a existência de feiras é fundamental", porque nelas se encontram "os nossos postos de venda privilegiados"; diria ainda que se tem de lutar pela qualidade e de elevar "a cultura do artesanato". O Dr. Gilberto Madaíl, encontrando-se no último acto como Governador Civil antes da suspensão de mandato devido à sua candidatura às eleições legislativas de 1 de Outubro, constata-



ria que "o artesanato está em grande ascensão", não sem deixar de aludir à falta de enquadramento legal para esta actividade que, apesar disso, tem criado variadíssimos postos de trabalho.

A acompanhar e a complementar a exposição, foi efectuado, no dia 10, um colóquio que se subordinou ao tema "Distribuição e Comercialização do Artesanato", onde participou o Dr. Gabriel Cunha, consultor da Associação Industrial Portuguesa e formador do Centro de Formação Profissional do Artesanato. Além disso, preencheram o programa de animação os grupos "Cavaquinhos de Oliveira de Azeméis", "Pé de Meia", "Pão de Ló de Ovar", "Capoeira" e "Frevo".

A FARAV contemplou um concurso para distinguir a melhor peça, aberto a artesãos de nacionalidade portuguesa; as modalidades foram: - Couro, cerâmica, vidro, têxteis, madeira, metais e outros materiais.

Reproduzimos seguidamente o texto do Prof. Celso dos Santos, publicado no respectivo catálogo sob a epígrafe "A Arte... do Artesão":

— As novas tecnologias, que dia-a-dia invadem os nossos mercados nos seus variados sectores, não conseguem "matar" uma arte ancestral que é o artesanato.

Se bem que, aqui e ali, a tendência seja para o desaparecimento ou para a raridade, não é menos verdade que muitos artesãos teimosamente persistem numa arte que, sendo difícil, nem sempre é rentável.

A FARAV 95 — 16ª Feira de Artesanato da Região de Aveiro / 8ª Mostra Nacional de Artesanato - aí está de novo a comprovar tudo o que atrás se escreveu.

Patente ao público de 5 a 13 de Agosto, no Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, graças ao esforço dos Serviços Cultura da Câmara Municipal de Aveiro e à colaboração da Região de Turismo Rota da Luz, do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Cooperativa a "Barrica", a FARAV só é possível pela extraordinária adesão de quem faz do artesanato o seu modo de vida ou o seu "hobby" preferido.

Visitar a FARAV é mais do que um mero passeio. É a possibilidade de admirar o que de melhor se faz em artesanato.

O convite aqui fica, com os agradecimentos a todos aqueles que tornaram possível a sua realização.

As palavras seguintes são do Presidente da Rota da Luz, Francisco da Encarnação Dias:

— A Região de Turismo Rota da Luz engloba os conce-

lhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra - concelhos que, pela sua enorme riqueza cultural e etnográfica, são um verdadeiro alfofre do artesanato.

A vitalidade da FARAV é, para a Região de Turismo Rota da Luz, bastante importante, pois, por si só, a FARAV constitui um atractivo para os turistas que nos visitam, contribuindo para uma diversificação da oferta de animação.

A FARAV é já uma das mais privilegiadas feiras de artesanato do País. A comprová-lo, estão as crescentes solicitações de artesãos nacionais e estrangeiros que pretendem participar na FARAV, ultrapassando largamente a capacidade da própria feira.

Numa altura em que o turista procura, cada vez mais, produtos turísticos diversificados, o artesanato, com um forte cariz de cultura popular, é um produto que, na área desta Região de Turismo, assume particular importância.

A FARAV permite, ainda, um contacto mais directo entre o público e o artesão, tornando-se, assim, um importante veículo de divulgação cultural.

É pois, com o maior agrado que a Região de Turismo Rota da Luz vê o sucesso em que a FARAV se transformou, sendo hoje um cartaz turístico da Rota da Luz.

Comissão organizadora: - Prof. Celso dos Santos, Dra. Maria da Luz Nolasco, Dr. Acácio Conde, Francisco da Encarnação Dias, Dr. João Branco, Dr. Emanuel Cunha, Alexandrina Maximino, Elmano Ramos, João Portugal, Isabel Ramos, Paula Cardoso, Justino Ribeiro, Dolores Maia e Artur Oliveira.

Estatística: - Inscrições - 229; Inscrições aceites - 193; Artesãos a trabalhar ao vivo - 71; Artesãos do concelho de Aveiro - 48; Artesãos nacionais - 132;

Câmaras Municipais - 14 (Aveiro, Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Estarreja, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sever do Vouga, Vagos e Valongo).

Regiões de Turismo - 2 (Região de Turismo da Rota da Luz e Região de Turismo do Oeste);

Associações de Artesanato - 11 (Associação de Arte e Cultura de Aveiro, Centro de Artesanato de Lisboa, Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes, Associação de Artesãos da Serra da Estrela, Associação Regional de Artesãos e Artistas de Beja, Associação para Defesa do Artesanato e Património de Vila do Conde, Associação Cultural Desportiva de Pedraído, Associação de Artes e Ofícios do Concelho do Seixal, Associação de Artesãos do

Mogadouro, Associação de Artesãos de Aveiro “A Barrica” e Associação Recreativa A. C. de Furjães);

Representações oficiais e outras - 8 (Instituto de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, Escola Profissional de Comércio de Aveiro, Centro de Formação Profissional do Artesanato, Direcção Geral de Apoio e Extensão Educativa e Coordenação do Concelho de Aveiro, Núcleo de Artes Plásticas da Associação Académica da Universidade de Aveiro, Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo, Estabelecimento Prisional de Aveiro e Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado);

Representações estrangeiras - 22 (Tunísia, Brasil, Equador, Marrocos, Senegal, Rússia, Espanha, Ruanda, Índia, Turquia, Paquistão, Tailândia, Filipinas, Sirilanka, Irão, China, Guiné, Guatemala, Costa Rica, Paraguai, Perú e Nepal).

ORQUESTRA DAS BEIRAS

Os Municípios de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu assinaram a escritura de constituição da Associação Musical das Beiras, entidade gestora da futura Orquestra das Beiras. O acto decorreu na tarde do dia 10 de Agosto, no Palácio da Ajuda (Lisboa), na Secretaria de Estado da Cultura, tendo estado representantes das Câmaras Municipais, instituições de ensino e colectividades culturais. A nova Associação, sem fins lucrativos, terá a sua sede em Aveiro durante os próximos três anos.

A Associação resultou da fusão de dois projectos, um da iniciativa de Aveiro, Viseu e Guarda, e outro de Coimbra, que acabou por se excluir; todavia, como na ocasião referiu o Prof. Celso dos Santos, “este não é um projecto de Aveiro, mas de todas as partes envolvidas”. A cidade de Aveiro foi escolhida para receber a Orquestra das Beiras — o que se deve ao facto de a sua Câmara Municipal ter liderado o processo; a chamada Casa do Chá, no Parque, é o local designado para o efeito, depois de obras de remodelação.

A Orquestra das Beiras implicará elevados custos; no primeiro ano de actividade, a Secretaria de Estado da Cultura financiara com vinte e cinco por cento, continuando depois com o montante a definir. O restante será suportado pelas Câmaras Municipais, por quotas de sócios e donativos de benfeitores e pelo resultado das bilheteiras.

No dia 27 de Setembro, no Centro Cultural e de Con-

gressos de Aveiro, efectuaram-se as duas primeiras assembleias gerais da Associação Musical das Beiras — uma para a eleição dos corpos sociais, e outra para a discussão e aprovação de pontos fundamentais em ordem ao início da actividade da orquestra.

IV BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA

Por iniciativa da Câmara Municipal e com o apoio e a colaboração da Região de Turismo da Rota da Luz, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de Braga Alves - Despachantes Officiais, Lda., do Hotel Imperial, da Sociedade Portuguesa de Seguros, S.A., da N.G. Porcelanas, e ainda da Faculdade de Belas Artes do Porto, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, da Sociedade Nacional de Belas Artes, da Escola Superior Artística do Porto e da Royal School of Languages, realizou-se em Aveiro a IV Bienal Internacional de Cerâmica Artística, que decorreu de 4 a 26 de Novembro; todavia, respondendo ao número elevado de solicitações que chegaram aos organizadores, houve um período de prolongamento até ao dia 10 de Dezembro. A exposição teve lugar no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

A sessão de abertura teve a presidência do Delegado Regional da Secretaria de Estado da Cultura, ladeado pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, pelo Presidente da Região de Turismo da Rota da Luz, pela Vereadora do Pelouro da Cultura, pelo Mestre Júlio Resende, por Mons. João Gaspar e pelo Dr. Vasco Branco.

Na ocasião, o Mestre Júlio Resende considerou que a Bienal era “uma manifestação cultural que nasceu no lugar e na hora certa, ligada por um lado à tradição cerâmica e, por outro, ao desejo de aliar a indústria cerâmica (com forte peso na região) à actividade artística” e sublinhou que, na arte cerâmica, “a cidade de Aveiro está viva e recomenda-se”.

Das palavras do Prof. Celso dos Santos recortamos o seguinte: - “Embora a razão de uma Bienal de Cerâmica em Aveiro se questionasse em 1989, a aposta de a realizar foi decididamente ganha, e a dinamizá-la está não só a tradição cerâmica, a existência de oleiros em épocas recuadas e a situação geográfica de Aveiro, mas também o surgimento de várias fábricas na região e sobretudo a licenciatura em cerâ-

mica no currículo escolar da nossa Universidade". Outro ponto relevado pelo autarca foi a necessidade de descentralização cultural, de que são exemplos as diversificadas manifestações em Aveiro. O Presidente da Câmara ainda prestaria homenagem ao grupo de personalidades que, aliadas ao Dr. José Girão Pereira e ao Vereador da Cultura, ficaram ligadas à iniciativa da I Bienal, citando os nomes do Dr. Amaro Neves, de Artur Fino, do Coronel Cândido Teles, do Dr. Emanuel Cunha, do Dr. Ênio Semedo, do Eng. Faria Frasco, de Fernando Morgado, do Prof. Dr. Henrique Diz, de Jeremia Bandarra, de Mons. João Gaspar e do Dr. Vasco Branco.

A Dra. Maria da Luz Nolasco quis também manifestar o seu apreço pela manutenção, ao longo dos anos, de tão prestigiado certame; e, por fim, a ceramista Cecília de Sousa congratulou-se pela dignidade da Bienal e por Aveiro acarinharem a cerâmica contemporânea.

O Júri apreciou um total de 329 peças de 148 artistas, enviadas a concurso, tendo seleccionado 81 peças de 51 artistas, oriundos dos seguintes países: - Argentina, Bélgica, Brasil, Bulgária, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Jugoslávia, Polónia, Portugal, Roménia, Suíça, Taiwan e Venezuela. Após criterioso exame, o mesmo Júri decidiu atribuir os seguintes prémios e menções honrosas:

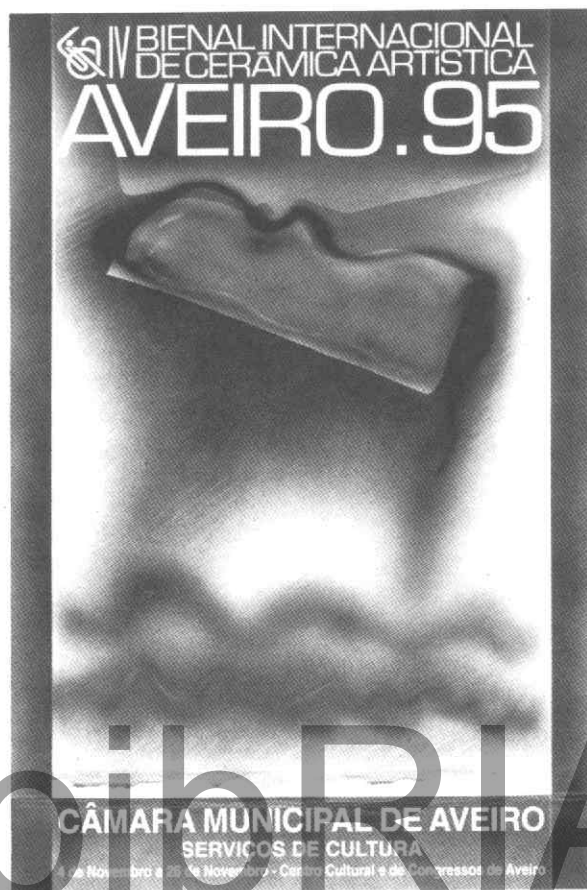
— 1º prémio: "No Solo el Centro", de Alberto Hernandez Martin (Espanha);

— 2º prémio: "Communication", de Sharon Faktorowich (Israel);

— 3º prémio: "Transform", de Li Hsing-Lung (Taiwan).

— Menções Honrosas: "Europa - Terapia Pontual" de Daniel Rio Rubal (Espanha); "Recordatório", de Isabel Rute Marcão (Portugal); "Historic Relic, Series", de Mei-Hua Chen (Taiwan); "Sem Título", de Heitor Figueiredo (Portugal); "Memória dos Objectos / Objectos de Memória", de Ana Ferreira (Portugal); "Trono", de Alberto Vieira (Portugal).

(Design - Lúcia Seabra)



Além disso, o mencionado Júri congratulou-se "com a dinâmica da Câmara Municipal de Aveiro, mantendo a concretização da Bienal, que se tornou manifestação de cultura exemplar e cuja repercussão é internacional" e sugeriu uma mostra intercalar destinada às camadas de jovens criadores portugueses.

Entre os milhares de visitantes, notou-se a presença de elevado número de alunos das escolas de Aveiro e da sua região, além de grupos de outras localidades do País, que lá foram não apenas como mera visita mas sobretudo com um sentido de apreciação, estudo e inspiração artística.

Aqui se transcreve o texto de apresentação do catálogo, subscrito pelo Prof. Celso dos Santos:

Pela quarta vez consecutiva, realiza-se em Aveiro uma

Bienal Internacional de Cerâmica Artística, lançada pela Câmara Municipal em 1981; a iniciativa tem sido sucessivamente acarinhada por diversas e generosas pessoas, que jamais regatearam esforço e sacrifício.

Porque uma realização deste tipo entre nós? Temos a resposta na tradição multissécular da olaria na região aveirense, demonstrada desde remotas eras pelos vestígios cerâmicos; como meros exemplos, temos o forno romano, casualmente descoberto em Eixo, bem como as peças encontradas no Castro em Cacia. As antigas e actuais fábricas, que por aqui abundam, testemunham outrossim que a vocação barrística dos aveirenses não teve qualquer quebra, antes mais e mais se alicerçou e aperfeçoou.

Na nossa memória histórica, encontramos, à ilharga de Aveiro e estendendo-se para sul, o bairro dos oleiros que, no século XVI, era sede de uma confraria que participava em manifestações públicas, quer religiosas quer lúdicas e populares, com juiz e bandeira privativa: sabemos também que as freiras dos conventos locais confeccionavam pequenas figuras de presépios, de calvários e outras; conhecemos alguns dos nomes dos numerosos artistas que produziram

artefactos de agradável recorte e policromia, como José Dias dos Santos, Bartolomeu Gaspar, Joaquim Marques dos Santos, Manuel Marques de Figueiredo, Manuel António Tigelinha, João da Graça e Pedro António Marques.

Além disso, como nos sentimos orgulhosos das nossas unidades fabris, disseminadas um pouco por todo o Distrito, que não apenas no nosso concelho, quando deparamos com lindos painéis de azulejo, ricas obras de porcelana, raras peças de faiança e engenhosos trabalhos em barro vermelho e em grês! O nome de Aveiro ultrapassa os seus limites, quicá mesmo as fronteiras nacionais... e com ele a qualidade estética e a harmonia das formas! Também não podemos olvidar que a Universidade de Aveiro, no desejo de ser um polo de progresso na região, conta, entre os seus variados Departamentos de Ensino, o de Cerâmica e Vidro.

Tudo isto tem motivado a Câmara Municipal a lançar-se na realização destas exposições de nível internacional, com a participação de artistas dos mais diversos países. O sucesso das anteriores levou-a a não parar, organizando a IV Bienal Internacional de Cerâmica Artística. Simultaneamente, julgamos estar no caminho da descentralização cultural, sobretudo quando tais acções se desenrolam em ambientes que lhes são próprios. Por este meio, julgamos ainda promover o desenvolvimento integral da Comunidade que não se esgota em frios números e áridas estatísticas, mas se enriquece com os valores morais do espírito e da cultura.

É nosso dever expressar a gratidão do Município aos membros do Júri, pelo cuidado na apreciação justa e rigorosa das obras concorrentes; aos trabalhadores da Autarquia, pelo dinamismo em dar corpo a este evento; aos membros da Comissão, pela colaboração na realização do certame; à comunicação social, por levar ao largo e ao longe a notícia do acontecimento; às empresas e instituições, por terem aceitado concorrer para que a Bienal fosse um êxito, como as anteriores.

Todos certamente beneficiarão — a cidade, a região, os promotores, os artistas e os visitantes.

Comissão de Honra: - Dr. Gilberto Parca Madaíl (Governador Civil do Distrito de Aveiro), Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos (Presidente da Câmara Municipal de Aveiro), Dra. Maria da Luz Nolasco (Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro) e Francisco da Encarnação Dias (Presidente da Região de Turismo da Rota da Luz).

Júri de Selecção e Premiação: - Cecília de Sousa (Professora e Ceramista), Dr. Rafael Salinas Calado (Director do Museu de Arte Antiga de Lisboa), Eng. Alberto Faria Frasco (Assessor da Administração da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre), Ferreira da Silva (Ceramista), Mestre Júlio Resende (Pintor e Ceramista), Virgínia Froes (Professora e

Ceramista), Xohan Viqueira (Professor e Ceramista) e Zulmiro de Carvalho (Escultor).

Comissão Organizadora: - Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, Dra. Maria da Luz Nolasco, Mons. João Gonçalves Gaspar, Pintor Jeremias Bandarra, Dr. Amaro Ferreira Neves, Dr. Manuel Ferreira Rodrigues, Arq. Tércio Guimarães, Arq. Sérgio Azevedo e Dr. Emanuel Cunha.

Imagem, Catálogo e Cartaz: - Pintora Lúcia Seabra.

Secretariado: - Dolores Maia, Isabel Ramos e Paula Cardoso.

Gabinete de Comunicação e Imprensa: - Serviços da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro.

Fotografia: - Nuno Marques (Cinex)

Tradução: - Royal School of Languages (Escola de Línguas de Aveiro), Dr. Celso Manuel dos Santos e Dolores Maia.

Montagem: - Arq. Sérgio Azevedo e Arq. Tércio Guimarães.

MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS

No Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro, decorreu o VI Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, com a presença de largas dezenas de participantes, entre historiadores, museólogos, estudiosos e técnicos de todo o País.

À sessão de abertura presidiu a Vereadora da Cultura, Dra. Maria da Luz Nolasco, que, em jeito de apresentação, acentuou que “como em qualquer situação de gestão, a política cultural das autarquias - e com esta a dos seus museus - deverá ser moldada face às sugestões, às respostas, aos meios, ao ritmo, etc., que a realidade da sua implantação suscita”. Sucederam-se as conferências, os colóquios, as comunicações, os debates e as visitas à cidade e ao museu de Aveiro, com o desejo de “criar um maior envolvimento e compromisso entre as instituições aqui presentes, no desenvolvimento de acções em parceria que, no contexto nacional, possam promover e concretizar de forma pioneira e descentralizada projectos multi e transculturais, projectos estes que nos falem das pessoas, dos seus quotidianos, das suas histórias e vivências” - na palavra da mesma responsável municipal.

Integrada na iniciativa, numa das salas do Centro Cul-

tural e de Congressos, foi organizada uma exposição documental, “tendo como principal objectivo trazer a público documentação importante, quer pela sua antiguidade quer pelo seu conteúdo e beleza estética” - como se lê na introdução do respectivo desdobrável, que continua: - “Na selecção das peças, deu-se preferência aos documentos mais antigos, os quais muito contribuíram para a história do concelho de Aveiro; destacam-se, de entre muitos, a Carta de Alvará de elevação da vila de Aveiro a cidade, que data de 1759, e o Foral de Esgueira (1515), símbolo da génese do poder local, do direito à autonomia e à administração própria, marcando a identidade das gentes desta região”.

V CENTENÁRIO DE JOÃO II

Durante o corrente ano de 1995, ocorreu o V Centenário da Morte de El-Rei D. João II, irmão da Princesa Santa Joana. Por esse motivo, em colaboração com a Câmara Municipal, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal promoveu um ciclo de conferências que, no dia 15 de Dezembro, tiveram lugar no pequeno auditório do Centro Cultural e de Congressos.

O Dr. Paulo Jorge Corino de Sousa Pinta e a Dra. Ana Maria Ramalho Proserpio Leitão, ambos com Licenciatura em História e Mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, versaram respectivamente os temas: - “O Projecto Imperial de D. João II” e “A Política Externa de D. João II e o Problema da Sucessão”.

No fim houve uma interessante troca de opiniões e um frutuoso debate de ideias, que veio esclarecer diversos pontos, não só sobre a vida e obra do “Príncipe Perfeito” mas também sobre a época dos Descobrimentos.

Entre a assistência, encontravam-se professores e alunos das escolas locais, além de diversas pessoas interessadas por assuntos da nossa história pátria.

É evidente que não podia deixar de ser focada a firme atitude de Santa Joana em não ser mero instrumento de relações diplomáticas entre o Rei de Portugal e as Cortes da Europa, por contratos matrimoniais.

ECOS CULTURAIS DE EIXO



VII Festival da Canção

O Grupo Cultural Semente, da vila de Eixo, organizou, mais uma vez, o Festival da Canção “Veneza de Portugal”, que decorreu no salão do Centro Cultural, na noite de 15 de Julho. Tratou-se de uma iniciativa na qual apenas concorreram amadores com trabalhos inéditos, tendo por finalidade animar a vida cultural e estimular novos valores da canção portuguesa.

A edição deste ano, que foi aberta com alguns números musicais executados pela Banda da Associação Recreativa de Eixo e encerrou com uma breve intervenção do grupo organizador e com vários fados de Coimbra, contou com a participação de onze canções, previamente seleccionadas.

O Júri procedeu à seguinte classificação:

- 1º prémio e melhor interpretação: “O Passado”, com letra de Fernando Peralta, música de Bruno Marques e interpretação de Sílvia Marques e Bruno Marques (Ovar);

- 2º prémio e melhor música: “O Rapaz dos Balões”, com letra de Luís Mendonça, música de Luís Pinão e interpretação de Neusa Mafalda (Óbidos);

- 3º prémio: “Não quero perder a tua amizade”, com letra de Luís Mendonça, música de Luís Pinão e interpretação de Susana Morgado (Lisboa);

- *Melhor poema*: “Donzela Fugida”, com letra e música de Catarina da Fonseca e interpretação do Grupo Erva Cidreira (Nelas).

A todos os concorrentes foram distribuídos diplomas de participação e placas comemorativas do Festival.

XV Festival Internacional de Folclore

Organizado pelo Rancho Folclórico do Baixo Vouga, realizou-se na vila de Eixo o XV Festival Internacional de Folclore, que decorreu a partir das 22 horas do dia 29 de Julho, no Parque da Balsa. Antes, foi a recepção aos visitantes, a entrega de lembranças e o desfile de todos os grupos, com a participação da Banda da Associação Recreativa Eixense.

Além do Rancho organizador, participaram no Festival o Rancho Folclórico Cantarinhas de Niza (Alentejo), o Rancho Folclórico da Golegã (Ribatejo), o Rancho Folclórico de Paços de Silgueiros (Viseu - Beira Alta), o Rancho Folclórico de Seixas (Caminha - Minho) e o grupo espanhol Semillas del Arte “La Puebla de Montalban” (Toledo).

A iniciativa teve o apoio não apenas de alguns comerciantes da localidade, mas sobretudo da Câmara Municipal

de Aveiro, do Governo Civil do Distrito, da Região de Turismo da Rota da Luz e da Junta de Freguesia de Eixo.

Forno Romano

Num dos últimos dias de Dezembro, quando se procediam a escavações, foi encontrado um novo forno cerâmico, no sítio da Alaguela e na confluência com a rua do Barreiro.

Num primeiro exame feito pelo conhecido arqueólogo Dr. Fernando Silva, concluiu-se que se trata de um forno romano, semelhante ao que apareceu em finais de 1985, num local próximo e na mesma linha de água.

Isto leva-nos a deduzir inequivocamente que se exerceu em Eixo a actividade cerâmica desde tempos remotos, pelo menos desde a ocupação romana - o que não nos impede de repetir a tradição local, quando afirma que o mesmo artesanato aí fora implantado pelos fenícios, ao redor do século X antes de Cristo. O abandono motivado pelas condições sociais e o transporte e o depósito de terras por aluvião soterraram os ditos fornos, achados agora.

Tanto a Câmara Municipal como o proprietário do terreno manifestaram o desejo de tudo fazer para se conservar o precioso achado, que bem manifesta a tradição antiquíssima da olaria na região e, mais precisamente, em Eixo.



Um dos fornos romanos, em Eixo